



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**ANÁLISE DE PROJETOS AGRÍCOLAS DO FUNDO DISTRITAL DE
DESENVOLVIMENTO EM CHIBUTO, MOÇAMBIQUE**

JOANA MANUEL MATUSSE

**Araras
2013**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**ANÁLISE DE PROJETOS AGRÍCOLAS DO FUNDO DISTRITAL DE
DESENVOLVIMENTO EM CHIBUTO, MOÇAMBIQUE**

JOANA MANUEL MATUSSE

ORIENTADOR: PROF. Dra. ANDRÉA ELOISA BUENO PIMENTEL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural como requisito parcial à obtenção do título de MESTRE EM AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Araras
2013

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

M445ap Matusse, Joana Manuel.
Análise de projetos agrícolas do fundo distrital de desenvolvimento em Chibuto, Moçambique / Joana Manuel Matusse. -- São Carlos : UFSCar, 2013.
138 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2013.

1. Agricultura. 2. Fundos distritais de desenvolvimento - Moçambique. 3. Trabalhadores rurais. 4. Recursos financeiros. 5. Indicadores de desempenho. I. Título.

CDD: 630 (20^a)

MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
DE

JOANA MANUEL MATUSSE

APRESENTADA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL, DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SÃO CARLOS, **EM 27 DE MARÇO DE 2013.**

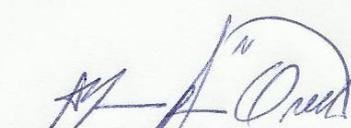
BANCA EXAMINADORA:



PROF.^a. DR.^a. ANDRÉA ELOISA BUENO PIMENTEL
ORIENTADORA
DDR/UFSCar-ARARAS



PROF. DR. LUIZ ANTONIO CABELLO NORDER
DDR – CCA/UFSCar -ARARAS



PROF.^a. DR.^a. ALBA MARIA ORELLANA GONZÁLEZ
UNESP- BOTUCATU

AGRADECIMENTOS

À/ao/aos

Deus pela vida e saúde na trajetória acadêmica.

Meu esposo, José Amilton Joaquim, pelo incentivo e apoio na trajetória acadêmica, pelas reflexões conjuntas sobre o trabalho e troca de experiências acadêmicas e culturais.

Meu filho, Uel Amilton Joaquim, pela paciência e sujeição às condições situacionais dos meus estudos.

Família Moura, em especial Dalva e Zequinha que foram pais para mim, pelo carinho e prontidão no auxílio em todos os momentos da trajetória acadêmica, de forma incondicional.

Professora orientadora, Andréa Eloisa Bueno Pimentel, pela paciência e dedicação na concepção do trabalho, pelo exemplo profissional e ricos ensinamentos nas aulas e fora das aulas que levarei para a vida toda. Pela oportunidade que me concedeu de ministrar uma aula na sua disciplina de Políticas Agrícolas e Agrárias para a turma do curso de Agroecologia.

A Fundação Ford, pela oportunidade que me concedeu de estudar num ambiente novo e enriquecedor, com a concessão da bolsa de estudos de mestrado no Brasil.

Dra. Célia Diniz pelo grande exemplo profissional, atenção e reflexões conjuntas sobre a dissertação e a vida acadêmica.

Diretor da instituição de trabalho, Dr. Mário Jessen, pelo auxílio em moradia e recursos materiais no trabalho de campo.

Meus colegas de trabalho, Samuel Sitóe e Aurélio Muchanga, pelo auxílio na deslocação para as propriedades rurais durante o trabalho de campo.

Ao Eng. Mbanze, pela facilitação de informação relevante para o trabalho.

A estudante do curso de Agronegócio da Escola Superior de Negócios e Empreendedorismo de Chibuto (ESNEC), pela ajuda na localização de algumas propriedades rurais.

Agricultores familiares, gestores do FDD no Distrito, secretário permanente do Distrito e funcionários do Serviço Distrital de Atividades Econômicas de Chibuto, pela participação na pesquisa com informações relevantes que permitiram, em grande medida, a elaboração do trabalho, sem nenhuma contrapartida financeira ou material.

Meus colegas de turma do PPGADR pela boa convivência e troca de experiências acadêmicas e culturais.

Cláudia e sua família pelo acolhimento e apoio nos primeiros momentos da vida acadêmica no Brasil.

Todos os professores do PPGADR pelos ensinamentos nas aulas, em especial ao professor Luís António Cabello Norder, pelo exemplo profissional.

Amiga, Ana Lúcia, pela amizade e vivência durante a minha estadia no Brasil.

SUMÁRIO

	Página
ÍNDICE DE TABELAS	i
ÍNDICE DE FIGURAS	ii
ÍNDICE DE QUADROS	iii
RESUMO	iv
ABSTRACT	v
1. INTRODUÇÃO	1
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	4
2.1 CARACTERIZAÇÃO DE MOÇAMBIQUE	4
2.1.1 CONDIÇÕES FÍSICO-NATURAIS	5
2.1.2. ASPECTOS SOCIAIS	6
2.1.3 ECONOMIA	7
2.1.4. ASPECTOS HISTÓRICO-POLÍTICOS	11
2.1.5 CONFLITOS PELA POSSE DA TERRA EM MOÇAMBIQUE	14
2.2. CARACTERIZAÇÃO DO DISTRITO DE CHIBUTO	17
2.2.1 LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	18
2.2.2 CONDIÇÕES FÍSICO-NATURAIS	19
2.2.3. EDUCAÇÃO	20
2.2.4. ECONOMIA	20
2.2.5 ASPECTOS HISTÓRICO-POLÍTICOS	24
2.3 GESTÃO DE PROPRIEDADES RURAIS	26
2.3.1 VISÃO SISTÊMICA	26
2.3.2 GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS RURAIS	35
2.3.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE GESTÃO	43
2.4 DESENVOLVIMENTO	43
2.4.1 CONCEPÇÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO	43
2.4.2 DESENVOLVIMENTO RURAL	48
2.4.3 DESENVOLVIMENTO LOCAL	54
2.4.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO	58

3. MATERIAIS E MÉTODOS	60
3.1 RELEVÂNCIA DA PESQUISA	60
3.2 MATERIAL E MÉTODOS USADOS	61
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	70
4. 1. FUNDO DISTRITAL DE DESENVOLVIMENTO (FDD)	70
4.1 1. CONTEXTUALIZAÇÃO	70
4.1.2 FUNCIONAMENTO DOS FUNDOS	72
4.2 AGRICULTORES FAMILIARES INDIVIDUAIS	78
4.2.1 DADOS GERAIS	78
4.2.2 SISTEMA DE PRODUÇÃO	79
4.2.3 BENFEITORIAS/INFRAESTRUTURAS	80
4.2.4 RENDA MONETÁRIA AGRÍCOLA VERSUS RENDA MONETÁRIA NÃO AGRÍCOLA	81
4.2.5 RENDA MONETÁRIA VERSUS GRAU DE SATISFAÇÃO	81
4.2.6 RENDA MONETÁRIA VERSUS GRAU DE ESCOLARIDADE	82
4.2.7 RENDA MONETÁRIA VERSUS FORMAÇÃO COMPLEMENTAR	82
4.2.8 RENDA MONETÁRIA VERSUS DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO	83
4.2.9 RENDA MONETÁRIA VERSUS ASSISTÊNCIA TÉCNICA	84
4.2.10 RENDA MONETÁRIA VERSUS PLANEJAMENTO E DESEMPENHO DA PRODUÇÃO	85
4.2.11 DECISÃO DA PRODUÇÃO	86
4.2.12 PARTICIPAÇÃO EM ASSOCIAÇÕES	87
4.2.13 RENDA MONETÁRIA VERSUS ADIMPLÊNCIA AO FDD	88
4.2.14 RENDA MONETÁRIA VERSUS ASSISTÊNCIA NA ELABORAÇÃO E GESTÃO DO PROJETO	89
4.2.15 RENDA MONETÁRIA VERSUS IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO E MELHORIA DA PRODUÇÃO	89
4.2.16 AVALIAÇÃO DO FDD	89
4.2.17 AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES GERAIS DA PROPRIEDADE ..	89
4.2.18 FOFA DAS PROPRIEDADES RURAIS	91

4.2.19 APROVEITAMENTO DAS OPORTUNIDADES	93
4.2.20 AÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO DISTRITAL PARA MELHORAR A PRODUÇÃO, A COMERCIALIZAÇÃO E A ASSISTÊNCIA TÉCNICA	94
4.3 ASSOCIAÇÕES AGRÍCOLAS	94
4.3.1 DADOS GERAIS	94
4.3.2 SISTEMA DE PRODUÇÃO	95
4.3.3 BENFEITORIAS/INFRAESTRUTURAS	96
4.3.4 RENDA MONETÁRIA AGRÍCOLA VERSUS RENDA MONETÁRIA NÃO AGRÍCOLA	97
4.3.5 RENDA MONETÁRIA VERSUS GRAU DE SATISFAÇÃO	97
4.3.6 RENDA MONETÁRIA VERSUS GRAU DE ESCOLARIDADE	97
4.3.7 RENDA MONETÁRIA VERSUS FORMAÇÃO COMPLEMENTAR	98
4.3.8 RENDA MONETÁRIA VERSUS DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO	98
4.3.9 RENDA MONETÁRIA VERSUS ASSISTÊNCIA TÉCNICA	98
4.3.10 RENDA MONETÁRIA VERSUS PLANEJAMENTO E DESEMPENHO DA PRODUÇÃO	99
4.3.11 DECISÃO DA PRODUÇÃO	99
4.3.12 TRABALHO EM ASSOCIAÇÕES	99
4.3.13 RENDA MONETÁRIA VERSUS ADIMPLÊNCIA AO FDD	100
4.3.14 RENDA MONETÁRIA VERSUS ASSISTÊNCIA NA ELABORAÇÃO E GESTÃO DO PROJETO	100
4.3.15 RENDA MONETÁRIA VERSUS IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO E MELHORIA DA PRODUÇÃO	101
4.3.16 AVALIAÇÃO DO FDD	101
4.3.17 AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES GERAIS DA PROPRIEDADE ..	101
4.3.18 FOFA DAS PROPRIEDADES RURAIS	102
4.3.19 APROVEITAMENTO DAS OPORTUNIDADES	103
4.3.20 AÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO DISTRITAL PARA MELHORAR A PRODUÇÃO, A COMERCIALIZAÇÃO E A ASSISTÊNCIA TÉCNICA	103
4.4 AGRICULTORES FAMILIARES VERSUS ASSOCIAÇÕES AGRÍCOLAS	103

4.5 CONCEPÇÕES TEÓRICAS SOBRE OS RESULTADOS DA PESQUISA	106
4.6 CONSTRANGIMENTOS NA GESTÃO DO FDD	110
5. CONCLUSÕES	116
6. LITERATURA CITADA	119
APÊNDICE 1	126
APÊNDICE 2	132
APÊNDICE 3	137

ÍNDICE DE TABELAS

	Pag.
Tabela 1. Instituições Públicas de Ensino, Moçambique, 2011	07
Tabela 2 – Número de projetos financiados, valores executados e taxa de pagamento, 2006-2009, por províncias, Moçambique	76
Tabela 3 - Limites para financiamento de projetos	77
Tabela 4 – Taxa de juros e prazos praticados, FDD	78

ÍNDICE DE FIGURAS

	Pag.
Figura 1: Mapa de Moçambique	05
Figura 2: Limites geográficos do distrito de Chibuto	18
Figura 3 – Ambientes do negócio	28
Figura 4: Determinantes técnicos principais de um sistema agrícola	34
Figura 5: Determinantes institucionais e humanos principais de um sistema agrícola	34
Figura 6: Modelo de planeamento de unidades de produção rural	42
Figura 7: Reunião do Conselho Consultivo do Posto Administrativo Sede	62
Figura 8: Organograma do processo de seleção dos projetos no âmbito do FDD	75
Figura 9: Diversificação da produção	83
Figura 10: Captação de água parra irrigação	90
Figura 11: Determinantes técnicos principais das propriedades rurais agrícolas de Chibuto em momento de tempo	107
Figura 12: Determinantes institucionais e humanos principais das propriedades rurais agrícolas de Chibuto em momento de tempo	108

ÍNDICE DE QUADROS

	Pag.
Quadro 1. Mudanças na agricultura Moçambicana	10
Quadro 2. Pontos Fortes e Fracos das Propriedades Agrícolas Familiars Pesquisadas, Chibuto, 2012	91
Quadro 3. Ameaças e Oportunidades das Propriedades Agrícolas Familiars Pesquisadas, Chibuto, 2012	92
Quadro 4. Pontos Fortes e Fracos das Propriedades das Associações Pesquisadas, Chibuto, 2012	102
Quadro 5. Ameaças e Oportunidades das Propriedades das Associações Pesquisadas, Chibuto, 2012	103

ANÁLISE DE PROJETOS AGRÍCOLAS DO FUNDO DISTRITAL DE DESENVOLVIMENTO EM CHIBUTO, MOÇAMBIQUE

Autor: JOANA MANUEL MATUSSE

Orientador: Prof. Dra. ANDRÉA ELOISA BUENO PIMENTEL

RESUMO

O presente trabalho analisa a implementação de projetos agrícolas beneficiados pelo Fundo Distrital de Desenvolvimento (FDD), tomando como caso o Distrito de Chibuto, Moçambique. Considerando as características do país, a relevância do FDD e a necessidade de se ter uma maior taxa de pagamento desses projetos, destaca-se a necessidade do estudo desses projetos. Apesar de seu aumento ao longo dos anos, a taxa de adimplência do pagamento dos recursos financeiros do FDD é baixa o que compromete o efeito multiplicador desses recursos financeiros que deveriam beneficiar mais projetos de desenvolvimento comunitário. Para a elaboração do trabalho foi aplicada entrevista semi-estruturada aos gestores do FDD do Distrito e foi usada a metodologia “bola de neve” na seleção dos agricultores entrevistados, onde a inclusão de informantes foi progressiva à medida que um entrevistado indicou nome de outro entrevistado. Aplicou-se questionário contendo perguntas fechadas e abertas sobre a implementação dos projetos. Constatou-se que a maioria dos agricultores familiares e associações agrícolas estão inadimplentes em relação ao pagamento do FDD, mesmo com rendas monetárias satisfatórias e que alguns fatores de natureza técnica, institucional e humano influenciam no pagamento do FDD. É imperativa a necessidade de reformulação dos mecanismos de gestão do FDD acompanhada de outras políticas públicas.

PALAVRAS-CHAVE: Fundos distritais, agricultores beneficiários, reembolso dos recursos financeiros, indicadores de sucesso e insucesso.

ANALYSIS OF AGRICULTURAL PROJECTS FUND DEVELOPMENT DISTRICT CHIBUTO, MOZAMBIQUE

Author: JOANA MANUEL MATUSSE

Adviser: Prof. Dra. ANDRÉA ELOÍSA BUENO PIMENTEL

ABSTRACT

This research examines the implementation of agricultural projects benefited from the District Development Fund (FDD), taking as if the District of Chibuto, Mozambique. Considering the characteristics of the country, the relevance of the FDD and the need to have a higher rate of payment of these projects highlights the need to study these projects, despite their increased over the years, has led to low rates compared financial resources to pay the FDD. Therefore, compromises the multiplier effect of these financial resources that should benefit more community development projects. For the preparation of this paper was applied to semi-structured interview managers FDD District and the methodology was used "snowball" in the selection of farmers interviewed, where the inclusion of informants was progressive as one respondent indicated behalf of another interviewee. Applied questionnaire with closed and open questions about the implementation of the projects. It was found that most farmers and agricultural associations are delinquent on the payment of the FDD, even with money incomes satisfactory and that some aspects of technical, institutional and human influence in the payment of the FDD. It is imperative to recast the management mechanisms FDD accompanied by other public policies.

KEYWORDS: Funds district, farmers beneficiaries, reimbursement of financial resources, indicators of success and failure

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisa a implementação de projetos agrícolas de desenvolvimento comunitário, no âmbito do Fundo Distrital de Desenvolvimento (FDD), tomando como caso o Distrito de Chibuto, Moçambique. O FDD é um fundo alocado aos governos distritais com o objetivo de incrementar a produção de alimentos, a geração de renda e de trabalho, visando a melhoria das condições de vida das populações e, conseqüentemente, a diminuição da pobreza. São analisados projetos que se enquadram no setor rural, pelo fato de 60% da população ser constituída por agricultores rurais e a atividade agrícola ser uma das principais fontes de rendimento e subsistência da população do distrito de Chibuto. (GOVERNO DISTRITAL DE CHIBUTO, 2008)

Sabe-se que um dos grandes problemas da alocação dos fundos aos distritos é o baixo nível de pagamento dos financiamentos. Entre 2006 e 2009 foram financiados 49.450 projetos, sendo Gaza a Província que financiou o maior número. Foram 8.624 projetos. O valor executado entre 2006 e 2009 foi de MTn 3.159.166.000,21 (meticais) (USD 101.613.573,50 – data da taxa de conversão: 01.12.2010) (BANCO CENTRAL..., 2012), com taxa de juros entre

3% e 7% e prazo de 2 a 5 anos de pagamento variando conforme o volume e tipo de atividade. No período, a taxa média de pagamento do FDD foi de 4,81%, ou seja, muito baixa. Em Gaza, a taxa média de pagamento no período foi menor – 3,78% (MAE, 2011).

A questão que se coloca é porque é que os projetos agrícolas de desenvolvimento distrital não estão alcançando bons resultados, mesmo apresentando um crescimento em termos numéricos de projetos financiados no período de 2008 a 2010.

As hipóteses são:

- a) Devido a sua localização geográfica suscetível a desastres naturais tais como a seca, as cheias e os ciclones, aliado ao uso de tecnologias de produção simples, os projetos agrícolas incorrem no insucesso.
- b) A fraca cobertura de infraestruturas nas zonas interiores do distrito e a degradação das vias de acesso comprometem a cadeia alimentar e consequentemente o fraco poder de comercialização.
- c) O baixo nível de escolaridade dos beneficiários aliado a falta de apoio técnico leva a fraca capacidade na gestão dos projetos e consequente declínio.
- d) Os mecanismos financeiros de apoio aos projetos não se adequam aos mesmos tendo em conta o tipo de atividade econômica dos projetos.

A pesquisa visa contribuir para a identificação e busca de soluções que respondam aos problemas de descapitalização que condicionam o desenvolvimento do setor agrícola no distrito. Visa também dar um suporte científico as ideias do censo comum relacionadas com algumas fragilidades da política de crédito (FDD) para o setor agrícola, que são insuficientes para dar resposta aos problemas surgidos. Que sirva de base científica de orientação para uma gestão eficiente e eficaz de recursos financeiros (FDD) e que seja um meio de consulta para o desenvolvimento de futuras pesquisas que enriqueçam o problema identificado.

Para a elaboração da pesquisa adotou-se a abordagem qualitativa no formato de estudo de caso do grupo de 20 agricultores e representantes de 3

organizações rurais que obtiveram recursos financeiros do FDD. Para além da pesquisa bibliográfica e documental. O curto período de tempo para o desenvolvimento da pesquisa de campo; as dificuldades de localização dos endereços das propriedades rurais devido à inexistência de uma lista completa dos agricultores familiares contemplados com o FDD nos órgãos gestores do fundo e a dificuldades de acesso às propriedades rurais pelas limitações de transitabilidade das vias de acesso limitaram o universo da pesquisa (23 entrevistados). Dada a dificuldade de se localizar as propriedades utilizou-se a metodologia “bola de neve” para encontrar e entrevistar os agricultores.

Foram concebidos e aplicados alguns instrumentos de coleta de dados no campo tais como entrevistas semi-estruturadas e questionários e; aplicação da teoria de análise FOFA (pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças) na análise sistêmica das propriedades rurais.

O trabalho está estruturado da seguinte maneira: no capítulo 2 que é a revisão bibliográfica, apresenta-se as características de Moçambique, as características de Chibuto e as concepções teóricas sobre gestão e sobre desenvolvimento. No capítulo 3 são apresentados os métodos de pesquisa utilizados. No capítulo 4, a estrutura de funcionamento do Fundo Distrital de Desenvolvimento, outros resultados e as discussões da pesquisa de campo. No 5 capítulo as conclusões.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 CARACTERIZAÇÃO DE MOÇAMBIQUE

Moçambique é um país localizado na costa sudeste de África, situado entre os paralelos 10° 27'e 26° 52'de latitude sul e entre os meridianos 30° 12'e 40°51 de longitude leste. Faz fronteira a norte com a Tanzânia, a noroeste com o Malawi e a Zâmbia, a oeste com o Zimbabwe e a África do Sul, a sul com a Suazilândia e a África do Sul, e a este é banhada pelo Oceano Índico, como ilustra a figura 1. Com uma área aproximada de 799.380 Km², o país tem uma faixa costeira com cerca de 2.470 Km. (GOVERNO DE MOÇAMBIQUE, 2012).

O país tornou-se independente de Portugal em 1975, após 10 anos de luta armada pela libertação nacional promovida pela Frente de Libertação Nacional de Moçambique (FRELIMO). Após o governo de transição, instalou-se um regime socialista. O conflito armado manteve-se até 1992. As primeiras eleições gerais e multipartidárias foram realizadas em outubro de 1994 e ganhas pelo partido FRELIMO (ORAM, 2010; BANCO MUNDIAL, 2013).

No que diz respeito à divisão administrativa, Moçambique é constituído por 11 (onze) Províncias: Maputo cidade, Maputo Província, Gaza, Inhambane,

predomina o clima tropical de altitude. A estação das chuvas ocorre entre outubro e abril. A precipitação média nas montanhas ultrapassa os 2000 mm. A umidade relativa é elevada situando-se entre 70 a 80%. As temperaturas médias variam entre 20°C no Sul e 26°C no Norte, sendo os valores mais elevados durante a época das chuvas. (FONTE, 2011).

De acordo com publicação da ORAM (2010) Moçambique apresenta três tipos de relevo: as planícies; a região planáltica que parte dos 200 a 1.000 metros de altitude, região situada basicamente entre o centro e o norte do país; e os grandes planaltos e montanhas, situadas no interior do país. A sua flora do tipo densa, aberta e savana, é extremamente rica em animais de grande, médio e pequeno porte e de várias espécies de madeiras preciosas, algumas das quais apreciadas no mercado internacional, alimentando, assim a indústria de exportação.

A constituição do solo é muito variável, tendo na parte meridional, solos arenosos, avermelhado ou branco, com exceção dos vales dos rios, com solos de aluvião, na zona central solo escuro e argiloso, por vezes pantanoso e na zona norte solos corados de vermelho pelo óxido de ferro que contém. (FONTE, 2011). O país é atravessado por vários rios de curso permanente, alguns dos quais nascem nos países vizinhos, além de possuir vários lagos e lagoas. O oceano que banha a linha costeira do país possui uma riqueza significativa que vai do peixe, a crustáceos e outros frutos do mar, além de possuir uma quantidade significativa de sal, que abastece as províncias do interior e os países do interland. (ORAM, 2010).

2.1.2. Aspectos sociais

De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2012) Moçambique possui 23.049.621 habitantes. Segundo os dados do Censo Populacional realizado em 2007 a população cresce a uma taxa média de 2,6% por ano. No geral, a esperança de vida não ultrapassa os cinquenta anos de vida, sendo a população feminina a maioria (mais de 50%). (ORAM, 2010).

De acordo com os inquéritos sócio-demográficos, realizados em 2007, a taxa de alfabetização de Moçambique é de 50,8% e de forma discriminada

entre homens e mulheres, a taxa de alfabetização masculina é de 66,8% e a feminina é de 36,9%. São consideradas alfabetizadas todas as pessoas com idade igual ou superior a 15 anos que possuem habilidades para ler e escrever. (DUARTE *et al.*, 2010).

Na província de Gaza, onde está localizado o Distrito de Chibuto, dados de 2007 demonstram que a taxa de analfabetismo entre homens é de 23,5% e entre mulheres é de 48%. De acordo com Chipembe *et al.* (2010) verifica-se uma substancial variação das taxas de analfabetismo de acordo com a área de residência, desconsiderando a separação de gênero. Nas áreas rurais esta é superior à registradas nas urbanas: 43,6% contra 24,4% respectivamente.

Em relação ao número de instituições públicas de ensino existentes em Moçambique bem como alunos matriculados e professores existentes até o ano 2011, o país possui os seguintes dados (INE, 2012) apresentados na tabela 1.

Tabela 1. Instituições Públicas de Ensino, Moçambique, 2011.

Instituições públicas de ensino	Número	Alunos matriculados	Professores existentes
Escolas do 1º grau (1ª a 5ª classe)	10.800	4.773.183	69.522
Escolas do 2º grau (6ª a 7ª classe)	3.524	792.679	22.641
Escolas secundárias do 1º ciclo (8ª a 10ª classe)	412	50.1845	11.190
Escolas secundárias do 2º ciclo (11ª a 12ª classe)	139	96.614	3.403
Escolas técnico-profissionais (elementar, básico e médio)	86	31.133	2.309
Instituições de ensino superior	18		

Fonte: INE (2012)

2.1.3 Economia

Apesar de o país ter nos últimos 15 anos um crescimento econômico anual na faixa de 7,5% e da incidência da pobreza absoluta ter caído de 69,4% em 1997 para 54,1% em 2003, esses índices ainda são considerados muito elevados. O país apresenta alta taxa de sub-emprego e insegurança alimentar, o que exige grandes esforços de políticas públicas que contam muito com recursos internacionais. (TORRES e GARMENDIA, 2011).

Grande parte da população moçambicana (70%) vive em zonas rurais e dedica-se majoritariamente a agricultura, que é a grande fonte de rendimento das famílias. A pesca, atividade que ocupa principalmente os residentes na costa do país, é também desenvolvida no interior do país pela população residente ao longo dos principais rios que atravessam o país e lagos. Na área pesqueira, há a pesca de pequeno, médio e grande porte, sendo as duas últimas modalidades do tipo semi-industrial. (ORAM, 2010).

Na agricultura, desenvolvem-se dois tipos de culturas fundamentais: a de produtos de consumo tais como cereais, leguminosas, verduras, tubérculos e outras e a chamada cultura de produtos de rendimento (produção comercial), desenvolvendo espécies tais como o algodão, o tabaco, a castanha de caju, o chá, a cana de açúcar, dentre outras. Em termos de disponibilidade de terra para a prática da agricultura, o país possui cerca de 36 milhões de hectares dos quais somente 5 milhões de hectares se encontram em cultivo e 3,3 milhões desses hectares são irrigáveis, destes apenas 50.000 hectares são presentemente irrigados. Na pecuária, desenvolve-se a criação do gado bovino, caprino, suíno e aves. Cerca de (95%) da produção agropecuária é proveniente de pequenas propriedades (menos de 25 hectares).

Visando reduzir a dependência externa, o Governo implantou o Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Setor Agrário (2008-2018). Conta com a colaboração de organismos internacionais e tem por finalidade garantir a segurança alimentar. Este Plano está embasado nos seguintes pilares: recursos naturais (terra, água, florestas e fauna bravia), tecnologias melhoradas, mercados e informação atualizada, serviços financeiros, formação de capital humano e social. Para tal, o Governo tem investido em sistemas de irrigação, produção de sementes melhoradas, mecanização agrícola, expansão do uso de tração animal (MOÇAMBIQUE, 2010). Apesar de preocupação com a sustentabilidade ambiental dos recursos naturais, o Governo de Moçambique tem investido na ampliação de insumos químicos e sementes melhoradas, fator este que, além de gerar impactos ambientais negativos, tende a transformar o agricultor em um dependente de grandes oligopólios produtores de insumos.

O setor agrícola tem peso de 26% do Produto Interno Bruto (PIB) e é responsável por 80% dos empregos no país. É seguido pela indústria transformadora (14% - principalmente metais não ferrosos, alimentação e bebidas, petróleo e gás natural), transporte e comunicações (12%), comércio (12%), eletricidade e água (6%) e serviços financeiros (6%). (AICEP, 2010).

Segundo dados do governo (MOÇAMBIQUE, 2010), há três tipos de explorações agrícolas no país: pequenas, médias e grandes. As pequenas e médias explorações são tratadas como Agregados Familiares Rurais (AFRs) diferenciando-se pela área cultivada e componente pecuário. A produção agrária tem 3,7 milhões de pequenas explorações, das quais 24,1% é chefiada por mulheres e são responsáveis por 95% do total de produção agrícola. Os outros 5% são constituídos por cerca de 400 agricultores comerciais que produzem principalmente para mercado externo tabaco (5% do valor das exportações em 2008), açúcar (2,7%), algodão (1,8%), castanha de caju (0,5%), além de chá. As culturas de exportação tiveram um aumento considerável nos últimos anos, principalmente com a entrada de investimentos externos (CARVALHO & SOUSA, 2009; AICEP, 2010; MOÇAMBIQUE, 2010).

Mosca (2008) sintetiza no quadro 1 as mudanças fundamentais na agricultura moçambicana após a independência. Na última coluna são destacados os elementos que caracterizam a agricultura no período colonial.

Segundo Mosca (2008), após o período em que se tentou implantar um sistema econômico socialista (entre 1975 e 1986), as reformas orientadas por instituições financeiras internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) levaram ao modelo de desenvolvimento agrário do período colonial. Moçambique possui também outros recursos naturais dentre eles, a energia hidroelétrica da barragem de Cahora Bassa situada no Rio Zambeze, na província de Tete, gás, carvão, minerais e madeiras. (FONTE, 2011).

Quadro 1. Mudanças na agricultura Moçambicana

	Período Pós-independência	Reformas	Período colonial
Propriedade da terra	Estatal	Estatal com negócio fundiário privado informal	Estatal com concessões e propriedade privada
Formas de propriedade das unidades econômicas	- Estatal - Cooperativa - Camponesas - Privada	- Privada - Camponesa - Cooperativas	- Privada - Camponesa - Cooperativas
Sistema econômico	Plano	Mercado formal e informal	Mercado
Estrutura do mercado	- Monopolista estatal - Concorrência	- Concorrência - Oligopólio em algumas culturas de exportação	- Concorrência - Oligopólio em algumas culturas de exportação
Mercado do investidor	- Abastecimento interno - Exportação	- Exportação - Abastecimento interno	Exportação - Abastecimento interno
Origem principal do investimento	- Nacional - Estatal com cooperação	- Externo - Privado	- Externo - Privado
Padrão de acumulação	Centrado no Estado e no país	Centrado no setor privado com articulações externas	Centrado no setor privado e no exterior
Tecnologia nas empresas	Intensivo em capital	Intensivo em trabalho	Intensivo em trabalho
Sistemas de produção dos pequenos produtores	Pequena propriedade - Assente na mão de obra familiar - Poucos insumos adquiridos no mercado - Produção principal para autossuficiência	Pequena propriedade - Assente na mão de obra familiar - Poucos insumos adquiridos no mercado - Produção principal para autossuficiência	Pequena propriedade - Assente na mão de obra familiar - Poucos insumos adquiridos no mercado - Produção principal para autossuficiência
Prioridade das culturas	Alimentares	Exportação	Exportação
Alianças sociais	- População urbana - Elite da administração e do setor estatal empresarial - Países socialistas	- População urbana - Elite da governação - Setor privado emergente - IBW - Países ocidentais	- Elite governamental - Colonos e nova elite local - Setor privado - Países ocidentais

Fonte: adaptado de MOSCA (2008, p. 62)

2.1.4. Aspectos histórico-políticos

A língua oficial é o português, mas são falados diversos dialetos africanos como o Makua-lomwe, Tsonga e Sena-Nyanja. A unidade monetária é o metical (MZN). O metical revalorizado (MTn) entrou em circulação em 01 de julho de 2006.

Trata-se de uma república unitária, cujo Presidente é eleito por sufrágio universal. O território de Moçambique teve seus primeiros contatos com pessoas de outros continentes a partir do século XI com a penetração árabe no norte do país. Negociavam minérios, marfim e madeiras raras, comercializavam escravos para a península arábica e para a Índia. A chegada dos portugueses em 1498 extinguiu o comércio que os africanos tinham com os árabes. A partir do século XVII, Moçambique tornou-se fornecedora de escravos para as colônias europeias na América e, em especial, para o Brasil. (CAU, 2011).

A chegada dos portugueses inicialmente deu-se com a passagem de Vasco da Gama na busca do caminho marítimo para as Índias. Os portugueses, atraídos pela possibilidade da existência de ouro, ao longo dos séculos XVI e seguintes, foram se fixando a partir do litoral para o interior, senhoreando terras e pessoas e usando desde negociação até armas (CABELA, 2006). Mas somente no final do século XIX é que Portugal reteve para si o domínio do território.

Portugal enfrentou forte resistência por parte da população moçambicana. Para reverter a situação, Portugal fez campanhas militares. No final do século XIX sua presença era fragmentada, caracterizada pelo tráfico de escravos e trabalho missionário. Os portugueses nos séculos XV e XVI consideravam-se mandatários da cristandade, interessados em resgatar a alma dos povos perdidos. (CAU, 2011).

“Os prazeiros, nas suas terras, eram senhores absolutos à semelhança dos senhores feudais europeus. Recebiam dos seus súditos produtos como marfim, produtos agrícolas e escravos. Nas suas terras, a sua vontade e capricho eram a lei. Contavam com exércitos formados por escravos, o que lhes valeu a oportunidade de alargar consideravelmente os limites das terras que originalmente lhes tinham sido concedidas pelos chefes africanos” (CAU, 2011, p. 19).

Depois das campanhas de pacificação usando armas, o governo português arrendou grandes áreas de terras à companhia majestática que desenvolveu na região do Vale do Zambeze, o cultivo de sisal e oleaginosas. (CAU, 2011).

A descoberta de ouro e diamantes em Transvall, província sul-africana e a necessidade de escoamento pelo Porto de Lourenço Marques fez surgir a primeira linha férrea que ligou África do Sul a Moçambique. O Governo Português, como precisava de divisas e dinheiro, assinou acordo de cooperação com o governo sul-africano para o uso de mão de obra a sul de Moçambique nas minas sul-africanas. Em virtude da desapropriação de terras aráveis ao norte do país, a imposição de trabalho forçado nas plantações, a migração forçada para as minas sul-africanas e a implantação do Estado Novo em 1926 levou a forte resistência do povo moçambicano, mas não organizada.

Com o início da descolonização da África, Portugal decidiu manter as suas colônias alegando que ofereceria à população condições de vida idêntica a europeia. Porém, a resolução S/5380 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, de 31 de junho de 1963, convidou Portugal a reconhecer o direito à independência dos seus territórios. (CAU, 2011).

Os moçambicanos de cor negra e mestiços não tinham acesso a cargos da administração ou nas empresas privadas ou comerciais. Quase todos os postos de trabalho eram ocupados por imigrantes portugueses ou indianos. Como os portugueses insistiam em manter a colônia, a guerra de libertação nacional eclodiu em 25 de setembro de 1964. As primeiras organizações em prol da independência de Moçambique eram formadas no exterior, reunindo moçambicanos residentes em países como Malawi, Tanganica (atual Tanzânia), Quênia e Rodésia do Sul. Nesta última, criou-se a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO). Em 1961 surgiu no Quênia a Mozambique African National Union (MANU). A União Africana de Moçambique Independente (UNAMI) foi fundada em Malawi. A Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) nasceu da fusão da UDENAMO, MANU e UNAMI. (CAU, 2011).

“Dado o fato de que um dos resultados imediatos da guerra era a eliminação do Estado colonial, no qual as forças de repressão abandonam um determinado local e, conseqüentemente, a lei, a administração e os sistemas de exploração econômica dos portugueses desapareciam, o vazio deixado pela destruição do Estado colonial colocou um problema prático que não tinha sido claramente revisto pela direção da FRELIMO: juntamente com a administração portuguesa, desapareceu uma série de serviços, particularmente os de natureza comercial, enquanto o povo continuava nessas zonas e a precisar de tais serviços. Assim sendo, era preciso primeiro satisfazer as necessidades materiais, assegurar um abastecimento adequado de alimentos, e fornecer outros artigos importantes tais como vestuário, sabão, fósforos e, depois, criar serviços de saúde e de educação, além de organizar sistemas administrativos e judiciais”. (CAU, 2011, p. 26).

Nesse processo, nas regiões livres a FRELIMO tornou-se um governo uni-partidário. As tropas portuguesas não conseguiam impedir que os movimentos de libertação nas suas colônias conseguissem extensos territórios libertados. O descontentamento do povo português das guerras nas colônias contribuiu, em parte, para que em abril de 1974 o governo português fosse deposto. O novo governo assinou um cessar-fogo com a FRELIMO, em 07 de setembro de 1974. Pelos acordos, ficou decidido que se instalaria um governo de transição que prepararia o território para a programação da independência, que ocorreu no dia 25 de junho de 1975. Oficialmente o governo adotou regime socialista, apoiado pela então União Soviética.

“Na prática, no novo Estado independente, predominava um regime que era regido pelas leis características de uma sociedade capitalista numa fase embrionária, com regras socialistas ditadas pela euforia da independência, mas nenhuma delas poderia sobressair, pois o país estava ainda muito atrasado, ou seja, na fase feudal” (CAU, 2011, p. 32).

Com a independência em 1975, Moçambique tentou modificar a economia ligada ao setor de serviços para uma economia mais diversificada via aproximação com os países socialistas da Europa. Mas, fatores externos juntamente com o modelo socialista adotado levaram o país a mergulhar numa guerra civil um ano após a independência (CAU, 2011).

Na segunda metade da década de 1980, o país mudou seu modelo de desenvolvimento, adotando uma economia de mercado. Mas o conflito em Moçambique não terminou com a independência em 1975. A guerra de intervenção que surgiu em 1976 obrigou o governo de Moçambique a optar por uma economia de guerra que limitasse a produzir para a guerra (CAU, 2011). O conflito armado manteve-se até 1992. As primeiras eleições gerais e multipartidárias foram realizadas em outubro de 1994 e ganhas pelo partido FRELIMO como já colocado. (ORAM, 2010, BANCO MUNDIAL, 2013).

2.1.5 Conflitos pela posse da terra em Moçambique

Após a independência, os camponeses tinham a intenção de ocupar as terras abandonadas ou não usadas pelas grandes explorações. Muitas dessas terras haviam pertencido a seus antepassados. O governo, porém, nacionalizou a terra, a propriedade privada foi proibida, as terras e empresas dos colonos transformaram-se em empresas estatais ou cooperativas (MOSCA, 2008).

Na política agrária após a independência pretendia-se a socialização do meio rural, através da estatização do setor privado, a formação de empresas estatais e a implantação do cooperativismo para o campesinato. A população rural deveria concentrar-se em aldeias comunitárias. A ideia era semelhante a concepção de agrovilas que se tem no Brasil, onde a aglutinação de famílias rurais em um mesmo espaço facilita o acesso a melhores condições de vida como melhores moradias, acesso a meios de transporte, educação, saúde, etc. Em período de guerrilha, o controle da população em aldeias e outras formas de *habitat* passa a adquirir conotação militar (MOSCA, 2008).

A agricultura era considerada a priori a base para a promoção do desenvolvimento. Cabia a ela fornecer alimentos a preços baixos para manter baixos os custos nas cidades e manter a indústria competitiva. A acumulação não se realizaria na agricultura, mas era transferida para as cidades e empresas exportadoras estatais. Cabia a essas empresas estatais financiarem a construção do socialismo (MOSCA, 2008).

Foram criadas grandes empresas agrícolas à semelhança dos *sovkolz* soviéticos e dos complexos agroindustriais dos países socialistas. As empresas estatais eram idealizadas como superiores por ser de propriedade do povo. Do ponto de vista organizacional seguiam modelo de especialização via grandes empresas monopolistas ou eram compostas por várias empresas dirigidas por um órgão estatal do respectivo ramo. Visava-se uma sociedade sem classes, sem exploração, sendo os principais meios de produção pertencentes ao Estado e a serviço do povo (MOSCA, 2008).

Os investimentos no setor agrário entre os anos de 1978 e 1983 foram de 90% para as grandes empresas estatais e 2% para as cooperativas. Nos primeiros anos realmente a produção de alimentos foi prioridade, mas, com o passar do tempo, e dada a inviabilidade das empresas estatais, o aumento dos *déficits* externos e as crises dos países socialistas, as culturas de exportação passaram a ganhar destaca. Além disso, nas palavras de Mosca (2008, p. 48), as empresas estatais:

“...eram o instrumento de aplicação da política econômica, para exercer o controle da economia, para concentrar a acumulação e, em muitos casos, um meio de facilitar a acessibilidade e a distribuição da riqueza pelas elites aquando das privatizações”.

Durante a guerra, a concepção da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) era a única representante do povo. Não se aceitavam outras forças políticas ou de outra natureza, como a religiosa, que tivessem capacidade para mobilizar e influenciar a população (MOSCA, 2008).

Os camponeses eram vistos como ortodoxos, conservadores, economicamente atrasados e produtores de excedente. Sua transformação em operário agrícola era vista como estratégica. E na formação de aldeias, não se levou em conta o aspecto cultural, o sistema produtivo e de comercialização do camponês. O êxodo dos comerciantes estrangeiros gerou quebra no comércio rural e impactou o escoamento dos excedentes produtivos e abastecimento de insumos. As empresas estatais foram incapazes de suprir o comércio (MOSCA, 2008).

A insatisfação dos camponeses era demonstrada de diversas formas incluindo no apoio à guerrilha antigovernamental. A guerra se ampliou impedindo a produção agrícola em grande parte do território, elevando a pobreza. O governo controlava os preços dos produtos, os salários, havia repressão policial nos mercados paralelos. As estatísticas oficiais não refletiam a realidade da economia. A ajuda humanitária externa fez crescer os mercados paralelos. A economia informal se alastrou no meio rural e reiniciou-se de maneira generalizada a acumulação privada (MOSCA, 2008).

Essa crise econômica gerou redução do PIB a partir do início da década de 1980. Houve queda da produção agrícola, atingindo 21% dos valores encontrados no momento da independência. Desequilíbrio das contas nacionais, sendo que as despesas militares chegaram ao patamar de 50% dos gastos totais do Estado. Elevada dívida impossibilitava o pagamento dos serviços da dívida e assim, impedia endividamento externo. A inflação oficial era de 35%. Estimou-se uma perda salarial de 55% entre 1980 e 1984, o consumo privado reduziu no período 30%. Cerca de 60% da população estava em situação de pobreza absoluta e 40% viviam em campos de refugiados de guerra ou tinham imigrado para países vizinhos. (MOSCA, 2008).

Com a crise a política agrária mudou. Iniciou-se a distribuição de terras de algumas empresas estatais aos camponeses, cujo objetivo era político e militar, a fim de reduzir o apoio dos camponeses ao movimento anti-governo. Cabe destacar que os responsáveis por empresas estatais e funcionários do Governo receberam mais de quatro hectares nas melhores terras. O tamanho da área variava conforme seu status na burocracia, a patente militar, o acesso ao centro de poder e nos recursos e experiência na agricultura que possuíam. Estruturaram-se redes de extensão rural e as aldeias comunais deixaram de ser prioridade. Muitas desapareceram. Houve distribuição de terras para o setor privado, incentivo a reabilitação da rede comercial, formação de empresas mistas em *joint-ventures*, recuperado o sistema de concessões e venda de empresas públicas.

Pitcher (2000, citado por MOSCA, 2008) coloca vários conflitos de terras nas zonas periferias das cidades, nos sistemas de regadio e com os

deslocados e refugiados de guerra quando voltaram para seus locais de origem. Em muitos casos, a ocupação de terras foi autorizada sem conhecimento de quem as usou durante décadas e gerações, sem participação de autoridades locais. Nos territórios governados pela RENAMO não foi diferente. Mosca (2008) também relata a concessão de grandes áreas para pessoas destacadas da sociedade sem que estes exerçam qualquer atividade, ou seja, a aquisição de terras para fins puramente especulativos no longo prazo.

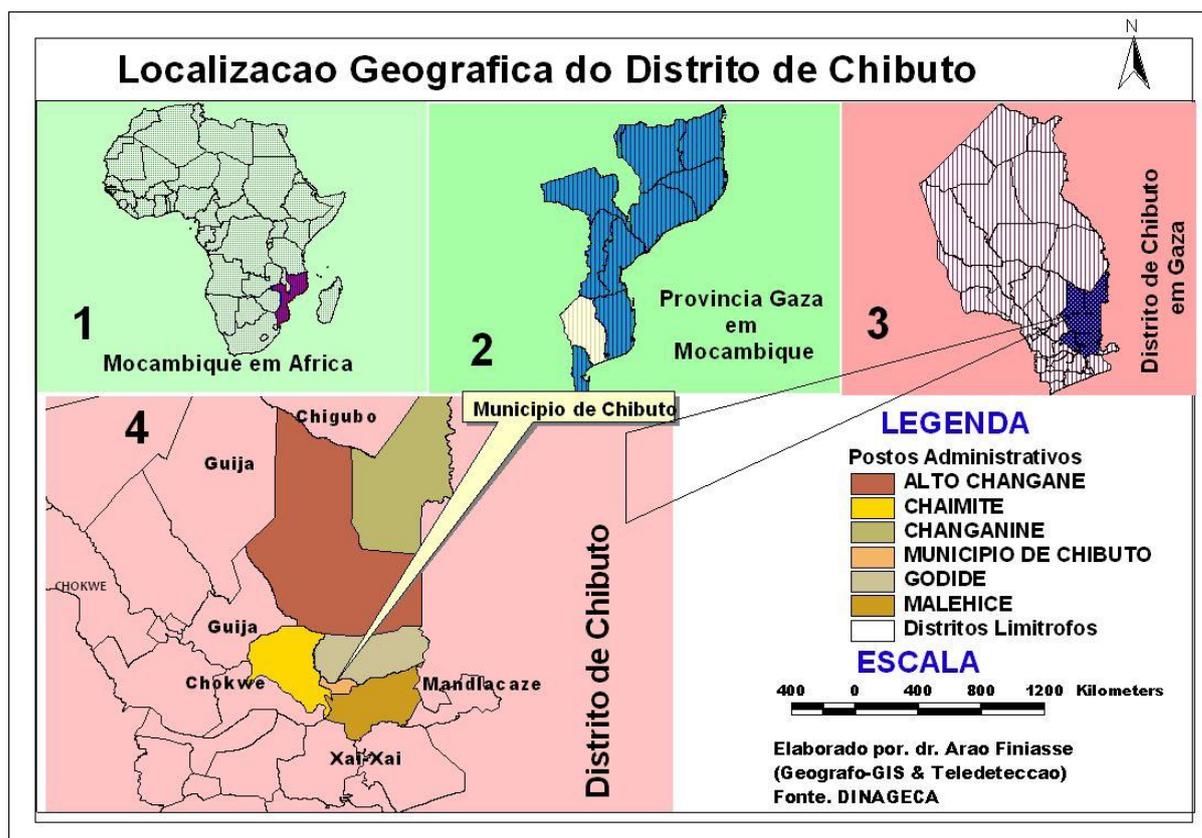
Ampliou-se a economia informal, reforçada pela urbanização e o êxodo rural. O poder de compra do salário caiu consideravelmente. O plano de centralização do Governo foi substituído pelo do mercado. A propriedade estatal e coletiva deu lugar a propriedade privada, embora teoricamente não deve existir mercado de terras legal no país (MOSCA, 2008). A terra é de propriedade do Estado. Para seu uso é necessária a obtenção do Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT). Há três níveis de concessão: até 1.000 ha, concedida pelo governo de cada Província; de 1.000 ha a 10.000 ha, pelo Ministro da Agricultura; acima desse valor, pelo Conselho de Ministros. Em todos os níveis, a concessão é mediante consulta à Comunidade onde o terreno se localiza e ainda do aval técnico dos Serviços de Geografia e Cadastro (AICEP, 2010). Os direitos adquiridos por ocupações costumeiras teoricamente são legalmente reconhecidos como direitos atribuídos pelo Estado (MOÇAMBIQUE, 2010).

2.2. CARACTERIZAÇÃO DO DISTRITO DE CHIBUTO

O distrito apresenta 6 (seis) Postos Administrativos, nomeadamente Malehice, Godide, Alto-Changane, Changanine, Tchaimite e Chibuto-Sede (Município de Chibuto) e tem uma população estimada em 197.214 habitantes dos quais 44% são homens e 56% mulheres, com uma densidade populacional de 29,3 habitantes/km². (GOVERNO DISTRITAL DE CHIBUTO, 2008). A título de exemplo, a densidade populacional do estado de São Paulo (SEADE, 2012) é de 168,97 hab./km².

2.2.1 Localização geográfica

O distrito de Chibuto localiza-se na região sul da província de Gaza, com uma superfície de 5.602 km² e é limitado ao norte pelo distrito de Chigubo, ao sul pelo distrito de Xai-xai, a leste pela província de Inhambane (Panda e Mandlacaze) e a oeste pelos distritos de Chókwè e Guija, (GOVERNO DISTRITAL DE CHIBUTO, 2008) como ilustra a figura 2.



Fonte: FINIASSE (2011)

Figura 2: Limites geográficos do distrito de Chibuto

O distrito está dividido em 6 postos administrativos, nomeadamente Malehice, Godide, Alto-Changane, Changanine, Chaimite e Chibuto-Sede (Município de Chibuto) e em 2008 tinha uma população estimada em 197.214 habitantes dos quais 44% eram homens e 56% eram mulheres, com uma densidade populacional de 29,3 habitantes/km² (GOVERNO DISTRITAL DE CHIBUTO, 2008). Possui 18 localidades, 33 aldeias comunitárias e 24 povoações (MOÇAMBIQUE, 2005).

2.2.2 Condições físico-naturais

Está localizado numa planície irregular, com altitudes abaixo de 100 metros e pequenas elevações que atingem entre 100 e 200 metros (GOVERNO DISTRITAL DE CHIBUTO, 2008). Apresenta dois (2) tipos de solos, nomeadamente argilosos e franco-arenosos. É formado por depósitos indiferenciados, no norte por aluviões, ao longo do rio Changane e por terraços no sudeste. Registram-se manchas de areias mineralizadas a nordeste da cidade bem como de areias para construção civil em Chaimite, no limite com Chókwe. Na sua parte norte e noroeste o distrito é composto por planícies de acumulação formadas por materiais argilosos e de aluvião-proluvião e planícies baixas de origem flúvio-marinha, enquanto a parte oriental é delimitada por planícies de acumulação marinha. Ao longo do rio Changane ocorrem fundos e vertentes dos vales com terraços rochosos e outros com aluvião pouco espesso. Ao longo do rio Limpopo no sul ocorrem fundos dos rios dos vales com depósitos aluviais. No norte do distrito os solos são de aluviões argilosos com cobertura arenosa de espessura variável e ao longo do rio Changane, os solos são de aluviões argilosos profundos. O extremo sudeste é composto por solos arenosos alaranjados e amarelos muito profundos e solos arenosos hidromórficos da fase dunar. A vegetação é aberta (savana), com predominância de micaias (nome comum a várias espécies de arbustos espinhosos do género *Acacia*) e tambeiras. (GOVERNO DISTRITAL DE CHIBUTO, 2008)

O clima é quase na sua totalidade tropical seco, com temperaturas médias anuais acima de 25°C. A queda pluviométrica anual varia em média entre 400 a 600 mm. Na época quente a umidade relativa varia de 60 a 80%. (GOVERNO DISTRITAL DE CHIBUTO, 2008). O distrito é banhado pelos rios Limpopo, Changane, Chégua e Jantigué, Sanguate, Nandjote e Plane. Os três últimos rios são afluentes do rio Changane. Este rio atravessa o distrito em todo o seu comprimento no sentido noroeste – sudoeste. Uma pequena porção do distrito, no seu extremo sul, é atravessada pelo rio Limpopo. Como consequência da subida dos níveis de precipitação e caudais dos rios à montante, ocorre com irregularidade, cheias localizadas ao longo dos rios

Limpopo e Changane. As lagoas mais importantes são Bambeni, Nhangule, Linguazi, Zengue, Nunguane, Marilele e Lungue. (GOVERNO DISTRITAL DE CHIBUTO, 2008)

2.2.3. Educação

O distrito tem uma taxa de escolarização um pouco abaixo da média da província, com cerca de 46% da população alfabetizada, predominantemente homens e 48% dos habitantes, principalmente residentes no posto administrativo sede, frequentam ou já frequentaram a escola na sua maioria até ao nível primário. (MAE, 2011)

2.2.4. Economia

A agricultura é a principal atividade e serve de subsistência para mais de 90% da população. É praticada pelo setor familiar e empresarial. Cada família cultiva, em média, uma área de 1,5 ha e a atividade é realizada em duas épocas, sendo a 1ª na época quente e chuvosa (outubro a março) e a 2ª na época fresca e seca (abril a setembro). A área total arável do distrito é de 6.644 ha dos quais 5.302 ha (79,8%) são cultivados. Destes, 905 ha são machongos¹ e 1.989 ha de regadios². Dos 11 regadios existentes em 2012, apenas 3 estão operacionais.

As principais culturas alimentares são o milho, feijões, mandioca, batata-doce e hortícolas. Em termos de culturas de rendimento ou comerciais, o caju assume lugar de destaque, sendo Chibuto o segundo maior produtor da Província. O Distrito tem um total de 1.180.200 cajueiros, com uma produção média anual de 5.901 toneladas de castanha de caju. A produção de fruta é feita, majoritariamente, no nível familiar, não havendo grandes explorações. As frutas mais comuns são a mangueira, bananeira, mafureira, canhueiro e

¹ Machongos são solos agromórficos (onde há nascentes), ou seja, solos compostos por matéria orgânica, onde há muita umidade.

² Regadios são sistemas de irrigação (sistemas de captação de água) que visam o fornecimento de água às plantas com o objetivo de aumentar a umidade do solo e incrementar o rendimento das culturas (CENSO AGRO-PECUÁRIO 2009 – 2010: Resultados preliminares). Instituto Nacional de Estatística, Maputo: 2011.

pequenas quantidades de abacaxi. (GOVERNO DISTRITAL DE CHIBUTO, 2008)

A agricultura é praticada, no geral, em regime de consorciação de culturas com base em variedades locais e em algumas regiões com recurso a tração animal e tratores. A produção agrícola é feita predominantemente em condições de sequeiro. Algumas famílias empregam métodos naturais (adubação orgânica) de fertilização dos solos como o pousio da terra, a incorporação no solo de restos de plantas, estrumes ou cinza. A atividade agrícola ocupa 88% da mão de obra ativa do distrito. (MAE, 2011). Existem alguns fatores que limitam a produção de culturas alimentares, dentre eles, a seca, as pragas, a inexistência de sistemas de irrigação, as cheias, a insuficiência de sementes, a falta de animais de tração, a falta de alfaia³, terra improdutivo.

A produção não agrícola é colocada como importante fonte de rendimento da população do distrito de Chibuto dada a venda de madeira, lenha, caniço, carvão, atividades pesqueiras e artesanal.

As principais fontes de rendimento são a venda de bebidas tradicionais, o trabalho informal, emprego formal, pesca, sendo o trabalho dos emigrantes na África do Sul uma fonte importante de rendimento familiar. No período de escassez, as famílias recorrem a programas como “comida pelo trabalho”, coleta de frutas silvestres, caça e remessa de famílias para o estrangeiro (MOÇAMBIQUE, 2005).

A estratificação dos principais grupos sócio-econômicos do Distrito de Chibuto dá-se nas classes baixa, média e alta e entre agricultores, migrantes, funcionários públicos e comerciantes. O grupo de agricultores é a maioria (60%) e a mais vulnerável. A principal fonte de rendimento é a atividade agropecuária (MOÇAMBIQUE, 2008).

As principais espécies animais existentes no distrito são os galináceos, suínos, caprinos, ovinos e bovinos. A existência de grandes áreas de pastos bem como a tradição na criação de gado proporciona ao distrito

³ Alfaia é um implemento agrícola (instrumento de trabalho agrícola) ou equipamento mecânico que acoplado a um trator ou a um animal, desempenha funções na agricultura. São exemplo de alfaia o arado, a grade-charrua, a plantadeira, a colheitadeira, a niveladora.

potencialidades para prática desta atividade. Existem no Distrito 4.097 criadores de animais, sendo a grande parte do setor familiar. Os principais problemas que afetam esta atividade são a alta taxa de mortalidade do gado bovino (10–20%a.a) pela deficiente assistência veterinária, infraestruturas paralisadas e descapitalização dos criadores. As queimadas descontroladas e a seca também constituem problemas que afetam a atividade. (GOVERNO DISTRITAL DE CHIBUTO, 2008)

Com relação à atividade pesqueira, as espécies mais capturadas no Distrito são: clarias, nilóticas, carpa e outras espécies conhecidas localmente como a tilápia (chidjiana), mungambi, ximonzho, muovanga, chidjoana e combane, cuja quantidade produzida em média é de 22.320 kg/ pescador. Alguns fatores dificultam o desenvolvimento da pesca tais como a falta de fundos para assistência aos pescadores, a fraca fiscalização desta atividade, o descumprimento do período de defeso pelos pescadores, a falta de mecanismos eficazes de comercialização do pescado e a prática da pesca com redes não autorizadas nas lagoas, o que põe em risco a procriação das espécies bem como a sua qualidade. (GOVERNO DISTRITAL DE CHIBUTO, 2008)

Quanto aos minérios, o distrito possui no Posto sede, zona Canhavano, um Jazigo de areias pesadas (Titânio), constituindo a maior reserva mundial de ilmenite, componente essencial da indústria de Titânio. Existe uma área de 10.000 ha destinados a exploração das areias pesadas. Há também, no distrito sinais de presença de água mineral, sem observância técnica, em Chihare e Tinwarine no Posto Administrativo de Changanine. Em quase todos os postos administrativos existe areia apropriada para construção civil e argila para a fabricação de tijolos e objetos domésticos. (GOVERNO DISTRITAL DE CHIBUTO, 2008).

A atividade comercial do distrito compreende o comércio atacado e varejo e é desenvolvida pelo setor formal, com uma média de 263 homens e 53 mulheres, bem como pelo informal com 117 homens e 470 mulheres, indicando o grau de precarização das relações de trabalho feminina. A rede comercial, distribuída pelos postos administrativos, totaliza 231 estabelecimentos, dos

quais 135 estão operacionais e 96 inoperacionais. Os principais produtos comercializados no distrito são milho, feijão manteiga e nhemba, castanha de caju e mafura. Os principais entraves à comercialização de produtos agropecuários e industriais são a descapitalização dos comerciantes, fracas condições de armazenamento de produtos, vias de acesso degradadas, fraca produção, deficiente sistema de registro e controlo bem como o elevado número de lojas encerradas. (GOVERNO DISTRITAL DE CHIBUTO, 2008)

Existem 04 restaurantes dos quais 2 estão encerrados e 2 operacionais. Existem 10 bares dos quais 9 encontram-se em funcionamento e 1 encerrado, 16 quiosques operacionais, 1 take away (lanchonete) encerrado, 1 agencia de viagens operacional e 2 casas de aluguel. Este setor emprega 38 pessoas das quais 15 homens e 23 mulheres. Outros atrativos turísticos do distrito são as lagoas de Bambeni e Malehice, bem como vários monumentos históricos. (GOVERNO DISTRITAL DE CHIBUTO, 2008)

No distrito de Chibuto existem 35 indústrias de pequena e média dimensão, das quais 27 encontram-se operacionais e 8 inoperacionais. As principais indústrias são a de panificação, carpintarias, farinha e cerâmica. Os principais problemas na indústria local são: infraestruturas destruídas e paralisadas e a descapitalização do setor privado local. (GOVERNO DISTRITAL DE CHIBUTO, 2008).

O distrito possui apenas via rodoviária e aérea. Tem uma rede de 333 Km de estrada, da qual 87Km é asfaltada, 166km de terra batida e 80km de picada. O acesso para grande parte dos distritos vizinhos é feito por estradas asfaltadas e em boas condições. A ligação entre as localidades e postos administrativos bem como para outros distritos vizinhos é feita através de estradas de terra batida com limitações de transitabilidade durante a época chuvosa. Esse aspecto afeta o acesso às principais zonas de produção agropecuária. A manutenção das vias de acesso no nível do distrito é deficitária, principalmente nas zonas de produção. O aeroporto existente localizado na área municipal apresenta fraca sinalização e um mal estado de conservação da pista (terra batida 1200m) o que não permite a navegação durante o período noturno. (GOVERNO DISTRITAL DE CHIBUTO, 2008).

2.2.5 Aspectos histórico-políticos

Chibutsu ou Chimbuntsu⁴, atualmente Chibuto, era um local mais elevado geograficamente, considerado sagrado, ou seja, zona exclusiva de cultos tradicionais aos deuses. Na falta de chuvas, os anciãos da zona, juntamente com a população, dirigiam-se a essa elevação para realizar cultos evocando os espíritos e pedindo chuvas. Reza a tradição que quando se faziam cerimônias, sempre chovia. Tais cerimônias eram datadas de Culalane, primeiro régulo e que foi sucedido por Chigonguanhane. (MOÇAMBIQUE, 2005).

Os portugueses quando chegaram fixaram-se na zona de Chibutsu. De acordo com a tradição, todos os dias, por volta das 17h, ouvi-se o tocar de tambores e, de repente, soprava um redemoinho que permanecia até a saída dos portugueses do local sagrado. Os portugueses solicitaram ao régulo Chigonguanhane que indicasse um local onde pudessem permanecer. O local indicado foi a zona onde fica a cidade de Chibuto. Desta forma, os portugueses dividiram o povoado de Chibuto em duas zonas – a Serra e o Vale. A Zona da Serra era de responsabilidade de Chigonguanhane, proclamado de rei regional e a Zona do Vale entregue a outros chefes de terras. Com a morte de Chigonguanhane, as cerimônias de cultos foram transferidas para a área da família real na zona de Mupaiaia, onde eram celebradas anualmente as cerimônias Mbelelo, com a finalidade de pedir chuvas aos deuses e afugentar os animais que devastavam as machambas (MOÇAMBIQUE, 2005).

Os grupos étnicos predominantes no distrito são as Machanganas, cuja linha de sucessão e herança é patrilinear. Na atualidade, as principais cerimônias são Kuhaula Mundzeko, que se realizam em fevereiro, na época de canhú, atingindo seu ponto mais alto Chikuwha, época de vindima e seu fim kuhayeka Mundzeko, término da época. Na zona da serra tem-se a cerimônia Kuluma Nguvaya Makandju, que é a época de caju em cerimônias tradicionais. Nas épocas de ocorrência de pragas nas culturas, realiza-se a cerimônia pfupfanhe e continua a Mbelelo, que é clamor de chuva aos deuses. E

⁴ Há divergência de colocação do termo entre 2 estudos. Moçambique (2005) coloca Chibutsu e Moçambique (2008) coloca Chimbuntsu. Não se encontrou outra literatura.

considera-se como principais manifestações culturais do Distrito de Chibuto a Makwaela, Chingomane, Makuai, Massesse, Ritmo de Tingona, Ngalanga, Mutimba e Canto. (MOÇAMBIQUE, 2008)

O distrito de Chibuto (no caso o Município de chibuto) ascendeu ao estatuto de cidade em 08 de outubro de 1971.

Há várias crenças no Distrito de Chibuto, sendo a sião/zione a religião dominante, seguida da católica, protestante, muçulmana e animista (MOÇAMBIQUE, 2005).

A língua oficial é o português, mas a língua materna dominante é o Xitsonga. Dados do censo de 1997 indicam que 37% da população do Distrito de Chibuto com 5 ou mais anos de idade têm conhecimento da língua portuguesa (MOÇAMBIQUE, 2005).

2.2.6 Conflito pela posse da terra em Chibuto

Apesar da densidade populacional não ser elevada, há alguns conflitos ligados à posse da terra na localidade, que têm origem na redistribuição de terras feita após a independência. As moderações e resoluções são feitas conjuntamente pela Administração Estatal, pela Direção Distrital de Agricultura e Desenvolvimento Rural (setor de serviços de geografia e cadastro) e anciãos influentes localmente. O acesso à terra é determinado pelas autoridades tradicionais e pelas estruturas administrativas (MOÇAMBIQUE, 2008)

O Distrito de Chibuto possui aproximadamente 33 mil explorações agrícolas que ocupam uma área média de 2,2 hectares. Estas explorações são divididas em cerca de 115 mil parcelas, metade com menos de 0,5 hectares e 60% exploradas por mulheres. Metade da área cultivada pertence a 20% dos exploradores do Distrito e cerca de 20% das propriedades tem área entre 5 a 10 hectares. Um terço das parcelas agrícolas pertence às autoridades tradicionais e oficiais do Distrito.

A região de Chibuto é de longa data fornecedora de mão de obra para a África do Sul. Os jovens continuam a seguir esta tendência, a procura de trabalho, embora em número menor, por isso a agricultura familiar tem uma participação expressiva de mulheres (ARNALL, 2012).

Cerca de 90% das explorações são cultivadas por 3 ou mais membros. Mais da metade das parcelas pertencem à famílias da região, sendo transmitidas por herança aos filhos. A maioria das famílias não tem título de uso de posse da área (MOÇAMBIQUE, 2005).

A variação dos níveis de renda das famílias é feita com base no tamanho das famílias e na área das machambas. As famílias mais ricas e maiores cultivam entre 07 e 13 hectares e as mais pobres e menores entre 05 e 06 hectares. Outro indicador de riqueza é o número de animais por família. As famílias mais ricas têm animais mais valiosos como gado bovino, incluindo seu uso para tração animal. As famílias mais pobres possuem poucos ou nenhum animal, restringindo-se, muitas vezes, a poucas galinhas (ARNALL, 2012).

2.3 GESTÃO DE PROPRIEDADES RURAIS

2.3.1 Visão Sistêmica

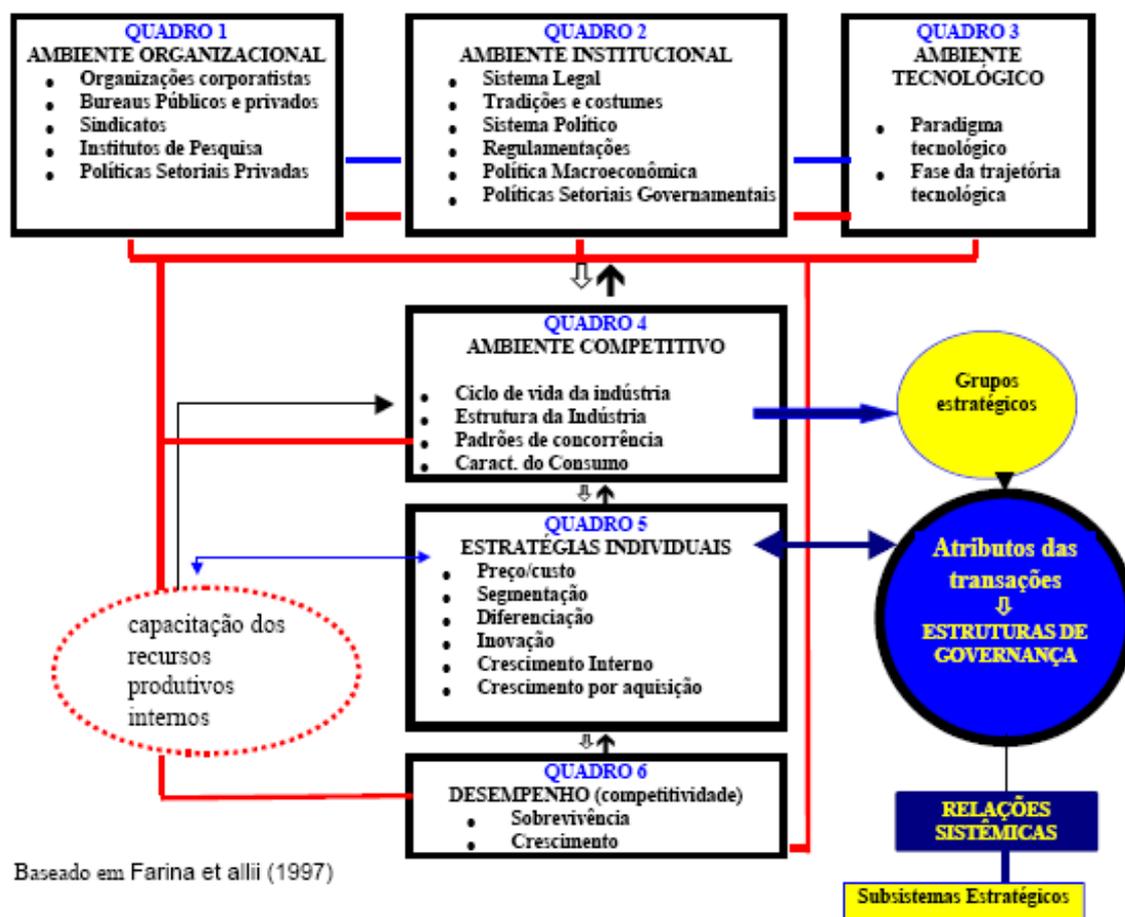
Considera-se a propriedade rural inserida dentro de um sistema aberto. Por sistema aberto, entende-se um complexo de elementos em interação e em intercâmbio contínuo com o ambiente.” (VON BERTALANFFY citado por MOTTA e VASCONCELOS, 2004, p.171). Para Motta e Vasconcelos (2004) a organização, entendida como empreendimento ou empresa, é um sistema aberto definida por suas importações e exportações ou por outra, sua relação com o ambiente, que deve se adaptar a ele. Desta forma, as organizações apresentam 5 (cinco) subsistemas que cumprem as funções citadas anteriormente: a) Subsistema de produção – refere-se à transformação de insumos em produtos, respondendo a função gerar e fixar objetivos; b) Subsistema de suporte – corresponde à função adaptação, busca a manutenção de uma boa relação com outras estruturas do ambiente; c) Subsistema de manutenção – corresponde à função latência, trata da ligação das pessoas ao sistema, por meio de recompensas e punições, mantendo os valores e pressupostos básicos do sistema em uma ação conservadora; d) Subsistema adaptativo – corresponde à função adaptação, capta mudanças

ambientais relevantes e traduzem-as para a organização; e) Subsistema administrativo – composto por atividades organizadas para o controle, a coordenação e a direção dos vários subsistemas, corresponde à função latência.

Para complementar os autores apresenta mais 4 (quatro) subsistemas que compõem a organização: f) Subsistema técnico – corresponde as demandas da tarefa, a implantação física e ao equipamento existente, sendo responsável pela eficiência potencial da organização; g) Subsistema social – corresponde as relações sociais das pessoas encarregadas da execução da tarefa, que transformam a eficiência potencial em eficiência real; h) Sistema externo – é o conjunto de atividades e interações impostas pelo ambiente, quer físico, cultural ou tecnológico; i) Sistema interno – é o conjunto das atividades e interações geradas pelo próprio sistema.

Com efeito, a organização eficiente deve estar alerta às relações internas e externas, maximizando o desempenho dos elos, visto que o sucesso de uma organização depende do esforço coordenado de seus membros. Portanto, segundo Uecker et al. (2005) as organizações como sistemas abertos apresentam elementos que interagem e se influenciam e a sua abordagem sistêmica permite perceber que as organizações inter-relacionam-se em um contexto externo formado por organizações do mesmo ou de outros setores e pela sociedade onde estão inseridas, influenciando seu funcionamento e sendo também influenciadas por ela.

De acordo com Cella (2002) existem inúmeros fatores que afetam ou condicionam o sucesso das organizações e para o caso de empreendimentos rurais esses fatores impactam o tipo de cultura agrícola ou criação animal desenvolvida, a produtividade e a rentabilidade alcançada no negócio. Conforme Zylbersztajn e Neves (2000) a compreensão desses fatores é fundamental não apenas para a análise dos condicionantes que determinam a configuração das organizações, mas também as estratégias empresariais por elas adotadas, com implicações no ambiente em que operam e estão inseridas, como se verifica na figura 3.



Fonte: Adaptado de Farina et al. (1997) citado por Zylbersztajn e Neves, 2000, p.41

Figura 3 – Ambientes do negócio

Segundo Zylbersztajn e Neves (2000) o ambiente organizacional é caracterizado pelas organizações que dão apoio aos negócios privados, dentre elas as instituições financeiras e de pesquisa e as associações econômicas. De acordo com Siegel et al. (1996) financiadores⁵ e investidores⁶ influenciam no desempenho dos empreendimentos, pois são a eles que grande parte de

⁵ Constituídos por bancos comerciais, de investimento, de fomento e outras instituições financeiras que se interessam pela capacidade do empreendimento pagar seu crédito.

⁶ Aqueles que esperam pela alta taxa de retorno, uma vez que têm uma parte da operação, como acionistas, em troca do seu investimento.

empreendedores recorrem na busca de capital para iniciar ou alavancar o negócio, dando em contrapartida garantias do seu compromisso de honrar as dívidas contraídas.

Uma das formas para fazer face às dificuldades enfrentadas pelos produtores rurais seja pela insuficiência de recursos financeiros ou incapacidade administrativa, é a formação de organizações cooperativas que contemplem a categoria de produtores familiares com a finalidade de buscar auxílio mútuo e ação conjunta, segundo Massoquim (2001).

Com relação ao ambiente institucional, existem instrumentos de regulação setorial⁷ que possibilitam ao setor público intervir nas condições e variáveis específicas da atividade agropecuária, como a política de preços, de financiamento, de seguro agrícola, de comercialização, tributária, incidindo na estratégia dos empreendimentos e desempenho dos mercados (RAMOS, 2007).

Dornelas (2008) considera que a oferta pública inicial é um marco importante para o desenvolvimento de um empreendimento, pois pode proporcionar o capital para crescer e se tornar relevante no setor em que atua. Essa oferta pode ser caracterizada em termos de infraestruturas de apoio ou incentivos financeiros. “A falta de incentivos e de uma política de alternativa condizente com a realidade do produtor rural tem sido o dilema do mesmo”. (MASSOQUIM, 2001, p.165).

Focando na política de crédito, esta estimula o incremento ordenado dos investimentos rurais, fornece o custeio adequado e oportunidade para produção e comercialização de produtos agropecuários, possibilita o fortalecimento econômico dos produtores rurais e melhora o padrão de vida das populações rurais (MASSOQUIM, 2001). Conforme Siegel et al. (1996) as condições de acesso das políticas de financiamento condicionam a estratégia e o desempenho dos empreendimentos, tais como o prazo de pagamento, entendida como a extensão do tempo ao longo da qual a dívida é amortizada dependendo do ativo financiado e as taxas de juros, entendida como as

⁷ Regulação setorial é o conjunto de ações que visam direcionar, modificar ou influenciar as decisões dos agentes econômicos e o funcionamento da economia.

condições de remuneração do capital variáveis segundo o custo do dinheiro no mercado no momento da transação.

Assim, os empréstimos para financiamento de capital de giro, no geral, têm menores prazos de pagamento e os destinados a aquisição de imóveis, mais prolongados, sendo que quanto maior o prazo, menores os pagamentos mensais, mas com um número maior de parcelas mensais, maior incidência de juros e conseqüentemente maior será o total pago. Desse modo, uma das formas de incentivo financeiro para empreendimentos com características diferenciais das demais, como a atividade agropecuária, que na sua face inicial incorre em despesas maiores que as receitas, são os períodos de carência definidos como períodos de tempo no início do empréstimo em que somente os juros são pagos. (SIEGEL et al., 1996).

Para complementar, Ramos (2007) diz que a necessidade de capital financeiro na agricultura, seja na forma de capital de giro (crédito de custeio), de capital para a comercialização da safra e de capital de investimento, é mais elevada. Daí a importância de políticas de crédito rural e de preços agrícolas que coloquem à disposição dos produtores rurais recursos em condições e prazos compatíveis com as especificidades da atividade.

Conforme Zylbersztajn e Neves (2000) o ambiente institucional é também constituído pelos sistemas legais de solução de disputas, pelas políticas macroeconômicas (monetária, fiscal e cambial) e pela política tarifária. Ainda sobre esse ambiente, Chagas (1999) considera que as políticas e incentivos setoriais, a legislação setorial tais como as leis ambientais, o código do consumidor; as mudanças, a evolução tecnológica e os aspectos culturais (sociológicos, antropológicos, psicológicos – estilo de vida, atitudes, personalidade, padrões de comportamento, princípios éticos e morais e tradições), como fatores externos ao negócio também incidem sobre o empreendimento.

Ramos (2007) acrescenta ainda que na atividade agropecuária verifica-se o predomínio de problemas relacionados a aspectos comerciais e financeiros (infraestrutura de comercialização deficitária, fraca garantia de recursos orçamentários) para além de questões técnico/produtivas,

institucionais (direito de propriedade, legislação trabalhista, provisão de bens públicos) e ambientais. É necessário considerar esses aspectos de ordem institucional que incluem as condições de infraestruturas (estradas, rede de telecomunicações e energia), os impostos excessivos, as leis e práticas comerciais, e que podem ameaçar o negócio (SEBRAE, 2006).

Conforme Zylbersztajn e Neves (2000) o ambiente tecnológico está relacionado aos investimentos públicos ou privados em ciência & tecnologia associada à formação de capital humano. Souza Filho e Batalha (2005) destacam que a falta de pesquisa nessa área aliada à baixa capacidade de absorção e utilização de ferramentas gerenciais, o baixo investimento em pesquisa e desenvolvimento, a descapitalização da grande maioria dos agricultores que não podem ter acesso e se beneficiar de tecnologias de informação, o baixo nível de educação dos agricultores, a falta de uma cultura que crie um ambiente propício à adoção de novas tecnologias de gestão e a falta de capacitação adequada dos técnicos responsáveis pela assistência técnica aos produtores, é um entrave ao desenvolvimento desse ramo de atividade. Os autores ainda acrescentam que a qualidade da matéria-prima e do produto final agropecuário está sujeita a variações climáticas, às técnicas de cultivo e manejo empregadas, afetando a padronização e regularidade de padrões de qualidade do produto acabado. Assim, os fatores referenciados são um dos principais desafios, o que pressupõe a adoção de tecnologias e procedimentos que reconheçam essas variabilidades e as valorizem da melhor forma possível no mercado.

O ambiente competitivo, por sua vez, é uma característica do mercado constituído pela competitividade e concorrência das empresas. A competitividade caracteriza-se pela capacidade de sobrevivência e de crescimento dos empreendimentos em mercados concorrentes e a concorrência, na disputa entre as empresas pela renda limitada dos consumidores ou pelo acesso aos insumos. Trata-se, por um lado, da principal ameaça aos lucros e a própria sobrevivência das empresas, por meio da elaboração de estratégias buscando o desmantelamento de seus principais concorrentes, por outro lado, é o meio pelo qual a empresa pode crescer e

ampliar sua participação em seu mercado concorrente ou conquistar novos mercados. (ZYLBERSZTAJN e NEVES, 2000)

Desse modo, a competitividade, segundo Maximiano (2000) resulta de estratégias competitivas dos empreendimentos que devem identificar limitações e potencialidades e delinear linhas de ação visando promover o que elas têm de melhor, minimizando seus pontos fracos. Além disso, de acordo com Chagas (1999) os aspectos demográficos e geográficos caracterizados pela densidade populacional, composição, faixa etária e de renda, grau de escolaridade, gênero, profissão, estado civil, composição familiar, distribuição geográfica, localização, natureza, tamanho, direção bem como a identificação do ciclo de vida da economia e do setor⁸ são cruciais para a confirmação da existência e amplitude de um mercado bem como de seus limites territoriais, com a finalidade de detectar oportunidades de mercado ou demandas inadequadamente satisfeitas pelas ofertas existentes, seja da empresa ou dos concorrentes, e preencher esses nichos com o mínimo de recursos e custos operacionais. Essas variáveis demográficas e geográficas são também características do ambiente organizacional.

Segundo Norton e Alwang (1993)⁹ citados por Cella (2002, p.5) a atividade agropecuária é condicionada por fatores de natureza técnica (conforme a figura 4) e fatores de natureza institucional e humana (consoante a figura 5). Os fatores de natureza técnica subdividem-se em físicos e biológicos. Os condicionantes físicos são constituídos pelo clima, caracterizada pelas oscilações meteorológicas, precipitações, ventos, geadas, alterações de temperatura, calor e luminosidade, evaporação; pela terra caracterizada pela estrutura do solo, topografia, fertilidade, profundidade, permeabilidade, grau de erosão; pelos recursos hídricos que determinam a necessidade de drenagem ou irrigação para culturas caracterizada pela disponibilidade de água em quantidade necessária, qualidade aceitável, com a periodicidade pertinente; pelo capital caracterizado pela disponibilidade de infraestrutura como

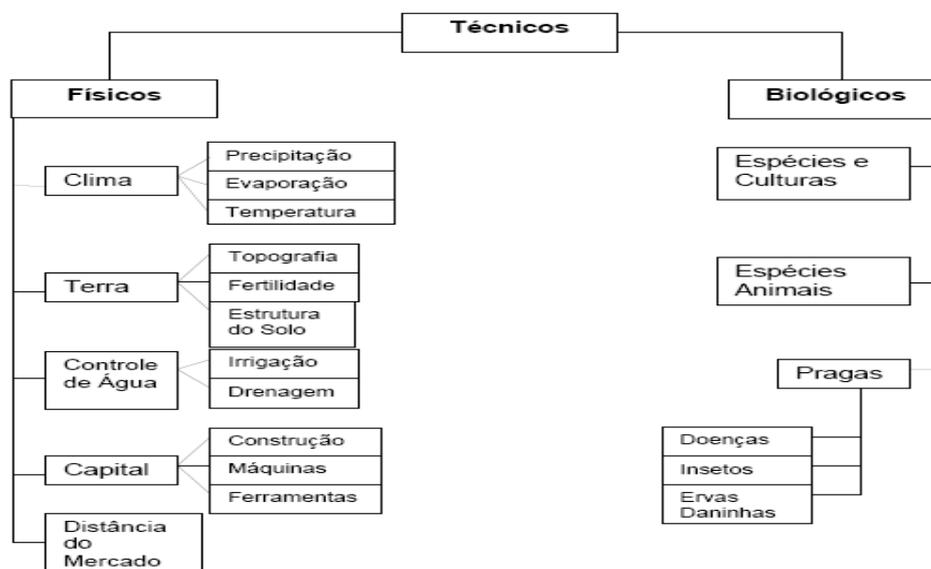
⁸ É o estágio em que a economia e o setor se encontram caracterizado por diferentes oportunidades em relação à demanda e oferta – expansão, estagnação ou retração.

⁹ NORTON, G. W; ALWANG, J. **Introduction to Economics of Agricultural Development**. New York: Mc Graw-Hill, 1993.

máquinas, equipamentos, ferramentas, edificações e construções rurais, animais utilizados no processo produtivo e; pela localização da propriedade rural caracterizada pela distância da propriedade em relação ao mercado, facilitando ou não o acesso a compra de insumos ou venda de produtos finais. Os condicionantes biológicos são caracterizados pelas pragas e doenças no cultivo agrícola ou doenças e enfermidades nos animais, diferentes espécies e qualidade de sementes.

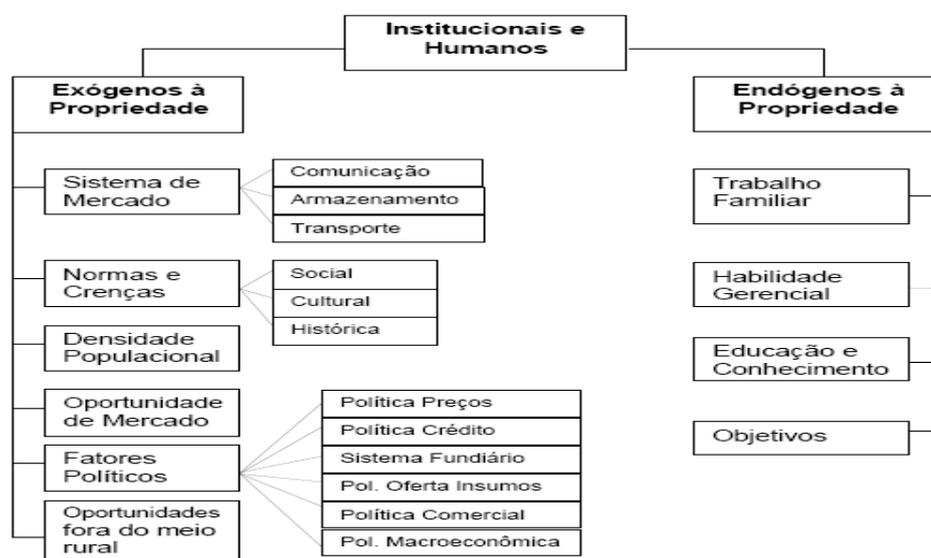
Os fatores de natureza institucional e humana subdividem-se em exógenos e endógenos a propriedade rural. Os fatores exógenos, aqueles que se encontram fora do controle ou do poder dos agentes produtores, são constituídos pelas normas e crenças sociais, culturais e históricos do ambiente institucional, pela densidade populacional; pelas oportunidades de emprego e a remuneração de outras atividades do mercado dentro ou fora do meio rural, afetando a oferta e a demanda dos produtos agropecuários; pelo papel das políticas públicas caracterizado pelas políticas de preços, de subsídio, de acesso a crédito, de sistema fundiário, de oferta de insumos, comercial, de concessão de incentivos regionais. Os fatores endógenos a propriedade são constituídos pelo trabalho familiar, habilidade gerencial, educação e conhecimento do pessoal, a demanda de insumos produtivos, sazonalidade da demanda por crédito, problemas de comercialização desde o armazenamento, a conservação, o transporte até a disponibilização do produto ao consumidor, oscilação de preço, perecibilidade de alguns produtos e irreversibilidade do processo produtivo.

O desempenho empresarial também depende das características físicas e funcionais do produto (para o caso de produtos agropecuários tem de se tomar em conta a sazonalidade e a perecibilidade) que determinam ao grau de insumos, componentes e elementos necessário a produção e o conjunto de estratégias desenvolvidas, conforme Chagas (1999).



Fonte: CELLA (2002, p. 26) adaptado de Norton e Alwang (1993, p. 151)

Figura 4 – Determinantes técnicos principais de um sistema agrícola.



Fonte: CELLA (2002, p. 26) adaptado de Norton e Alwang (1993, p. 151)

Figura 5 – Determinantes institucionais e humanos principais de um sistema agrícola

Ramos (2007) destaca que as atividades agropecuárias estão sujeitas a riscos associados à produção e riscos associados ao preço. O primeiro refere-se às condições naturais, ou seja, a sua dependência em relação à natureza seja no aspecto estrutural (disponibilidade de água, fertilidade do solo, clima), seja no aspecto conjuntural (variações climáticas anuais) e o segundo as condições econômicas. Assim, aspectos de produção como o processo de fabricação, a capacidade produtiva, o maquinário, o equipamento, a localização, a mão de obra, bem como os aspectos ligados a organização e gerenciamento tais como a capacidade e qualificação do dirigente do empreendimento, dos padrões de formação da equipe de trabalho assim como os aspectos financeiros concretamente o capital necessário para iniciar o negócio, são aspectos que impactam no desempenho financeiro do negócio. (SEBRAE, 2006).

Outros fatores que influenciam são a sazonalidade da produção, o fluxo da produção não é contínuo ao longo do ano, criando problemas de manutenção de estoques para fazer face a demanda; diferentes ciclos de produção que se caracteriza pela produção de ciclo curto (menos de um ano como culturas temporárias e a avicultura) e de ciclo longo (como as culturas permanentes e a pecuária bovina de corte) (RAMOS, 1997).

Para Mazzoquim (2001) os problemas de ordem estrutural, como a estratégia de produção, a descapitalização dos agricultores, a estrutura fundiária e os fenômenos climáticos influenciam no resultado da administração da propriedade e da organização da produção rural. Deste modo tornam-se necessárias várias linhas de intervenção pública em todas as áreas incluindo o campo da comercialização agrícola, que vai desde a criação de feiras livres, até a política de assistência técnica.

2.3.2 Gestão de Empreendimentos Rurais

De acordo com Chiavenato (2006) a sociedade é institucionalizada e composta por organizações e o mundo de negócios depende delas para desenvolver suas atividades. Essas organizações são heterogêneas, diversificadas, de tamanhos, características e estruturas diferentes,

constituídas por recursos humanos e não humanos e, pela sua complexidade, precisam ser administradas. A administração, segundo Chiavenato (2003), é imprescindível para a existência, sobrevivência e sucesso das organizações e sem ela as organizações jamais teriam condições de existir e de crescer. Complementando Chiavenato (2006) menciona que administração é fundamental em qualquer tipo ou escala de utilização de recursos, tecnologias e competências devidamente integradas e alinhadas para alcançar objetivos.

Chiavenato (2003) define administração como a condução racional das atividades de uma organização, seja ela lucrativa ou não, ou por outras, trata do planejamento, da organização, da direção e do controle de todas as atividades diferenciadas pela divisão do trabalho que ocorram dentro de uma organização. Esta definição remete-nos assim as funções da administração.

O Planejamento é uma função administrativa que consiste no processo de determinar antecipadamente o que deve ser feito e como fazê-lo. Serve de guia por estabelecer a forma como a organização se desenvolverá no futuro, tem implícita a ideia de ação a ser desenvolvida para que as coisas aconteçam. A Organização é a função administrativa que consiste em estabelecer relações formais entre as pessoas e entre estas e os recursos não humanos, para atingir os objetivos propostos, assegurando que a pessoa com as qualificações certas, seja colocada na função ou atividade certa, quais os recursos disponíveis e como se distribuem para que melhor sejam cumpridos os objetivos. A Direção é a função administrativa definida como o processo de afetar ou influenciar o comportamento dos outros. Envolve motivação, liderança e comunicação. *Motivação* é o reforço da vontade das pessoas se esforçarem por conseguir alcançar os objetivos da organização e traduz-se na busca de convergência dos objetivos individuais dos recursos humanos com os objetivos globais da organização. *Liderança* é a capacidade de conseguir que os outros façam aquilo que o líder quer que façam, por meio de diferentes formas ou estilos de liderança. *Comunicação* é o processo de transferência, entre pessoas, de informações, ideias, conceitos ou sentimentos. O Controle é o processo de comparação do atual desempenho da organização com os objetivos

previamente estabelecidos, determinando os eventuais desvios e apontando as eventuais ações corretivas e as precauções para o futuro.

Na prática os resultados, muitas vezes, não se verificam exatamente como o planejado, por razões de ordem externa e interna, dependente ou independentemente da atuação das pessoas na organização, por isso a verificação dos desvios ocorridos e a análise das razões que estiveram na origem são indispensáveis. As ações corretivas podem ter um caráter pedagógico, mostrando a necessidade de formação dos recursos humanos para a melhoria do desempenho, ou a formulação dos planos inicialmente definidos, por impossibilidade prática, incoerência ou outro aspecto contrário aos objetivos estabelecidos (CHIAVENATO, 2006).

O processo administrativo não é uma sequência fixa de eventos e não é estático, é um processo dinâmico que quando aplicado plenamente num empreendimento agrícola, permite alocar os recursos físicos, financeiros e humanos da melhor forma possível, dentre as alternativas produtivas existentes, de modo a organizar e operacionalizar a obtenção de objetivos econômicos, pessoais e sociais. É de fundamental importância que os produtores rurais adotem técnicas e procedimentos gerenciais adequados à sua realidade. Entre eles destaca-se o planejamento das atividades produtivas, que constitui um ponto-chave para o desenvolvimento do negócio, pois as falhas ou ausência do planejamento influenciarão decisivamente o desempenho do empreendimento e sua sobrevivência no mercado (SOUZA FILHO; BATALHA, 2005).

Complementando, o planejamento por direcionar as demais funções administrativas (organização, liderança e controle), deve ser bem estruturado de modo que não comprometa todo o processo de gestão (ZUIN; QUEIROZ, 2006, p. 173).

O planejamento é um processo consciente e sistemático de tomada de decisões sobre objetivos e atividades que uma pessoa, um grupo ou uma unidade de trabalho buscará no futuro (SOUZA FILHO; BATALHA, 2005).

Segundo Cella (2002) o planejamento é o conjunto ordenado de ações ou planos com o objetivo de atingir a maximização de resultados e/ou a

minimização das deficiências, determinando onde se pretende chegar, o que deve ser feito, quando e em que sequência as ações devem ser desenvolvidas. Portanto, o planejamento tem por base fundamentalmente a alocação de recursos escassos para atingir determinados objetivos.

O planejamento, como uma ferramenta de gestão que direciona, reduz o impacto da mudança, minimiza o desperdício e fixa os padrões para facilitar o controle. Assume um papel de grande importância uma vez que estabelece um conjunto de providências a serem tomadas pelo administrador, possibilitando condições de agir por antecipação sobre algumas variáveis e fatores, alterando-os a seu favor (ZUIN; QUEIROZ, 2006).

Para complementar, a importância do planejamento reside em sua habilidade de indicar um procedimento racional para atingir o fim visado, visto que ela tem por base o conhecimento dos fins desejados, dos recursos disponíveis e do potencial das diferentes combinações de recursos. Assim sendo, quanto mais profundo for o conhecimento desses fatores, maiores serão as probabilidades de se atingir o objetivo (SOUZA FILHO; BATALHA, 2005).

Para Teixeira (2011) o desempenho do gestor ou administrador e conseqüentemente o desempenho organizacional avalia-se, no geral, por padrões de eficiência e eficácia. Entenda-se *eficiência* como a relação proporcional entre a qualidade e a quantidade de entradas (*inputs*) e a qualidade e a quantidade de saídas (*outputs*) produzidas. Assim, quanto maior for o volume de produção conseguido com o mínimo de fatores produtivos, maior é o grau de eficiência do gestor e conseqüentemente organizacional. *Eficácia* é definida como à medida que as saídas (*outputs*) produzidas pelo processo se aproximam dos objetivos propostos, isto é, quanto menores forem os desvios entre o planejado e o realizado, maior é o grau de eficácia do gestor e da organizacional.

Um gestor pode ser eficaz sem atingir um grau elevado de eficiência se consegue atingir os objetivos em termos de produtos finais (quantidade e qualidade), mas sem uma melhor utilização de recursos disponíveis. Pode também ser eficiente sem ser eficaz se consegue produzir com a máxima combinação de utilização de recursos disponíveis para aquela produção, mas

os desvios em relação aos objetivos finais são muito significativos. Teixeira (2011) continua referindo que para que o gestor seja simultaneamente eficiente e eficaz deve possuir e desenvolver algumas aptidões essenciais, dentre elas a conceptual, a técnica e a de relações humanas, a saber: a) aptidão conceptual que é a capacidade para apreender ideias gerais e abstratas e aplicá-las em situações concretas; b) aptidão técnica é a capacidade para usar conhecimentos, métodos ou técnicas específicas no trabalho propriamente dito, isto é, relaciona-se aos processos ou objetos físicos. Conhecimentos e experiências em produção, marketing, informática, contabilidade são alguns dos exemplos deste tipo de aptidão; c) aptidão em relações humanas é a capacidade de compreender, motivar e obter a adesão das outras pessoas. Envolve características relacionadas com as capacidades de comunicar, trabalhar e entender as atitudes e os compromissos dos indivíduos e dos grupos.

Essa visão teórica de administração é muito mais fácil de ser aplicada no setor industrial, em atividades produtivas urbanas, em grandes fazendas do que no ambiente rural, especialmente no segmento do agricultor familiar. Como colocado, o empreendimento rural, além de ser caracterizada por sistemas de produção complexos e heterogêneos, com combinações de culturas, criação de animais e transformações primárias, destinados tanto para o consumo como para a comercialização, é também caracterizada por variáveis fora do controle do produtor que afetam o seu desempenho. Esse cenário exige capacidades gerenciais muitas vezes ausentes em grande parte dos produtores. Todavia, a adoção de mentalidade administrativa é imprescindível nos empreendimentos rurais, pelas características específicas que a atividade agropecuária apresenta (UECKER et al., 2005).

Conforme Massoquim (2001) a administração da propriedade agrícola é particularmente mais difícil que nos demais setores da economia, para além de ser desgastante principalmente para o pequeno produtor. Dificuldades encontradas em administrar imóveis, máquinas, dinheiro, recursos humanos, impostos, sindicatos, aumento de custos, diminuição de lucros, principalmente quando estão atrelados a empréstimos bancários ou crédito rural, susceptível a

mudanças de mercado, a instabilidade da produção causada por problemas climáticos, grau de perecibilidade dos produtos agrícolas, pragas e doenças, visto que os recursos tecnológicos existentes não resolvem totalmente os problemas e não estão disponíveis para todos os produtores.

Na esfera rural o processo de gestão do negócio é mais difícil de ser realizado visto que a mesma é condicionada por vários fatores, sendo alguns fora do alcance da técnica, como já destacados (ZUIN; QUEIROZ, 2006).

Essa situação torna-se ainda mais difícil pela carência de ferramentas de gestão adaptadas à realidade dos produtores, ou seja, técnicas simplificadas de gerenciamento adequadas a empreendimentos de pequeno porte que possuam linguagem simples e de fácil operação. As existentes apresentam alto custo e necessitam de equipamentos e treinamentos específicos para sua utilização, inviabilizando seu uso por muitos produtores. Portanto, a utilização de um modo estruturado que auxilie o produtor a decidir quais produtos ele está mais preparado para produzir, de acordo com seus recursos e com as condições do ambiente externo, é de fundamental importância (SOUZA FILHO; BATALHA, 2005).

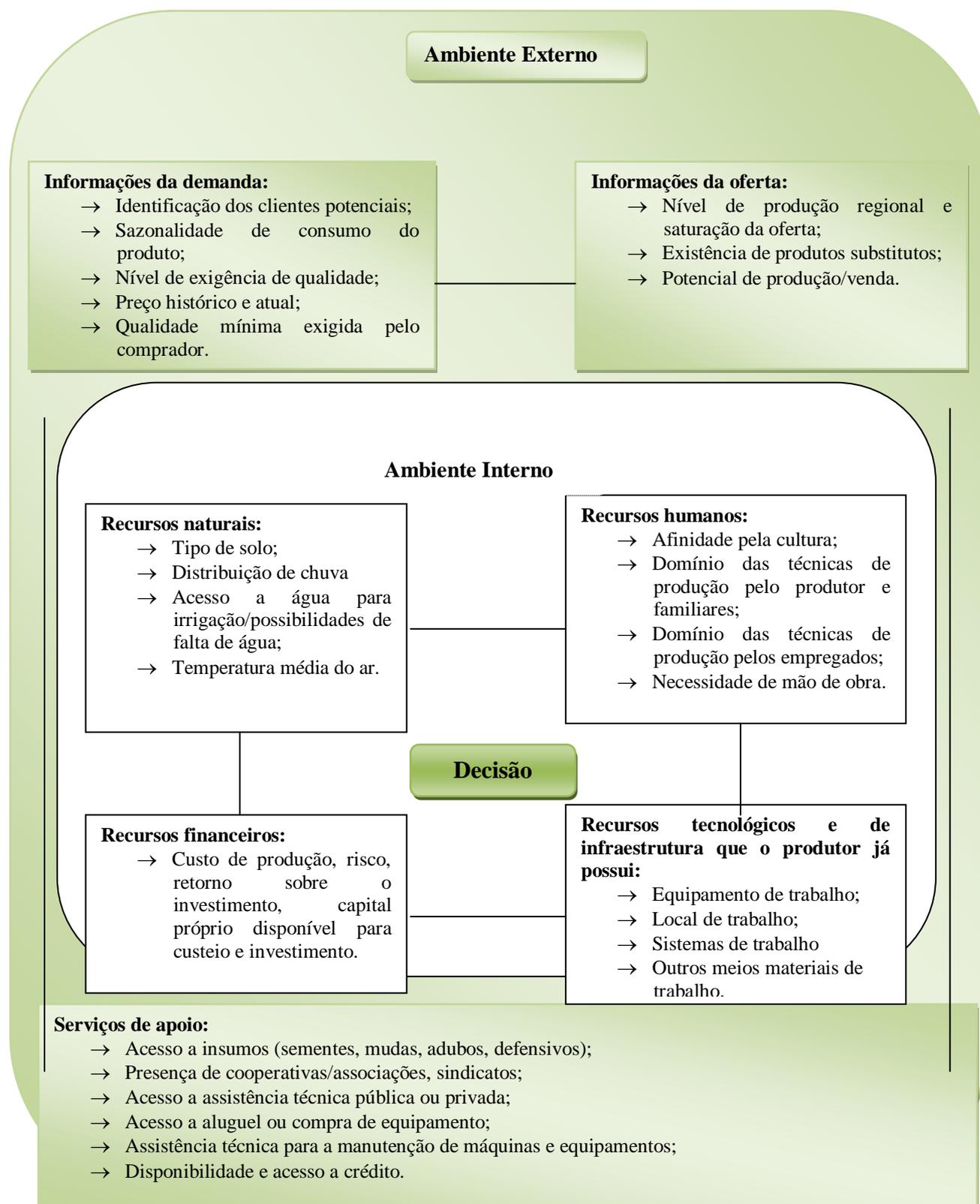
Deste modo, os empreendedores rurais nos seus processos produtivos devem incorporar não apenas o conhecimento técnico, mas também instrumentos de gestão compatíveis com a realidade do negócio: o planejamento das atividades produtivas, a busca de informações de qualidade, a utilização eficiente dos recursos disponíveis, em virtude dessas ferramentas possibilitarem a avaliação dos fatores internos e externos, determinação de metas e definição de como elas devem ser alcançadas. Nesse sentido, destaca-se a importância do desenvolvimento de metodologias próprias para a gestão dos empreendimentos rurais (ZUIN; QUEIROZ, 2006).

Souza Filho e Batalha (2005) elaboraram um modelo de planejamento de empreendimentos rurais que consiste na análise e avaliação de todas as variáveis que influenciam o empreendimento quanto aos aspectos relacionados com o que, quanto e para quando produzir. É um sistema de informações estabelecido para obter, processar e avaliar dados e posteriormente decidir sobre objetivos, metas e ações a longo, médio e curto prazo, monitorando e

reagindo de acordo com os resultados obtidos. Nesse sentido devem ser considerados fatores relacionados ao ambiente interno e externo a organização.

Os autores apresentam o esquema na figura 6, mas os próprios autores admitem que esse modelo proposto não permite considerar todo o universo de variáveis e relacionamentos possíveis, porém o modelo é aplicável aos produtores rurais pela sua simplificação. Outro fator limitante é o baixo nível de escolaridade associado a características culturais de grande parte de produtores rurais marginalizados pelas políticas públicas. Nesse sentido o papel da extensão rural é muito importante para conscientizar os produtores sobre a importância do planejamento e para auxiliá-lo na implementação do modelo. A busca de informação é fundamental nesse processo.

A informação é a essência da tomada de decisão que auxilia o gestor no conhecimento do negócio. Este por sua vez, deve fazer uso das diversas fontes de comunicação tais como órgão de pesquisa, meios de comunicação, empresas de consultoria, visando identificar e trabalhar as oportunidades, ameaças, pontos fortes e fracos para um melhor planejamento de ações estratégicas do negócio (ZUIN; QUEIROZ, 2006).



Fonte: Adaptado de Souza Filho e Batalha (2005, 145p.)

Figura 6- Modelo de planejamento de unidades de produção rural

2.3.3 Considerações sobre Gestão

Na sua abordagem sistêmica, as propriedades rurais são caracterizadas por fatores endógenos e exógenos de ordem técnica, institucional e humana, que afetam o seu desempenho, o ambiente organizacional, institucional, tecnológico e competitivo onde as mesmas se encontram inseridas, determinando assim a sua configuração e as estratégias tanto individuais como conjuntas por elas adotadas. Como sistemas abertos estas desenvolvem atividades de grande risco, seja pela insuficiência de recursos financeiros ou incapacidade administrativa, seja pela grande dependência de variáveis fora de controle do produtor. Deste modo tornam-se necessárias várias linhas de intervenção e aplicação de políticas públicas que condicionam em grande medida o funcionamento das propriedades rurais para a maximização das suas atividades no alcance dos objetivos, assim como a necessidade de adoção de procedimentos gerenciais compatíveis com a realidade das atividades produtivas e adaptadas à realidade dos produtores, com destaque para o planejamento das atividades produtivas, que constitui um ponto-chave para o desenvolvimento do negócio; as habilidades e competências pessoais dos produtores, que são alguns dos fatores de sucesso para as mesmas; e a análise situacional das atividades produtivas por meio da ferramenta FOFA, possibilitando assim, a definição das estratégias alternativas de atuação e escolha da estratégia mais adequada face aos condicionamentos impostos pelo ambiente interno e externo.

2.4 DESENVOLVIMENTO

2.4.1 Concepções sobre Desenvolvimento

De maneira simplificada pode se definir desenvolvimento como um processo dinâmico que agrega dimensões e fenômenos materiais e imateriais e designa a ação social e política na mobilização de recursos de diversas ordens para benefício de determinados contextos ou grupos sociais, como citam Micoud (1989) e Villaverde Cabral (1997) citados por Figueiredo (2003).

Inicialmente o conceito de desenvolvimento, devido ao contexto em que foi fomentado e consolidado, foi entendido como sinônimo de crescimento econômico, modernização, urbanização e industrialização, explicado pela ambição da abundância, com ênfase na acumulação de capital, na exploração de recursos, no progresso tecnológico e no avanço científico. É caracterizado por ser economicista, pelo fato dos critérios e cálculos econômicos se sobreporem a todos os outros; industrialista, por assentar no crescimento industrial; produtivista, ou seja, que mede os resultados em função da produtividade alcançada; tecnicista, por mobilizar capacidades tecnológicas de ponta; funcionalista, por visar determinados fins setoriais e funcionais; centralista, por postular que o desenvolvimento deve ser coordenado a partir de cima com uma subordinação dos interesses locais ou nacionais aos globais (FIGUEIREDO, 2003).

Este paradigma de desenvolvimento assentava ainda que o crescimento econômico era generalizado a todas as latitudes e considerava que as áreas subdesenvolvidas (aquelas desprovidas de crescimento econômico) tenderiam a aumentar os seus níveis de crescimento pela integração num processo padronizado de industrialização. As abordagens decorrentes desse paradigma de desenvolvimento são fundamentalmente comparativas, estatísticas e deterministas e de acordo com Silva (1982), Houé (1989), Stohr (1989), Figueiredo (1993, 1995) citados por Figueiredo (2003) essas características contradizem a própria natureza do conceito de desenvolvimento.

A aplicação desta concepção de desenvolvimento tornou-se cada vez menos humano e provocou diversos efeitos devastadores no nível social, cultural, ambiental, nas sociedades designadas desenvolvidas e subdesenvolvidas: aumento do desemprego, agravamento e alargamento da pobreza, desigualdades, injustiças e exclusões sociais, aumento do número de dependentes e de não produtivos acentuando o clima de insegurança, crise dos sistemas políticos de democracia representativa, rupturas ambientais que conduziram a crise ecológica (Roque Amaro, 1996:222, apud FIGUEIREDO, 2003).

Nesse contexto, impõe-se a busca de um novo paradigma de desenvolvimento, surgindo assim diversas cadeias conceptuais que deram origem a uma nova abordagem de desenvolvimento, conforme Figueiredo (2003) citando Roque Amaro (2001:200, 220), tais como:

- Desenvolvimento endógeno – consiste no desenvolvimento visto a partir de dentro e de baixo, ou seja, é uma noção de desenvolvimento que emergiu nos anos 1980 e 1990 e parte do princípio que o processo de desenvolvimento deve ser baseado nas comunidades locais e sustentado nas suas capacidades internas;
- Eco-desenvolvimento – dominante nos anos 1970, na sequência da crise energética e da emergência dos problemas ambientais como questões socialmente relevantes, busca a alteração dos modos de produção e de consumo, de forma a integrar as preocupações com a escassez e o carácter limitado dos recursos naturais;
- Desenvolvimento sustentável – surge nos finais dos anos de 1980 e consolida-se ao longo da década de 90 na sequência da publicação do Relatório Brundtland em 1987 e da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento Humano em 1992. É uma concepção ética de desenvolvimento que propõe a consideração, essencialmente no uso dos recursos naturais, do bem-estar das gerações futuras sem comprometer a satisfação das necessidades das gerações do presente;
- Desenvolvimento participado – esta concepção emergiu nos anos 1980 e 1990 e supõe o envolvimento das populações locais e de outros agentes como as Organizações Não Governamentais (ONGs), para além do Estado e das empresas, nos processos de desenvolvimento.
- Desenvolvimento integrado – surgido nos anos 1980 como abordagem interdisciplinar e interinstitucional, sugere que todos os atores, setores, territórios e respectivos interesses sejam integrados nos processos de desenvolvimento.

Estas concepções do novo paradigma de desenvolvimento, ainda em processo de consolidação, não se contradizem e podem se sintetizar no

seguinte: o conceito de desenvolvimento assume-se crescentemente como um processo participativo pelas populações a que se refere e por novos protagonistas. Isso implica uma abordagem interdisciplinar e uma atuação interinstitucional, com ênfase na realização das capacidades das populações através do reforço e valorização das suas competências e não apenas a satisfação das suas necessidades materiais, integrando uma nova relação com o ambiente e com os elementos naturais. Implica assim a sustentabilidade e a solidariedade inter-geracional. Substitui-se o desenvolvimento pelos desenvolvimentos, fazendo assim apelo à necessidade de assentar em territorialidades diversas, ou seja, no desenvolvimento local (FIGUEIREDO, 2003).

Segundo Navarro (2001), essas expressões não são inteiramente segmentadas e seus significados se interpenetram, por isso, será sempre necessário analisar corretamente o desenvolvimento agrícola para interpretar o desenvolvimento agrário de determinada região, o que conduzirá a construção de uma estratégia de desenvolvimento rural e por incluir dimensões ambientais e um conjunto de iniciativas locais imprescindíveis, o desenvolvimento rural sustentável e local.

Na discussão sobre estratégias de desenvolvimento tanto para áreas rurais como para áreas urbanas, Graziano da Silva et al. (2001) afirmam que o desenvolvimento rural não deve trazer uma exclusão do urbano, pois o urbano é o espaço que lhe é contíguo e na maioria das vezes representa a sua fonte de dinamismo maior. Não obstante a sua integração (rural-urbano) pelos mercados de trabalho e de produtos, ainda que de forma caótica. Os autores ressaltam que a grande vantagem de se pensar políticas territoriais para o desenvolvimento local é a possibilidade de superar tanto o enfoque setorial (agrícola/não-agrícola) como a falsa dicotomia rural-urbano. O risco está na abordagem dicotômica rural-urbano ou campo-cidade, refletindo a diferença entre o moderno e o atrasado, que muitas vezes embasam o planejamento e as intervenções de políticas públicas.

A gestão ambiental impõe uma planificação integrada do uso do solo e dos recursos naturais sem possibilidade de se admitir nenhum corte

geográfico-administrativo, como se verifica nas abordagens dicotômicas entre o urbano do rural. Trata-se, portanto, de pensar políticas que ordenem a integração das cidades com as áreas rurais do seu entorno. O essencial de uma estratégia de desenvolvimento para as áreas rurais e urbanas é o combate à pobreza por meio da criação de novas oportunidades e não simplesmente por meio de políticas compensatórias, insuficientes para tirar os pobres da situação de exclusão em que se encontram. A pobreza não respeita a linha imaginária dos perímetros urbanos, fixada de acordo com os interesses políticos locais, daí a necessidade de desenhar políticas estruturais de combate à pobreza que sejam para toda uma região, respeitando as especialidades locais das áreas urbanas e rurais.

De acordo ainda com Graziano da Silva *et al.* (2001) citando Veiga e colaboradores (2001) menciona que existe uma grande confusão na utilização dos termos rural e agrícola com fundamento no próprio Dicionário Aurélio, que considera o adjetivo rural como sinônimo de agrícola e que se resume na concepção de opor o rural e o urbano. Conforme os autores o rural é um corte espacial de natureza geográfica que nada define em termos de atividades econômicas, visto que nela podem ser realizadas atividades agrícolas assim como atividades não-agrícolas. O agrícola refere-se a um setor da atividade econômica que diz respeito ao cultivo de plantas, criação de animais e atividades diretamente relacionadas. A visão de rural apresentada sustenta a perspectiva de um território com atividades diversas com atores sociais diversos. Contrapõe a uma visão do rural com viés urbano, ou seja, o rural não é percebido como inferior ou complementar ao urbano, mas como um espaço onde limites e potencialidades são analisados e propostos a partir de objetivos locais.

Portanto, desenvolvimento pode ser definido como um processo de mudança das estruturas sociais que possibilita o aumento das oportunidades de bem-estar das populações (em termos de satisfação das suas necessidades e de realização das suas capacidades). Não deve comprometer o bem-estar das gerações futuras, com implicações no protagonismo ativo de todos os atores sociais, na igualdade de acesso às oportunidades criadas, diversidade

de estratégias e sustentabilidade ambiental. Deste modo, o desenvolvimento rural passa a ser pensado como local, integrado e endógeno (FIGUEIREDO, 2003).

2.4.2 Desenvolvimento rural

De acordo com Figueiredo (2003) existem várias expressões para designar o rural dentre elas o mundo rural, sociedades rurais, territórios rurais, áreas rurais. O mundo rural remete para uma noção mais simbólica e cultural. Sociedade rural remete principalmente para as formas de organização especificamente sociais. Território rural essencialmente para uma concepção mais física e geográfica. Área rural remete para um conjunto de aspectos sociais, políticos, culturais, econômicos, biofísicos, simbólicos, sendo assim mais abrangente que as restantes expressões que são mais restritas e dizem respeito apenas a alguns destes conjuntos de aspectos. É nessa perspectiva que se usará a expressão áreas rurais para falar do desenvolvimento rural. Então, como se define área rural ou por outras, como pode ser entendido o rural?

Segundo Alberto Melo (1992, p 199) citado por Figueiredo (2003) definir rural é uma tarefa extremamente difícil, pois existem muitas dúvidas relativamente à resposta, todavia a existência de uma paisagem humanizada, resultante de uma inter-relação, relativamente duradoura, entre o homem e a terra, é a característica fundamental de todas as áreas rurais.

Figueiredo (2003) menciona que esta noção de paisagem humanizada exclui da noção de áreas rurais vastas áreas de terra sem uma permanente presença humana. Assim sendo, conforme a autora, citando Melo (1992, p 199) são necessárias mais qualificações para definir claramente áreas rurais. Neste sentido não existe uma definição globalizante, homogênea do rural e este é susceptível de possuir diversos significados como consequência da grande diversidade de áreas rurais existentes e da diversidade de imagens socialmente construídas sobre essas áreas, conforme (Figueiredo, 1994, p. 24) citado por Figueiredo (2003).

De acordo com Kayser (1990, p. 13) citado por Figueiredo (2003) as áreas rurais se caracterizam, na sua maioria, pela existência de alguns traços comuns: densidade fraca dos habitantes, pertença a coletividades, relação particular com o espaço; identidade fortemente relacionada com a cultura camponesa, apresentando a seguinte tipologia: Espaço periurbano ou rurano – um espaço rural da economia agrícola produtiva em que os agricultores são essencialmente profissionais e exploram todo o território cultivável, mesmo se a sociedade não se define como camponesa nem é dominada pelos agricultores; Espaço rural profundo – é um espaço pobre, marcado pelo êxodo e onde a atividade agrícola tem uma produtividade reduzida; Espaço com implementação de atividades de serviço urbano – estas atividades animam este espaço, mas podem gerar simultaneamente perturbações de ordem econômica, social, cultural, podendo gerar igualmente conflitos relacionados com a disputa pelo espaço por parte das atividades como a indústria, o turismo, as residências secundárias.

Pingaud citada por Figueiredo (2003) apresenta outra tipologia com três categorias: Espaços integrados – que são, sobretudo, usados pelas atividades econômicas mais desenvolvidas; Espaços expectantes – que mantém alguma atividade tradicional e funcionam como reservas de mão de obra, sem que registrem qualquer tipo de transformação do seu uso; Espaços degradados – quer em termos materiais pela degradação das construções, pela existência de um elevado número de terrenos incultos, quer em termos sociais pelo envelhecimento ou êxodo da população.

Figueiredo (2003), citando Cavaco (1993), apresenta outra tipologia que integra e ultrapassa as tipologias anteriores ilustradas: Campos periurbanos – se caracterizam essencialmente por densidades populacionais elevadas, por afluxos de população, pela diversidade de atividades econômicas, sendo a agricultura dominante em termos do uso do solo, mas instável face à pressão da expansão urbana, ao preço dos solos entre outros fatores. Nestes espaços a população ativa não é majoritariamente agrícola, migram frequentemente entre a residência e os centros de emprego, há urbanização generalizada dos modos de vida, dos sistemas de valores e padrões de consumo; Campos em

vias de extinção ou abandono – se caracterizam, sobretudo, pelas terras pobres difíceis de trabalhar e pouco produtivas, abandonadas pelos locais, quando outras oportunidades surgiram fora destas áreas, dominam camponeses velhos, são espaços em processos de degradação, tanto da paisagem tradicional como das habitações e do próprio espaço biofísico e as exceções a este cenário são pontuais e geralmente constituídas pelos espaços protegidos institucionalmente (espaços visitados) ou igualmente por certas aldeias recuperadas ou em processo de recuperação; Campos intermediários – estão na intermédia dos dois anteriores, são espaços com predominância de população agrícola e apresentam grandes diversidades de formas de uso do solo, arquitetura, povoamento, modos de vida e sistemas de valores. A atividade agrícola é igualmente predominante em termos de ocupação do solo e como fonte de rendimento.

Portanto, a noção do rural é mais do que uma simples delimitação geográfica, refere-se a toda conjuntura econômica e social, compreendendo um conjunto de atividades como agricultura, comércio, artesanato, pequenas e médias indústrias, serviços e como zona tampão e espaço de regeneração é indispensável ao equilíbrio ecológico e torna-se cada vez mais um lugar de acolhimento para o lazer (FIGUEIREDO, 2003).

Segundo Jollivet (1994, 1997) citada por Figueiredo (2003) pode se fazer uma tripla distinção quanto à definição do rural que exprimem uma relação coletiva entre uma população e o seu território e fazem parte das representações coletivas que fundamentam a identidade nacional. Existem as categorias administrativas que remetem para um recorte institucional do território, específica a cada país, mais significativa em termos políticos. Há uma segunda dimensão do rural qualificada como morfológica e que é simultaneamente sociológica e geográfica, que dá conta da ruptura entre rural e urbano, tendo o rural profundo, predominantemente agrícola e o rural urbanizado. A terceira dimensão remete as suas distinções físicas e geográficas que ultrapassam o aspecto pragmático e instrumental.

Figueiredo (2003) menciona que para além das tipologias que se assentam essencialmente nas características socioeconômicas e aquelas que

se referem aos critérios demográficos (número de habitantes) das áreas rurais, o rural é também uma representação social que tem subjacentes todas as características que tradicionalmente se associa a este espaço, como uma maior proximidade com a natureza, a existência de relações de inter-conhecimento e inter-reconhecimento, a partilha de valores entre os seus habitantes, um forte sentido de comunidade e acima de tudo a paisagem composta pelos campos agrícolas e florestados. Estas tipologias reforçam a enorme diversidade e especificidades das áreas rurais

Deste modo, a forma como é entendido o rural é susceptível de variar com o tempo e com os contextos sociais. Todavia, na maior parte dos países, o rural continua a designar o espaço agrícola, visto que a agricultura constituiu e constituirá durante muito tempo a referência simbólica do rural, não apenas por razões de ocupação do espaço, mas essencialmente pelo fato de o agrícola ser ao mesmo tempo a independência dos indivíduos, os valores familiares, o sentido do trabalho, a ligação à terra e à natureza, o pequeno património e as solidariedades locais.

Dando enfoque a questão do desenvolvimento rural, Kageyama (2008) refere que este é um processo que envolve múltiplas dimensões: econômica, sociocultural, político-institucional e ambiental, incorporando para além do aparato econômico, os indicadores de bem-estar, na forma de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e os indicadores de sustentabilidade ambiental sob a expressão desenvolvimento sustentável.

Sobre bem-estar, Sen (1993) citada por Kageyama (2008) refere que o padrão ou qualidade de vida não se mede pela posse de um conjunto de bens, nem pela utilidade a eles inerente, mas reside nas capacidades dos indivíduos para utilizar esses bens para obter satisfação ou felicidade. O termo capacidades procura refletir as habilidades que uma pessoa tem para executar ações ou alcançar estados que considere desejáveis, explicitando assim, o valor das escolhas individuais e da participação. Portanto, conforme Sen (1993) o objetivo do desenvolvimento está na expansão das capacidades humanas mais do que no crescimento econômico, embora este seja necessário para o desenvolvimento, visto que este é um meio e não um fim e, o bem-estar da

sociedade depende de como ele é utilizado e não apenas do seu nível. Essas ideias sobre capacidade e liberdades humanas atreladas ao desenvolvimento aplicam-se igualmente ao conceito de desenvolvimento rural, conforme afirma Kageyama (2008).

Para Knickel e Renting (2000) citados por Kageyama (2008), qualquer análise do desenvolvimento rural deve levar em conta as relações entre as unidades agrícolas, as áreas rurais e a sociedade mais ampla, sugerindo os seguintes aspectos em cada nível de análise:

- Nível da unidade agrícola, em que importam as relações entre as diversas atividades agrícolas, a reorganização das práticas agrícolas para acomodar novas atividades e novos produtos;
- Nível do domicílio rural, em que os aspectos centrais são as estratégias familiares no uso dos recursos, as inter-relações e participação em redes e a pluriatividade;
- Nível regional, em que se destacam a contribuição das diversas atividades para a economia e o emprego regional, criação de empregos nas áreas rurais pela pluriatividade, paisagem, relações entre as empresas agrícolas e as empresas de outros ramos e a cooperação em nível local e regional;
- Nível global interessam as relações entre agricultura e sociedade como um todo, as novas demandas sobre as áreas rurais (recreação, meio ambiente, serviço), o contexto institucional e as intervenções de políticas públicas.

É um processo multiatores pela complexidade das instituições envolvidas no processo de desenvolvimento rural que faz com que dependa de múltiplos atores, envolvidos em relações locais e entre as localidades e a economia global. As novas práticas como administração da paisagem, conservação da natureza, agroturismo, agricultura orgânica, produção de especialidades regionais, vendas diretas, fazem do desenvolvimento rural um processo multifacetado.

Deste modo, para Van der Ploeg *et al.* (2000) citado por Kageyama (2008), por um lado impõe-se uma reconfiguração dos recursos rurais de forma

a atender as novas necessidades e perspectivas do desenvolvimento (terra, trabalho, ecossistemas, artesanatos, mercados, relações com as cidades) e por outro lado a atividade agrícola em novas bases ainda pode continuar a ser a raiz do desenvolvimento rural. Kageyama (2008) elucida esses aspectos mencionando que a diversidade de atores envolvidos, de atividades empreendidas e de padrões de motivação emergentes bem como a multifuncionalidade, que implica a reconfiguração no interior das unidades agrícolas e entre a agricultura e outras atividades rurais, no uso dos recursos como terra, trabalho, conhecimento e natureza, são características fundamentais das novas trajetórias do desenvolvimento rural.

Kageyama (2008) acrescenta que o desenvolvimento rural requer a participação tanto da agricultura como de outras atividades produtivas (industriais, artesanais e de serviços) de forma a participar na criação de valor, na geração de postos de trabalho, na conservação da paisagem e do meio ambiente, na criação de uma identidade cultural que impulse os sistemas produtivos locais, criando as bases para a integração intra e intersetorial, visto que se refere a uma base territorial, local, regional, na qual interagem diversos setores produtivos e de apoio. Assim, para a autora, existe um conjunto de elementos que favorecem o desenvolvimento rural, tais como:

- A integração mercantil com cidades da própria região, principalmente pela criação de atividades terciárias, que favorece o desenvolvimento das comunidades rurais adjacentes;
- A combinação de uma agricultura familiar consolidada com um processo de urbanização e industrialização descentralizado, gerando um mercado local de consumo de produtos diversificados e fornecimento de matérias-primas e mão de obra rural para indústria local;
- A pluriatividade das famílias rurais, que permite a retenção de população e a redução do êxodo rural;
- A diversidade das fontes de renda, que leva a uma menor dependência da atividade agrícola exclusiva, menor instabilidade de renda e maior autonomia;

- Os programas de geração de empregos e de melhoria de qualidade de vida, que atenuam as migrações e o isolamento;
- A existência de recursos territoriais que permitam produzir para mercados específicos (turismo) possibilitando a internalização de externalidades positivas.
- Menor desigualdade no acesso à terra e à educação, que potencializam o crescimento da renda e a redução da pobreza nas áreas rurais;
- Uma agricultura diversificada, notadamente a de base familiar que favorecendo a mobilidade e a articulação social, em redes de pequenas e médias empresas, tem mais chance de alavancar o desenvolvimento local nas regiões rurais do que as grandes plantações especializadas;
- As concentrações espaciais de atividades (clusters ou sistemas produtivos locais), pelas vantagens de proximidade que proporcionam às empresas, fornecedores e mercados de trabalho, constituem condições propícias para o dinamismo das áreas rurais;
- A presença de arranjos institucionais adequados (coordenação entre municípios de dada microrregião) que permitem valorizar o território e desencadear ações para o desenvolvimento rural.

2.4.3 Desenvolvimento Local

Terluin (2003) citado por Kageyama (2008) ao tratar de modelos de desenvolvimento associados aos estudos rurais faz distinção entre duas abordagens: modelo de desenvolvimento endógeno e o modelo de desenvolvimento misto. O primeiro consiste no desenvolvimento local produzido por impulsos locais e baseado em recursos locais com implicações nas políticas de suporte à diversificação rural, de apoio às iniciativas rurais e de incentivo e treinamento para empresas locais. O segundo caracteriza-se pela interação entre forças locais e externas nos processos de desenvolvimento e os atores encontram-se envolvidos em redes locais e externas.

Para aclarar a abordagem endógena Casarotto Filho e Pires (2001) definem o desenvolvimento local como uma região com planejamento territorial e forte interação público-privado, com a finalidade de assegurar a qualidade de

vida dos habitantes, englobando o ambiente social e cultural local para além do ambiente comercial ou de negócios.

Segundo Mior (2006) apud Kageyama (2008), existe uma crescente valorização das abordagens endógenas do desenvolvimento rural, entre as quais se destaca a abordagem do desenvolvimento local na qual as instituições e organizações locais e regionais passam a ter um papel crucial como força motriz do desenvolvimento. Entretanto, o autor chama a atenção para o perigo de uma idealização do local como portador isolado das qualidades necessárias para o desenvolvimento rural e para que isso não ocorra ele propõe a noção de redes de desenvolvimento rural, integrando elementos locais e não-locais necessários para alavancar o desenvolvimento.

Para realçar, Figueiredo (2003) aludindo Kayser (1990, p. 222) cita que

“o desenvolvimento local não pode funcionar sem intervenções exteriores, embora não possa progredir sem a vontade e as iniciativas locais [...] trata-se de um processo que torna possível, em meio rural, que a associação de iniciativas locais e de incentivos externos conduza a realização de projetos indutores de progresso”.

Assim, a promoção da localidade assume-se como essencial não só para compreender as transformações ocorridas nas áreas rurais contemporâneas, como também para intervir sobre elas, agindo sobre os seus problemas e fragilidades e promovendo as suas potencialidades. Esse pressuposto coloca desafios no nível social, político e econômico e exige a emergência de uma nova racionalidade que fundamente os processos de planeamento do desenvolvimento para as áreas rurais: a identificação clara dos problemas importantes das áreas rurais em termos socioeconômicos, políticos e ambientais; a identificação e o desenvolvimento de políticas e programas praticáveis para tentar resolver os problemas e a reorganização das instituições e dos mecanismos institucionais existentes ou a desenvolver para formular e implementar as políticas e os programas de forma legítima e eficaz (FIGUEIREDO, 2003).

De acordo com Brandão (2007) muitos enfoques fundamentados na abordagem endógena ou no desenvolvimento local, como os clusters, sistemas locais de inovação, incubadoras, distritos industriais, possuem uma concepção de que a escala local tem poder ilimitado, exaltando a capacidade do local de fundar e coordenar ações cooperativas e reflexões coletivas baseadas nas relações de reciprocidade entre os membros da comunidade local, proclamando o ressurgimento de um agrupamento comunitário solidário, baseado em relações de reciprocidade, em que as relações mercantis são subordinadas pelo consenso cívico e cidadão, em que parece não haver lugar para conflitos.

Nessa abordagem o Estado pouco teria o que fazer senão prover externalidades positivas, desobstruir entraves microeconômicos e institucionais, atuando sobre as falhas de mercado, passando tudo a depender da força comunitária de cooperação, da eficiência coletiva e das vontades e fatores endógenos ao entorno territorial que tenham construído uma atmosfera sinérgica. A concepção localista tem uma ideia de que se estaria vivendo em uma comunidade, não em sociedade e que esse conjunto social não é cindido em classes e interesses políticos complexos, discutindo apenas atores sociais. Nesse sentido os fatores exógenos como câmbios, juros, relação salarial, questões financeiras seriam questões sem peso significativo, restando a opção de políticas de desenvolvimento de natureza monoescalar, onde o local seria o ponto de partida, em ambiente de alta sinergia associativa do seu capital social para acionar a rede dos fluxos globalizados (BRANDÃO, 2007).

Essa concepção implicaria a possibilidade de consolidar um novo padrão de desenvolvimento, construído totalmente no âmbito local, dependente apenas da força de vontade dos agentes empreendedores que mobilizariam as potências endógenas de qualquer localidade. No entanto, Brandão (2007) refere que existiriam apenas soluções parciais para as regiões, com restritos focos de prosperidade, o Estado apresentar-se-ia como um meio de vontades de produzir vantagens comparativas e sinergias localizadas visto que a abordagem negligencia totalmente a questão fundamental da hegemonia e do poder político depositando na vontade dos atores sociais de um determinado

recorte territorial todos os requisitos de superação do subdesenvolvimento e aniquilar-se-iam as possibilidades de tratamento adequado das heterogeneidades estruturais dos países que vivem em situações de extrema assimetria entre suas porções territoriais correndo riscos de desembocar em processos de fratura.

Portanto, essa concepção apresenta insuficiências, desvios e consequências nefastas com aplicação mecânica das suas concepções que ressaltam os microprocessos e as microdecisões, defendendo uma agenda que nega cabalmente a política, os conflitos, as classes sociais, o papel da ação estatal, a nação e o espaço nacional, ou por outras, nega todas as questões estruturais e assim, todas as escalas existentes entre o local e o global, esquecendo-se da existência de fatores decisivos que são exógenos à localidade, para além dos endógenos.

Assim sendo, de acordo com Brandão (2007), a contraposição dessa visão passa pela discussão de propostas alternativas e pelo tratamento adequado da articulação de todas as escalas geográficas visto que nenhuma escala por si só é melhor ou pior, elas ganham nova significação em cada momento histórico particular e tem instrumentos e ações distintos que devem ser assim manejadas. É preciso discutir a espacialidade dos problemas e implementar políticas levando em consideração a escala específica desses problemas, mas em um contexto em que esteja presente um projeto nacional de desenvolvimento. Há necessidade de tratar teórica, analítica e politicamente a questão das escalas, reafirmando a importância das escalas intermediárias (entre o local e o global), sobretudo do papel fundamental da escala nacional marcada por heterogeneidades estruturais com determinações, papéis e potencialidades na implementação de políticas de desenvolvimento.

Segundo Juncal (2002) citado por Brandão (2007) o grande desafio deve ser o fortalecimento do papel da liderança dos governos em todos seus níveis territoriais, um espaço onde o Estado recupere sua legitimidade e se afirme e a sociedade civil expresse sua identidade e se fortaleça, e para tal, a proposta multiescalar deve tratar de forma positiva as heterogeneidades estruturais (produtivas, sociais, culturais, espaciais) de um país e não como desequilíbrios,

assimetrias ou problemas. Portanto, buscar a realização do projeto de desenvolvimento, em qualquer escala, implica distorcer a correlação de forças, importunar as estruturas e coalizões tradicionais de dominação e reprodução do poder através de ações e políticas públicas em duplas frentes, aquela que constrói processos e aquela que desmonta processos, desviando-se da noção de que o desenvolvimento traz inerente o sentido de equilíbrio e tranquilidade, enquanto que por sua própria natureza, traz inerente um estado de tensão (BRANDÃO, 2007).

2.4.4 Considerações sobre Desenvolvimento

Neste tópico foram desenvolvidas várias abordagens sobre desenvolvimento, dentre os quais se destaca o desenvolvimento rural com uma maior incidência no desenvolvimento local. Em função do contexto em que surgiu, o conceito de desenvolvimento foi inicialmente concebido como sinônimo de crescimento econômico com ênfase na acumulação de capital sofrendo posteriormente críticas por ser considerada menos humana pelos efeitos nefastos, contradizendo a própria natureza do conceito de desenvolvimento visto que o crescimento econômico é um meio e não um fim e, o bem-estar da sociedade depende de como ele é utilizado e não apenas do seu nível.

Nessa perspectiva surgem novas abordagens de desenvolvimento que para além do aparato econômico buscam a integração dos aspectos sociais e ambientais da sociedade. O desenvolvimento rural é uma das novas abordagens, que envolve múltiplas dimensões incorporando para além do aparato econômico, os indicadores de bem-estar e de sustentabilidade ambiental. É também um processo multifuncional por abranger um conjunto de atividades que não se limita a atividade agropecuária, buscando uma integração desta com outras atividades produtivas para maior agregação de valor. Esse novo enfoque cria nas propriedades rurais a necessidade de sua reconfiguração.

A crescente valorização das abordagens endógenas do desenvolvimento rural, com destaque para o desenvolvimento local, dá um papel crucial aos

organismos locais e regionais como vetores do desenvolvimento, não de maneira isolada, mas com intervenções exteriores, visto que as políticas de intervenção pública devem ser implementadas levando em consideração a escala específica dos problemas, porém em um contexto em que esteja presente um projeto nacional de desenvolvimento.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

3.1 Relevância da pesquisa

A pesquisa de campo deste trabalho foi feita no Distrito de Chibuto, Província de Gaza, Moçambique. A pesquisa visa contribuir na identificação e busca de soluções que respondam aos problemas de descapitalização que condicionam o desenvolvimento do setor agrícola no distrito. Visa também dar um suporte científico as ideias do censo comum relacionadas com algumas fragilidades da política de crédito (FDD) para o setor agrícola, que são insuficientes para dar resposta aos problemas surgidos.

Que sirva como mais uma base científica de orientação para uma gestão eficiente e eficaz de recursos financeiros (FDD) que pela sua natureza são escassos e necessitam de ser muito bem empregados e de responder cabalmente aos objetivos preconizados.

Que seja um meio de consulta para o desenvolvimento de futuras pesquisas que enriqueçam o problema identificado.

A escolha desse Distrito deriva também do conhecimento da pesquisadora do local, da existência de contatos prévios com representantes

governamentais e pelo fato da Província de Gaza apresentar o maior número de projetos financiados pelo FDD no período de 2006-2009, contudo, apresenta taxa de pagamento do Fundo abaixo da média nacional.

3.2 Material e métodos usados

Para a elaboração do trabalho adotou-se a abordagem qualitativa no formato de estudo de caso do grupo de 20 agricultores (19 classificados como familiares, ou seja, com produção agrícola para autoconsumo e mercado e 1 empresarial, ou seja, com foco no mercado comprador) e representantes de 3 organizações rurais (associações agrícolas) que obtiveram recursos financeiros do FDD. Para além da pesquisa bibliográfica e documental.

De acordo com Richardson (2012, p.90)

“a pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos”.

A meta é produzir um conjunto unificado de resultados. A coleta de informação inclui observação não participante. A pesquisadora participou como ouvinte em uma reunião do Conselho Consultivo do Posto Administrativo Sede (CCA) (conforme a figura 7), um dos órgãos de avaliação e seleção de propostas de projetos a serem beneficiados pelo FDD, e apresenta a seguir algumas transcrições da exposição de alguns participantes da reunião:

“Posso dizer que os projetos tanto da localidade como do posto, seria importante falar com eles (os beneficiários) porque nós mesmo ouvindo aqui, nós que estamos aqui e negamos a maneira como os nossos irmãos estão a trabalhar quando chegamos e falamos para eles não nos ouvem, então vamos dizer que a comissão técnica tem o nome das pessoas, que as pessoas que levaram os projetos ou dinheiro do fundo vão ser reunidas aqui como nós estamos a ser, para prestação de contas...” (FALA DE UM DOS MEMBROS DO CONSELHO, SENHORA).

“Acredito que aqui alguns sabem que alguns beneficiários não pagam, mas não dizem que tal fulano não paga, das pessoas que foram beneficiadas desde 2007...quem deve informar...somos nós

porque amanhã, se a pessoa precisar saberemos que esse consegue desenvolver a atividade e este não, é preciso que na conversa que eu tenho com o beneficiário outro irmão meu esteja comigo para servir de testemunha e depois levamos os resultados para o conselho...outros não se sabe nem onde vivem para poder saber o que está sendo feito com o projeto...por exemplo pode existir alguém que tenha se beneficiado de uma motobomba e não esteja a fazer uso na comunidade e outro esteja a precisar, então devemos saber o que foi feito dela a pessoa que fez o empréstimo para podermos relatar o sucedido...”
(FALA DO PRESIDENTE DO CONSELHO).



Fonte: Pesquisa de campo, 2012

Figura 7: Reunião do Conselho Consultivo do Posto Administrativo Sede

Trata-se de uma pesquisa social com a finalidade de procurar coletivamente a solução do problema que é o baixo nível de adimplência do FDD.

O curto período de tempo para o desenvolvimento da pesquisa de campo; as dificuldades de localização dos endereços das propriedades rurais devido à inexistência de uma lista completa dos agricultores familiares contemplados com o FDD nos órgãos gestores do fundo e a dificuldades de

acesso às propriedades rurais pelas limitações de transitabilidade das vias de acesso limitaram o universo da pesquisa (23 entrevistados).

Para encontrar os entrevistados foi usada a metodologia “bola de neve” para entrevistar o universo da pesquisa. Tal método permite que se incluam progressivamente informantes à medida que um entrevistado indica nome de outro entrevistado, da mesma categoria. Isso permite a inclusão progressiva de informantes. Trata-se de um método eficaz quando se tem pouco espaço de tempo para pesquisa e/ou quando não há outra maneira de se obter os dados.

O aspecto negativo advém do fato da metodologia tender a pontuar os atores mais conhecidos, populares nas localidades ou de fácil acesso da rede social, excluindo atores desconhecidos. O processo de procura de atores encerra-se quando os nomes passam a serem repetidos. (BERNARD, 1998).

Portanto, esse universo da pesquisa (23 entrevistados) não caracteriza todo o universo dos agricultores beneficiários do FDD, mas espelham a situação atual de grande parte deles que tiveram acesso ao FDD. O universo da pesquisa não foi previamente definido, foi determinado no decurso do trabalho de campo em função dos limites de pesquisa, como já destacado. O ponto de partida na escolha dos agricultores foi a partir da indicação de nomes de beneficiários obtidos na Secretaria Distrital de Chibuto.

As entrevistas foram realizadas entre os meses de abril e meados de junho de 2012. Para o caso dos agricultores, consistiu na aplicação de questionário dividido em 4 (quatro) categorias (caracterização do beneficiário e família, caracterização da propriedade rural, gestão da propriedade rural e fundo distrital de desenvolvimento), contendo perguntas fechadas e abertas. O questionário completo encontra-se no apêndice 1. Os questionários aplicados ao gestor do FDD de Chibuto e ao representante do SDAE, setor agropecuário, estão, respectivamente, nos apêndices 2 e 3.

Para o trabalho foram definidas as seguintes variáveis analíticas com os seguintes cruzamentos: renda monetária agrícola versus renda monetária não agrícola versus; renda monetária versus grau de satisfação, grau de escolaridade, formação complementar, diversificação da produção, assistência técnica, planejamento e desempenho da produção, decisão da produção,

participação e/ou trabalho em associações, adimplência ao FDD, assistência na elaboração e gestão do projeto, implementação do projeto e melhoria da produção; avaliação do FDD versus avaliação das condições gerais da propriedade; FOFA (SWOT) das propriedades rurais; aproveitamento das oportunidades; ações da administração distrital para melhorar a produção, a comercialização e a assistência técnica. As variáveis foram definidas para justificar a visão sistêmica das propriedades rurais pesquisadas.

Para a análise sistêmica das propriedades rurais foi aplicada a metodologia FOFA. Esta metodologia é uma ferramenta de análise sistemática da situação externa e interna das organizações que, de acordo com Serra *et al.* (2010), foi desenvolvida nos anos 60 por dois professores da Harvard Business School (Kenneth Andrews e Roland Christensen) tendo se difundido mais fortemente a partir da década de 70, tanto no meio acadêmico como no meio empresarial. Atualmente é utilizada para analisar empresas de todas as dimensões, setores de atividade, países, indicadores de sustentabilidade, programas específicos. O nome SWOT é um acrônimo que tem origem em quatro palavras do idioma inglês, *Strengths*, *Weaknesses*, *Opportunities* e *Threats* e no idioma português esse acrônimo significa Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças.

De acordo com Cebola (2011) a análise SWOT incide sobre a unidade de negócio, a proposta de investimento ou a ideia em desenvolvimento, permitindo a definição de estratégias alternativas de atuação e seleção da estratégia mais adequada. É também focalizada na situação atual e nos aspectos concretos em que se desenvolve o negócio ou na implementação do projeto, permitindo o cruzamento entre os resultados da avaliação dos recursos da empresa com as características do ambiente competitivo em que esta atua, é fácil de entender e é aplicável a qualquer nível da organização.

Serra *et al* (2010) consideram que a sua função primordial é sistematizar a análise e assim possibilitar a escolha de uma estratégia adequada, face aos condicionamentos impostos pelo ambiente interno e externo mas também pelas oportunidades emergentes e forças da organização, para atingir os objetivos que se propõem. Estes autores acrescentam ainda que enquanto instrumento

utilizado na formulação da estratégia das organizações, a análise SWOT é um quadro de referência simples, consistente que propicia uma orientação para a procura de soluções.

É do ambiente externo que as empresas obtêm os recursos e informações necessários para sua subsistência e funcionamento e é nesse mesmo ambiente que colocam os resultados de suas operações. Na medida em que o ambiente sofre mudanças, todo o quadro habitual das operações das organizações é influenciado por essas mudanças, pois as condições ambientais externas às organizações contribuem fortemente para o que sucede dentro delas. Assim o conhecimento do ambiente é fundamental para o processo estratégico no sentido de obter a adequada compatibilidade entre a organização e as forças externas que a afetam direta ou indiretamente, seus objetivos, estratégias, estrutura, recursos, planos, procedimento, operações, entradas, saídas.

Assim, as organizações precisam monitorar o ambiente envolvente analisando-o continuamente e avaliando a sua posição competitiva face às empresas concorrentes. Do ambiente, das tendências e evoluções emanam oportunidades para novos negócios, para diversificar o crescimento e reforçar as operações no negócio já existentes, mas também despontam ameaças à sua sobrevivência e sucesso. Portanto, quer as empresas já instaladas, quer as novas empresas empreendedoras que pretendem estabelecer-se devem acompanhar as tendências específicas do seu ramo de atividade, monitorar e interpretar quaisquer fatores do seu ambiente geral e competitivo que possam influenciar as operações (SERRA et al., 2010).

De acordo com Serra et al. (2010) a análise do ambiente interno tende a ser mais complexa, seja pela dificuldade em determinar quais as forças e as fraquezas, seja por haver ideias pré-concebidas, por isso para uma melhor reflexão interna é necessário tomar em atenção os recursos da organização, suas competências distintivas e os fatores críticos de sucesso da organização.

A Organização possui ativos tangíveis e intangíveis que podem ser classificados em:

- a) recursos físicos ou materiais – são recursos necessários para as operações básicas da organização e pode ser o espaço físico, os edifícios, os terrenos, o processo produtivo, a tecnologia que o orienta, os métodos e os processos de trabalho, voltados para a produção dos bens e/ou prestação de serviços;
- b) recursos financeiros – são recursos que garantem os meios para a obtenção dos demais recursos necessários à organização. Referem-se ao dinheiro sob a forma de capital, fluxo de caixa (entradas e saídas), receitas decorrente das operações organizacionais, investimentos de terceiros, empréstimos, financiamentos, créditos, para fazer face aos compromissos da organização;
- c) recursos humanos – constituem o único recurso vivo e dinâmico da organização, são as pessoas que entram, permanecem e participam da organização independente de suas funções na organização;
- d) recursos mercadológicos – podem ser designados de recursos comerciais ou marketing. Constituem os meios através dos quais a organização localiza, entra em contato e influencia os consumidores dos produtos ou serviços oferecidos por ela. Estes recursos envolvem todas as atividades de pesquisa e análise de mercado (consumidores e concorrentes), definição de preços, organização de vendas, promoção, distribuição dos produtos, assistência técnica ao consumidor.
- e) recursos administrativos – constituem todos os meios através dos quais as atividades organizacionais são planejadas, organizadas, dirigidas e controladas.

O estudo do ambiente interno da organização ajuda a perceber quais as áreas onde têm maiores competências e maiores fraquezas e assim entender quais recursos precisam ser desenvolvidos para competir no setor de atividade em que se desenvolve o negócio (SERRA et al., 2010).

Os planos e relatórios das atividades desenvolvidas nas diferentes áreas da organização, bem como o conhecimento que os empresários e os quadros da organização têm sobre o tecido empresarial em que se inserem e em particular das empresas que desenvolvem a mesma atividade ou atuam nos mesmos mercados, são fontes de informação sobre o que nela se passa, os

problemas que poderão afetá-la internamente e servem igualmente de suporte a esta análise interna, segundo Cebola (2011).

Pontos fortes são recursos e capacidades que a organização dispõe os quais a diferenciam de forma positiva da concorrência e pode utilizar como suporte para o desenvolvimento de competências distintivas e aperfeiçoar o seu desempenho. São exemplos dos pontos fortes custos de produção mais baixos do que a concorrência, boa reputação junto dos clientes, elevado grau de fidelização da clientela, acesso exclusivo a fontes de matérias-primas ou outros recursos, acesso privilegiado ou elevada eficiência das redes de distribuição, solidez financeira, boa liderança e equipe de gestão eficiente. (CEBOLA, 2011).

Serra et al. (2010) acrescentam que uma força é algo que a organização faz bem ou alguma característica que aumente a sua competitividade. Constituem pontos fortes a aliança com parceiros competentes, quer em novos negócios, quer em novos mercados, competências ou *know-how*, ativos organizacionais, quer tangíveis ou intangíveis.

Pontos fracos são características da organização correspondentes a incapacidades, limitações ou deficiências estruturais ou funcionais, tangíveis ou intangíveis, que podem comprometer o desempenho futuro e por isso devem ser eliminados ou mitigados. A ausência de alguns pontos fortes em domínios essenciais ao desenvolvimento do negócio bem como a facilidade de cópia dos produtos da organização, a má reputação junto aos clientes, dificuldades de acesso a matérias-primas em preços e condições vantajosas, baixa produtividade implicando elevados custos de produção, limitação dos canais de distribuição, baixo níveis de qualificação da mão de obra, falta de liderança ou debilidades na equipe de gestão, elevado peso dos custos financeiros, constituem em muitos casos alguns dos pontos fracos nas organizações (CEBOLA, 2011). Em adição, Serra et al. (2010) dizem que algo que a organização não tem, que executa mal ou que a coloque numa situação de desvantagem em relação aos concorrentes como um fraco *know-how*, competências pouco desenvolvidas, podem ser identificadas as fraquezas da organização.

Oportunidades são fatores externos à organização que se bem aproveitadas podem abrir novas áreas de negócio ou fornecer vantagens competitivas face à concorrência, alavancar o crescimento e o aumento da sua rentabilidade organizacional. Caracterizam pela identificação de procura existente que não é satisfeita pelo mercado, identificação de uma nova tecnologia que se possa utilizar com impacto positivo na competitividade, alterações na legislação ou regulamentos facilitando o acesso a recursos ou a atuação da organização em domínios antes mais restritos.

Ameaças são fatores externos que podem perturbar o funcionamento da organização e afetar negativamente a rentabilidade do negócio. São constituídos por alterações legislativas que afetam negativamente a capacidade competitiva da organização, alteração no perfil de procura por parte dos consumidores, surgimento de novos concorrentes já instalados, surgimento de produtos que substituem os produtos da organização, novas regulamentações que restrinjam o acesso a mercados, novas regulamentações que impliquem a necessidade de reajustamentos relevantes no processo produtivo, opinião pública ou comportamentos desfavoráveis aos produtos ou processos desenvolvidos pela organização. Cebola (2011) destaca que não é possível que a organização atue sobre todos os fatores identificados. Após a coleta e tratamento da informação resultante da análise SWOT, torna-se necessário focalizar-se nos fatores com maior relevância para ser eficaz e não dispersar esforços sobre os fatores menos relevantes. No entanto é também importante ter em conta eventuais custos de não atuar sobre os fatores que sejam deixados de lado.

A análise SWOT/FOFA apresenta algumas limitações que se caracterizam pela sua necessidade de ser analítica e concreta, requerer honestidade ou capacidade de reconhecimento quanto ao diagnóstico dos pontos fracos da organização (CEBOLA, 2011). Complementando, Serra et al. (2010) mencionam que apesar de ser muito utilizada pelas empresas e ensinada nas universidades, essa análise é frequentemente criticada por não distinguir as competências da empresa das competências das suas concorrentes, dado que não mostra como identificar os aspectos duradouros

nem relaciona os aspectos mais sujeitos às pressões ambientais num futuro distante; por ser suportada em interpretações e avaliações subjetivas quer do ambiente externo, quer do interno e também pelo fato de nem sempre ser evidente a distinção entre os fatores internos e externos.

No trabalho de campo, foram também feitos contatos e entrevistados representantes de entidades públicas do Distrito de Chibuto que fazem a gestão direta do Fundo Distrital de Desenvolvimento (FDD), nomeadamente a Secretaria do Governo Distrital de Chibuto e o Serviço Distrital de Atividades Econômicas de Chibuto (SDAE) e da Direção Nacional de Promoção e Desenvolvimento Rural, sediada em Maputo.

O trabalho iniciou no SDAE. Nesta instituição foram três encontros com o Diretor da instituição, consistindo respectivamente, no agendamento da entrevista, na aplicação da guia de entrevista e no esclarecimento de dúvidas surgidas das conversas anteriores. Na Secretaria do Governo Distrital de Chibuto, foi 1 encontro com o Secretário Permanente do Distrito, 6 encontros com o técnico da Repartição de Planificação e Desenvolvimento Local que trabalha diretamente na gestão do fundo e participação em duas reuniões dos órgãos que no Distrito fazem a avaliação, seleção e aprovação dos projetos: uma do Conselho Consultivo do Posto Administrativo sede e outra do Conselho Consultivo do Distrito. Os encontros com o Secretário Permanente e o técnico da repartição consistiram na aplicação da entrevista semi-estruturada com o objetivo de entender a dinâmica do FDD, desde a sua concepção até a forma como atualmente é administrada para uma melhor contextualização e consequente percepção da realidade atual.

Para o processamento de dados da pesquisa obtidos no trabalho de campo, análise e discussão dos resultados da pesquisa e posterior redação do trabalho foram usados, como recursos, as ferramentas dos programas informáticos Microsoft Office Word 2007 e Microsoft Office Excel 2007 (na tabulação dos questionários aplicados aos agricultores).

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4. 1. FUNDO DISTRITAL DE DESENVOLVIMENTO (FDD)

4.1 1. Contextualização

No âmbito da implementação da lei 8/2003 de 19 de Maio, em Moçambique, que estabelece princípios e normas de organização, competências e funcionamento dos órgãos locais do Estado nos escalões de Província, Distrito, Posto Administrativo e Localidade, bem como do respectivo regulamento aprovado pelo decreto nº11/2005 de 10 de Junho, o Distrito tornou-se a base de planificação do desenvolvimento económico, social e cultural, passando a ser dotado de orçamento próprio.

Nesta perspectiva o governo de Moçambique instituiu, no ano 2006, o Orçamento de Investimento de Iniciativa Local (OILL) com a finalidade de induzir transformações na economia rural de forma a tornar os distritos

unidades orçamentais e centros dinâmicos de promoção da economia multifuncional e que contribuíssem para fazer do distrito o efetivo polo de desenvolvimento do país.

Os governos distritais passaram então a ser responsáveis pela execução do OIIL em projetos de produção de alimentos, geração de renda com impacto junto às populações locais. O OIIL constituiu assim, um mecanismo para a materialização da visão, dos objetivos estratégicos e das prioridades constantes nos instrumentos de políticas e estratégias governamentais de Moçambique. (MINISTÉRIO DA PLANIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO et al., 2009).

Na concepção do governo, para a consolidação do OIIL, no que refere a maior autonomia, rigor e profissionalismo na gestão e racionalização dos recursos, ampliação do impacto dos recursos e maior controle dos recursos pelas instituições locais, como forma de tornar o processo mais sustentável, em dezembro de 2009 foi aprovado o Fundo Distrital de Desenvolvimento (FDD) pelo decreto nº 90/2009, de 15 de Dezembro. (DIRECÇÃO NACIONAL DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL, 2009).

A Direção Nacional de Promoção do Desenvolvimento Rural é uma instituição ligada ao Ministério da Administração Estatal de Moçambique que, dentre outras funções, visa elaborar propostas de políticas e estratégias de desenvolvimento rural que resultem na melhoria das condições de vida e bem-estar da população. Para essa organização (DNPDR, 2011), a necessidade de transformação do OIIL em FDD baseou-se na criação de mecanismos flexíveis apropriados e legalmente enquadrados que assegurassem a gestão criteriosa, transparente e autônoma de recursos do orçamento do Estado, dos reembolsos dos empréstimos e dos fundos concedidos por instituições nacionais ou internacionais, na aferição de maior dinâmica econômica e financeira no nível local e na criação de um fundo vocacionado à promoção de atividades econômicas através da captação, disponibilização e recuperação de recursos.

O Decreto nº 90/2009 criou em cada um dos 128 distritos o Fundo Distrital de Desenvolvimento, tutelado pelo Governador Provincial. É uma

instituição pública dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira, que se destina a captação e gestão de recursos financeiros provenientes de orçamento do Estado, dos reembolsos dos empréstimos concedidos (sujeitos à aplicação de taxas de juros) e fundos concedidos por instituições nacionais ou internacionais a título de donativo. Este fundo visa financiar ações que estimulem o empreendedorismo no nível local de pessoas pobres, mas economicamente ativas e que não têm acesso ao crédito bancário; atividades de produção e comercialização de alimentos, criação de postos de trabalho permanentes ou sazonais, assegurando a geração de rendimento; ações que visem melhorar as condições de vida relacionadas com as atividades econômicas e produtivas das comunidades locais, mediante a concessão de empréstimos reembolsáveis. (CONSELHO DE MINISTROS DO GOVERNO DE MOÇAMBIQUE, 2009).

4.1.2 Funcionamento dos Fundos

São financiáveis as ações que concorram para a geração de emprego permanente e/ou sazonal, para a produção de alimento e geração de renda para os produtores e suas famílias. Os projetos elegíveis devem estar estritamente ligados ao desenvolvimento econômico local com impacto no quadro do combate à pobreza e em sintonia com os planos estratégicos de desenvolvimento do Distrito e devem ser propostos por indivíduos, associações, grupos sociais organizados e outras formas sociais de base comunitária, reconhecidas pelo governo do Distrito em estreita colaboração com as autoridades comunitárias locais.

São projetos prioritários a produção e comercialização agropecuária, comércio, piscicultura, pequena indústria, agroindústria e pequenos sistemas de processamento, turismo rural de pequena escala. Projetos de produção de alimento são todas as iniciativas cuja natureza final é o incremento sustentável dos níveis de produção e produtividade, aprovisionamento de sementes melhoradas, fertilizantes, instrumentos de produção, conservação e armazenamento dos produtos alimentares, mediante o uso de tecnologias melhoradas e adequadas à realidade local. Projetos de geração de emprego

são todas as iniciativas que concorrem para a criação de empregos sazonais e/ou permanentes, postos de trabalho e elevação da renda dos indivíduos, das famílias, das associações e das pequenas empresas locais.

Compete ao Governador Provincial homologar os planos anuais, autorizar a recepção dos donativos externos, autorizar a abertura de contas em nome do FDD em banco comercial, verificar os relatórios de atividades e de contas do FDD, promover inspeções regulares ao funcionamento do FDD e promover a consolidação, expansão e o desenvolvimento do fundo e as boas práticas de gestão participativa com transparência, equidade, eficiência e efetividade no quadro dos esforços para o desenvolvimento local e das comunidades. (CONSELHO DE MINISTROS DO GOVERNO DE MOÇAMBIQUE, 2009).

O Conselho do Fundo Distrital (CFD) constituído pelo Conselho Consultivo Distrital (CCD), o presidente do fundo que, por conseguinte, é o presidente do CCD e a Comissão Técnica de Avaliação de Projetos (CTAP) são órgãos constituintes do FDD com as seguintes funções. O CCD é o órgão deliberativo do FDD e aprova o programa anual de atividades e o respectivo orçamento, aprecia e aprova os projetos a financiar submetidos pela Comissão de Avaliação e Gestão dos Projetos, deve acompanhar e monitorar a implementação dos projetos financiados, aprova o plano dos reembolsos de acordo com o modelo emitido pelo Ministério da Planificação e Desenvolvimento e pelo Ministério das Finanças, deve emitir instruções e orientações para dinamizar as atividades do fundo, apreciar o balanço do exercício económico e financiamento anual, garantir a recuperação dos financiamentos concedidos, aprovar o relatório de contas do fundo e submeter ao Ministério das Finanças e ao Tribunal Administrativo e assegurar o cumprimento das normas de funcionamento e procedimentos administrativos e financeiros.

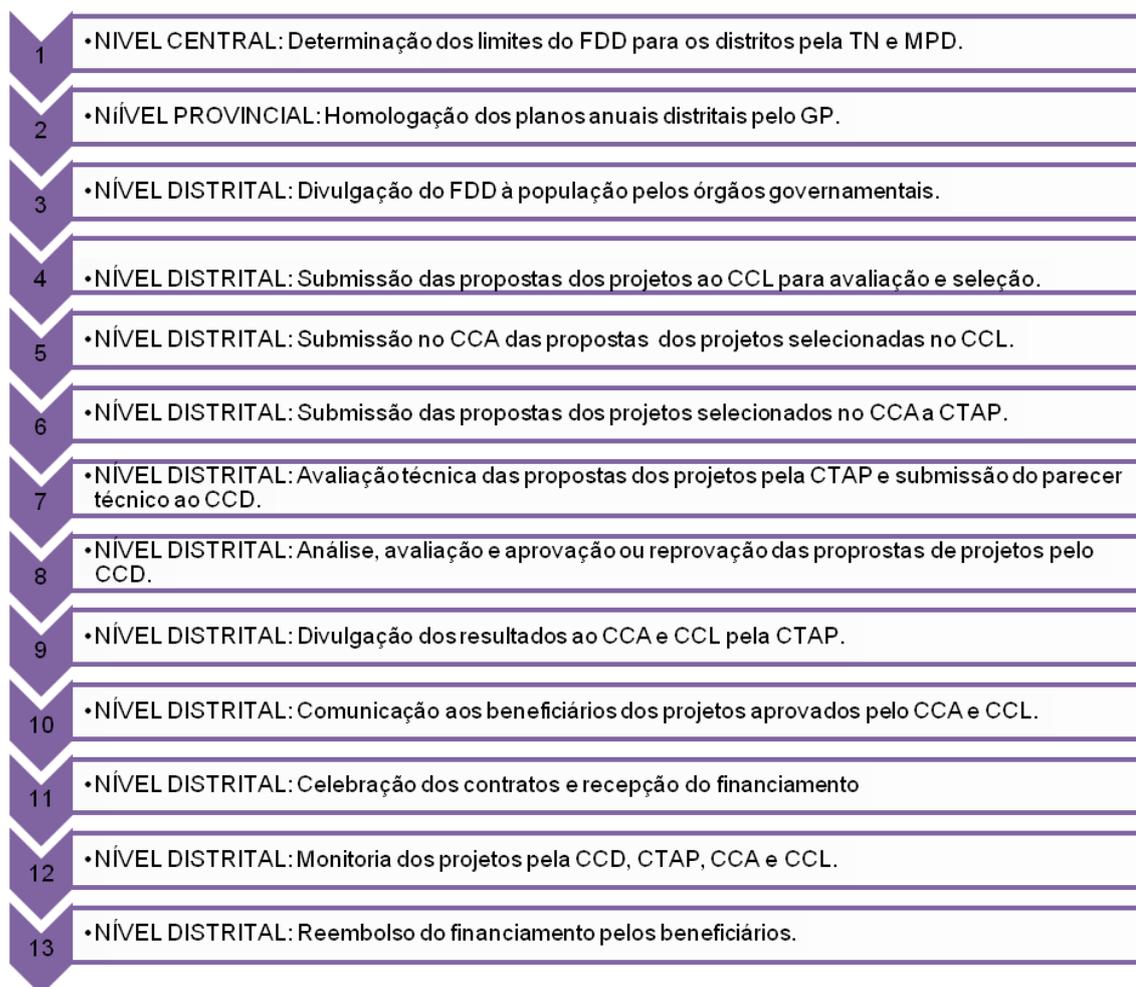
O Presidente do Conselho Consultivo Distrital (CCD) deve convocar e presidir as sessões do conselho, celebrar contratos com os beneficiários cujos projetos foram aprovados pelo conselho, submeter à aprovação do conselho os atos relacionados com o FDD, designar o chefe da comissão técnica de

avaliação de projetos e representar o fundo. Cabe a Comissão Técnica de Avaliação de Projetos (CTAP) elaborar e submeter à aprovação do CCD o programa de atividades e o respectivo orçamento; analisar, avaliar e emitir parecer sobre os pedidos de financiamento previamente apreciados nos Conselhos Consultivos de Localidade e de Posto Administrativo, submetendo-os à aprovação do CCD; assegurar a gestão administrativa, financeira e técnica do FDD, organizar os processos e o cadastro dos beneficiários do FDD, elaborar e submeter à aprovação do CCD os relatórios de atividades e de contas e executar as deliberações tomadas pelo conselho consultivo distrital. (CONSELHO DE MINISTROS DO GOVERNO DE MOÇAMBIQUE, 2009).

Em Chibuto o Conselho Consultivo da localidade é constituído por 20 membros (com um mínimo de 10 membros) com cerca de 30% de mulheres e 1/3 de autoridades comunitárias das povoações. O Conselho Consultivo do Posto Administrativo é constituído por 40 membros (com um mínimo de 20 membros) e alguns destes membros são do Conselho Consultivo das localidades. O Conselho Consultivo Distrital é constituído por 50 membros (com um mínimo de 30 membros) e alguns destes membros são do Conselho Consultivo das localidades. Os funcionários públicos, membros do Conselho Consultivo do Posto Administrativo e Distrital não devem exceder 25% respectivamente.

O FDD é assistido sem remuneração adicional pela Comissão Técnica de Avaliação de Projetos. A assistência técnica ao FDD deve ser assegurada pelos serviços distritais de atividades econômicas e outras instituições especializadas do governo distrital sem ônus direto para o fundo e deve assegurar o aprimoramento técnico dos projetos aprovados, sua viabilização e sustentabilidade. As instituições privadas, associações, organizações não governamentais e outros grupos profissionais organizados podem prestar assistência técnica desde que solicitados pelo presidente do fundo. (CONSELHO DE MINISTROS DO GOVERNO DE MOÇAMBIQUE, 2009).

As etapas do processo de seleção de projetos financiados pelo FDD são apresentadas na figura 8.



Legenda:

TN – Tesouraria Nacional

MPD – Ministério de Planificação e Desenvolvimento

GP – Governador Provincial

FDD – Fundo distrital de desenvolvimento

CCL – Conselho consultivo da localidade

CCA – Conselho consultivo do posto administrativo

CTAP – Comissão Técnica de Avaliação de Projetos

CCD – Conselho consultivo distrital

Fonte: pesquisa de campo, 2012

Figura 8 - Organograma do processo de seleção dos projetos no âmbito do FDD

Na tabela 2 são apresentados os projetos financiados entre 2006 e 2009, valores e porcentagens de pagamentos nas províncias. Na tabela 3 os limites para financiamentos de projetos e na tabela 4 as taxas de juros e prazos praticados.

Tabela 2 – Número de projetos financiados, valores executados e taxa de pagamento, 2006-2009, por províncias, Moçambique.

Províncias	Projetos financiados	Valor executado MTn	Valores USD ¹⁰	em % de reembolso
Niassa	2.504	385.739.000,93	12.407.172,75	4,04
Cabo delgado	6.643	300.413.000,90	9.662.689,00	9,74
Nampula	5.780	589.232.000,97	18.952.460,63	3,74
Zambézia	5.544	383.788.000,50	12.344.419,44	3,28
Tete	2.559	198.485.000,83	6.384.207,17	5,85
Sofala	5.368	188.918.000,39	6.076.487,63	8,25
Manica	5.384	265.522.000,70	8.540.431,03	3,44
Inhambane	4.549	349.211.000,47	11.232.261,19	3,88
Gaza	8.624	325.540.000,00	10.470.890,96	3,78
Maputo província	1.931	150.323.000,92	4.835.091,70	5,71
Maputo cidade	564	21.988.000,60	707.237,07	7,44
Total	49.450	3.159.166.000,21	101.613.573,50	4,81

Fonte: Adaptado de DNPDR (2009)

Segundo a tabela 2, Gaza foi a província que mais projetos financiou (8.624 projetos) no país, com um valor executado na cifra de MTn 325.540.000,00 (USD 10.470.890,96) no período compreendido entre os anos 2006 a 2009. No entanto a 4ª província com baixo nível de reembolso na cifra de 3,78, valor abaixo da média nacional (4,81) no período.

¹⁰ Data da taxa de conversão: 01.12.2009 (BANCO CENTRAL..., 2012)

Tabela 3 - Limites para financiamento de projetos

Setor	Limite de financiamento (MTn)			
	Individual		Associações	
	MTn	USD ¹¹	MTn	USD ¹²
Agricultura	Até 350.000	11.257,64	Até 500.000	16.082,34
Pecuária	Até 75.000	2.412,35	Até 350.000	11.257,64
Agroprocessamento	Até 300.000	9.649,40	Até 600.000	19.298,41
Pesca e piscicultura	Até 500.000	16.082,34	Até 500.000	16.082,34
Indústria	Até 100.000	3.216,47	Até 100.000	3.216,47
Comércio	Até 100.000	3.216,47	Até 100.000	3.216,47
Serviços	Até 100.000	3.216,47	Até 200.000	3.216,47
Turismo	Até 100.000	3.216,47	Até 130.000	3.216,47

Fonte: Adaptado de MAE, MF, MPD (2011, 11p)

Segundo os dados da tabela 3 a agricultura é o segundo setor mais beneficiado em termos do montante de recursos direcionados no âmbito do FDD na cifra de MTn 350.000,00 (USD 11.257,64). Portanto, pelas suas características específicas (existência de riscos associados a produção – maiores fatores fora do controle do produtor, irreversibilidade do processo produtivo – uma vez investido tem de se arcar com as consequências sejam elas positivas ou negativas) e pelo receio que se tem de investir por causa dos riscos e demora no retorno, a necessidade de capital financeiro deve ser mais elevada neste setor, como menciona o autor a seguir.

Ramos (2007) refere que a necessidade de capital financeiro na agricultura, seja na forma de capital de giro (crédito de custeio), de capital para a comercialização da safra e de capital de investimento, é mais elevada. Daí a importância de políticas de crédito rural e de preços agrícolas que coloquem à disposição dos produtores rurais recursos em condições e prazos compatíveis com as especificidades da atividade.

¹¹ Data da taxa de conversão: 01.12.2009 (BANCO CENTRAL..., 2012).

¹² Data da taxa de conversão: 01.12.2009 (BANCO CENTRAL..., 2012).

Tabela 4 – Taxa de juros e prazos praticados, FDD.

Setor	Taxas de juro (%) sobre o valor total	Período de carência	de Prazo de reembolso
Agricultura	3 a 4	3 a 24 meses	12 a 60 meses
Pecuária	3 a 4	3 a 24 meses	24 a 60 meses
Agroprocessamento	3	Até 3 meses	Até 60 meses
Pesca	3 a 7	2 a 9 meses	18 a 60 meses
Indústria	5	Até 6 meses	Até 60 meses
comércio	5 a 7	Até 2 meses	18 a 60 meses

Fonte: Adaptado de MAE, 2010

Os juros incidentes variam de acordo com o tipo de atividade a ser financiada e são aplicados sobre o valor total desembolsado no financiamento do projeto. O período de carência e os prazos de reembolso devem ser elevados para o setor da agricultura como refere Ramos (2007) pelas características inerentes a ela.

São analisados os resultados da pesquisa com os agricultores familiares individuais e com os representantes de 3 associações agrícolas.

4.2 AGRICULTORES FAMILIARES INDIVIDUAIS

4.2.1 Dados gerais

O universo da pesquisa é composto por 85% agricultores e 15% agricultoras, com idade média de 57,3 anos. Todos têm direito de uso e aproveitamento de terra (DUAT) concedido pelo governo. Possuem uma área média das propriedades de 5,6 hectares (ha), acima da média do Distrito de Chibuto (1,5 ha).

No tocante ao tipo de atividade realizada e geradora de renda, 55% exerce apenas atividade agrícola, 30% inclui outras atividades como comércio (50% produtores), escriturário (17%) e professora (33%, sendo metade aposentada e metade na ativa) e 5% atividade agrícola e pecuária - gado e 10% atividade agrícola, pecuária - gado, aves e suínos.

Com relação a mão de obra familiar utilizada na propriedade, 15% não conta com trabalho de outros familiares, 20% conta com 1 membro, sendo filho

ou esposa ou marido e os 65% conta com esposa, esposas (há produtores com mais de 1 esposa), filhos e outros parentes.

Quanto a contratação de trabalhadores, 86% agricultores contrata trabalhadores temporários e 14% tem trabalhadores permanentes. Os agricultores familiares que contratam trabalhadores, mesmo com alguns trabalhadores permanentes, têm majoritariamente trabalhadores temporários, diferindo do agricultor empresarial que para além de ter um número maior de trabalhadores contratados, estes são permanentes.

4.2.2 Sistema de produção

No uso e manejo dos recursos naturais das propriedades rurais 35% dos agricultores familiares faz a integração da produção em sistemas agroflorestais - SAF's, ou seja, uso de espécies lenhosas (árvores) em associação com o cultivo agrícola; 5% faz a integração agrícola e animal, ou seja, cultivo agrícola com pastagens e/ou animais e; 60% não faz a integração da produção. Assim, a maioria dos agricultores não faz a integração da produção nas suas atividades produtivas.

Em relação ao uso de alguns insumos nos sistemas produtivos: a) 100% dos agricultores não usa o calcário para a correção do solo; b) 55% não usa adubo mineral e 45% usa mais de uma vez por ano (89%) e uma vez por ano (11%) em culturas anuais; c) 45% não usa adubo orgânico e 55% usa mais de uma vez por ano (64%) e uma vez por ano (36%) em culturas anuais; d) 90% não usa adubo verde e 10% usa uma vez por ano (100%) em culturas anuais; e) 70% não usa sementes melhoradas e 30% usa mais de uma vez por ano (67%) e uma vez por ano (33%) em culturas anuais; f) 90% não usa mudas e 10% usa uma vez por ano (100%), 50% em culturas anuais 50% em culturas permanentes; g) 50% não usa herbicidas e 50% usa mais de uma vez por ano (50%) e uma vez por ano (50%), 90% em culturas anuais e 10% em culturas permanentes; h) 25% não usa inseticidas e 75% usa mais de uma vez por ano (80%) e uma vez por ano (20%), 93% em culturas anuais e 7% em culturas permanentes e; i) 65% não usa fungicidas e 35% usa mais de uma vez por ano (71%) e uma vez por ano (29%) em culturas anuais.

Assim sendo, os insumos mais usados para a produção agrícola são o adubo orgânico, o herbicida e o inseticida fundamentalmente mais de uma vez por ano em culturas anuais. Os menos aplicados são o calcário, o adubo mineral, o adubo verde, as sementes melhoradas, as mudas e o fungicida.

Para a produção 95% dos agricultores compra sementes e mudas, 5% produz (a partir de cultivos anteriores) e nenhum troca. Então, há uma maior aquisição de sementes e mudas por parte dos agricultores nas suas atividades produtivas.

Quanto ao uso de tecnologia na produção no preparo do solo 95% usa força manual e 5% não usa, 80% usa força animal e 20% não usa, 25% usa força mecânica e 75% não usa; na condução da cultura e na colheita 100% usa força manual. Há um maior emprego da força manual e menor emprego da força mecânica em todas as etapas do cultivo agrícola.

4.2.3 Benfeitorias/infraestruturas

No que refere as benfeitorias/infraestruturas na propriedade e no entorno 10% dos agricultores não tem nenhuma benfeitoria e 90% tem pelo menos uma em suas propriedades. Dos que dispõem 15% tem potencial para irrigação e 85% não tem, 75% tem Irrigação e 25% não e, 20% tem celeiros e 80% não. Nenhum dos agricultores tem paiol/armazém, depósito/tulha e energia elétrica na propriedade. A maioria dos agricultores tem irrigação em suas propriedades. Isso mostra que há disponibilidade de água para o cultivo nas propriedades. Contudo, há menor disponibilidade de benfeitorias de armazenamento e conservação da produção.

Em relação a outros recursos como computador, telefone, água canalizada e poço, 75% tem telefone celular com sinal e 25% não, 5% tem poço e 95% não, 15% tem painel solar para captação da energia solar pela ausência de energia elétrica e 85% não, 100% dos agricultores não tem computador, internet, telefone fixo e público e água canalizada. Os agricultores têm maior disponibilidade de telefone celular e menor ou ausência dos restantes recursos.

No que diz respeito a situação das vias de acesso a propriedade e as zonas de comercialização, para 10% dos agricultores é ótima, para 10% é boa, para 35% é razoável e para 45% é ruim. Pode se concluir que o estado das vias de acesso encontra-se em mau estado de transitabilidade, tanto para as propriedades, como para as zonas de comercialização da produção.

4.2.4 Renda monetária agrícola versus renda monetária não agrícola

A renda monetária anual de atividades agrícolas gira em torno de MTn 20.000 a MTn 780.000, com uma média de MTn 187.646,20 (USD 707,96 a USD 27.610,62, média de USD 6.642,34. Data da taxa de conversão: 20.07.2012. BANCO CENTRAL. 2012). A renda monetária anual de outras atividades não agrícolas gira em torno de MTn 24.000 a MTn 564.000, com uma média de MTn 165.200,00 (USD 849,56 a USD 19.964,60, média de USD 5.847,79. Data da taxa de conversão: 20.07.2012. BANCO CENTRAL. 2012). Cabe destacar que 30% dos agricultores não quis ou não soube informar a renda gerada.

Constata-se que a renda monetária anual agrícola obtida é maior que a renda monetária anual obtida de atividades não agrícolas. O que demonstra que a atividade agrícola continua a ser a maior geradora de renda para os agricultores. Todavia a renda obtida de atividades não agrícolas não deixa de ter sua importância como renda complementar às necessidades do agricultor.

4.2.5 Renda monetária versus grau de satisfação

No que diz respeito a renda monetária anual obtida de atividades agrícolas, quanto ao grau de satisfação dos produtores, 30% está muito satisfeito, 60% está satisfeito, 10% está pouco satisfeito e nenhum está insatisfeito. Essa situação mostra que a maioria dos produtores tem um grau de satisfação positivo (90%) em relação a renda obtida, ou seja, a maioria dos produtores está satisfeita com a renda obtida. Importa destacar que os produtores possuem uma renda que provém principalmente da atividade agrícola.

4.2.6 Renda monetária versus grau de escolaridade

Quanto a escolarização dos produtores 5% possui o 1º ciclo incompleto (até 4ª classe), 20% possui o 1º ciclo completo (até a 5ª classe), 25% o 2º ciclo incompleto (até a 6ª classe), 5% o 2º ciclo completo (até a 7ª classe), 5% o ensino básico incompleto (até a 9ª classe), 25% o ensino básico completo (até a 10ª classe), 5% o ensino médio incompleto (até a 11ª classe) e 10% dos produtores não frequentou a escola.

Verifica-se uma predominância de produtores que possuem 1º ciclo completo, o 2º ciclo incompleto e o ensino básico completo, que por similaridade são os produtores que têm um grau de satisfação maior (60%) em relação a renda monetária anual obtida. A escolarização dos produtores contribui para a obtenção da renda na propriedade que é satisfatória para o desenvolvimento da atividade.

4.2.7 Renda monetária versus formação complementar

No que refere a participação dos produtores em cursos, palestras, dias de campo, ofertados por Organizações Não Governamentais (ONGs), Universidades, sindicatos e /ou administração distrital, 35% participou e 65% não participou pelo fato de não terem tido conhecimento e informação da existência das formações/capacitações. Portanto, a maioria dos produtores não possui formação complementar.

Dos produtores, 15% não sente a necessidade de cursos/capacitações e 85% sente a necessidade e gostariam de mais cursos/capacitações porque o que vem sendo oferecido é muito pouco. Os cursos/capacitações poderiam ter as seguintes temáticas: métodos de cultivo, combate de pragas e doenças, Sistemas Agroflorestais (SAFs), culturas a priorizar em regiões com regime sequeiro, criação de animais, manipulação de meios de produção, formas inovadoras de irrigação da produção; processamento de produtos, estratégias de marketing da produção agrícola e ferramentas de gestão (contabilidade).

4.2.8 Renda monetária versus diversificação da produção

Nas atividades produtivas 5% dos agricultores produz 2 culturas, 10% produz 3 culturas, 25% 4 culturas, 30% 5 culturas, 10% 6 culturas, 10% 7 culturas, 5% 8 culturas e 5% 10 culturas.

Os agricultores que estão satisfeitos com a renda obtida produzem entre quatro a 5 culturas. Assim sendo, a maioria dos agricultores com um grau de satisfação maior/positivo em relação à renda obtida possui uma produção diversificada (Conforme a figura 9), com uma média de produção de 5 culturas e comercializa em média 73% da produção total obtida na atividade agrícola.

A comercialização é feita a grosso e a retalho na localidade de Maqueze, nos postos administrativos de Godide e Chaimite, no município de Chibuto, no distrito de Manjacaze, em Xai-xai (cidade capital de Gaza) e em Maputo (cidade capital do país). Todos os agricultores (100%) não faz o processamento da produção.



Fonte: Pesquisa de campo, 2012

Figura 9: Diversificação da produção

4.2.9 Renda monetária versus assistência técnica

60% dos agricultores recebeu e/ou recebe assistência técnica do governo (SDAE) e 40% não. Quanto a assistência técnica ofertada por outras instituições/organizações não governamentais, como a Visão Mundial, a empresa Moçfer Indústrias Alimentares (MIA) e Save de Children, em palestras de técnicas de produção e processamento agropecuário, oferta de sementes e mudas de citrinos, e de Universidade, 40% dos agricultores recebeu e/ou recebe e 60% não. Está foi a Universidade Eduardo Mondlane – Escola Superior de Negócios e Empreendedorismo de Chibuto, por meio do programa de extensão Um estudante Um agricultor, em que os mesmos transferem os conhecimentos adquiridos em sala de aula para os agricultores.

De acordo com o SDAE (2010) o Distrito de Chibuto conta com 11 parceiros (ONG's) que colaboram em diferentes ações na área de extensão rural, por meio da disponibilização de 18 técnicos. A Visão Mundial é uma organização cristã presente em 97 países (VISÃO..., 2013). No Distrito de Chibuto são 4 técnicos que dão suporte a produção agrícola, a multiplicação e produção do material vegetativo e colaboram na vacinação de galinhas contra a doença de Newcastle ¹³ e no manejo sanitário dos bovinos (SDAE, 2010). Save de Children é uma ONG presente em 120 países (SAVE..., 2013) e cujos objetivos não se focam apenas nas crianças. Em Chibuto são 4 técnicos que colaboram na vacinação de galinhas contra Newcastle e no manejo integrado e tratamento químico do cajueiro (SDAE, 2010). A Moçfer Indústrias Alimentares (MIA) é uma empresa do grupo Mozfoods S.A, sediada no Distrito de Chókwè (Província de Gaza) que produz e processa arroz de marca "Tia Rosa". Com capacidade de processamento anual de 20.000 toneladas de arroz esta empresa oferece assistência técnica aos agricultores reconhecidos na comunidade por meio do seu envolvimento no sistema de produção e assistência da sua equipe de extensão, fornece semente a crédito (pagamento na colheita de 2kg de arroz por cada 1kg de semente recebida) e serviços

¹³ Doença de Newcastle é definida como uma infecção das aves causada por um vírus do sorotipo *paramyxovirus* aviário sorotipo1 (APMV-1). Maiores informações vide GRANDO, Nilva. Doença de Newcastle. Disponível em http://www.cnpsa.embrapa.br/sgc/sgc_publicacoes/anais0204_bsa_grando.pdf. Acesso em 10 jan 2013.

mecanizados de lavoura e colheita aos agricultores locais (HERINQUES, 2011).

Por meio dessa resposta evidencia-se que, embora a maioria dos agricultores tenha dito que decide o que produzir de forma unilateral ou conjunta (com familiares), estes recebem também influências de empresas particulares de produção agrícola como a MIA. Um dos agricultores entrevistado recebeu desta empresa 7 sacos de semente de arroz a crédito tendo após a colheita de devolver cerca de 14 sacos de arroz.

A maioria dos agricultores satisfeitos com a renda agrícola recebeu assistência técnica do governo. Todavia não recebeu assistência de outras instituições/organizações não governamentais.

Desses agricultores que foram e/ou são contemplados por essa assistência 55% achou muito relevante, 25% relevante, 15% pouco relevante e 5% praticamente nula a necessidade de parcerias com outras organizações. Portanto, a maioria dos produtores acha muito relevante a necessidade de parcerias dos agricultores com outras organizações (ONG, universidade, sindicato, administração distrital, etc) para o desenvolvimento da atividade agrícola na propriedade.

4.2.10 Renda monetária versus planejamento e desempenho da produção

Em relação ao planejamento da produção, dos produtores rurais familiares que estão satisfeitos com a renda agrícola 50% afirmou realizá-lo. Os motivos foram: ser guia de orientação para a atividade, conhecimento da viabilidade técnica, econômica e comercial da produção, antever os possíveis constrangimentos e procurar remediá-los (planejamento, controle, replanejamento).

50% dos que não realiza o planejamento da produção alegaram os seguintes motivos: falta de tempo, de conhecimento em gestão, de hábito para realizá-lo, de pessoal para realizá-lo; não é necessidade primordial para as suas atividades; a produção apresenta grande variação em função do tempo o que dificulta sua realização.

Dos produtores que não realizam o planejamento da produção, 44% respondeu que gostaria de fazê-lo porque o considera importante para obter maior produtividade; permite exercer a atividade com maior precisão dando maior segurança ao negócio e ajuda a trabalhar com o que realmente se dispõe e a fazer face às situações imprevistas. Os outros 56% não gostariam de fazê-lo porque não o acham relevante para o desenvolvimento da atividade; por ser muito trabalhoso, exigindo tempo e paciência que muitos deles não dispõem; por considerarem que não tem mais capacidade intelectual para compreender e aplicar as ferramentas de gestão.

Em relação a avaliação do desempenho da produção, ou seja, se fazem registros contábeis e/ou cálculos de custos e receitas, 61% dos produtores satisfeitos com a renda agrícola faz, ainda que alguns o façam de forma superficial (mentalmente). Os motivos da realização são: visualização dos resultados em relação a tendência da atividade (crescente ou decrescente) e as áreas a investir mais em função dos recursos existentes; prestação de contas no nível financeiro e técnico da produção, no trabalho em parcerias; planejamento das épocas de produção subsequentes; controle da produção com a mensuração do rendimento e a necessidade de ações corretivas em função do cenário; poupança dos lucros.

39% dos produtores não faz o registro contábil alegaram: falta de tempo, hábito e conhecimento na área; as variações da produção ao longo do tempo; falta de vontade pelos baixos rendimentos; considerar que é uma atividade supérflua. Desses agricultores que não fazem a avaliação do desempenho da produção, 71% gostaria de realizá-la porque vê sua importância no melhoramento e controle da produção e das receitas, pelos bons retornos que possam advir da realização e pela precisão nos recursos existentes vindos do controle dos custos/receitas. Os restantes (29%) não, por acharem que é uma atividade de difícil assimilação dada a idade ou pela falta de tempo.

4.2.11 Decisão da produção

Em relação a decisão do que produzir, 65% dos produtores familiares decide o que produzir de forma unilateral em função dos recursos existentes

(terra, homem, capital), 30% decide de forma conjunta com o cônjuge (esposo/esposa) e por vezes com os filhos.

Constata-se que os produtores familiares não fazem o estudo do mercado, quer consumidor, quer concorrencial na definição do que produzir. O que lhes permitiria analisar e avaliar a viabilidade de estar a produzir um determinado produto e detrimento do outro, a aceitabilidade do mesmo no mercado e a sua posição em relação a concorrência, possibilitando a posterior determinação de estratégias a favor dos agricultores com vista a busca de maior rentabilidade da produção. A falta deste tipo de análise cria constrangimentos ao sucesso do negócio.

5% dos produtores (produção empresarial) decide o que produzir e volume de produção juntamente com os sócios pelas parcerias existentes em função das exigências do mercado consumidor e do ambiente competitivo no qual se insere. Ele importa sementes e adubos da Finlândia e África do Sul.

4.2.12 Participação em associações

50% dos agricultores não faz parte de nenhuma associação e/ou cooperativas e 50% faz parte de alguma. Nessas associações desempenham atividades essencialmente de produção agropecuária (principalmente produção de hortícolas, bananas, ananás – abacaxi –, gado bovino, suíno e caprino). Para esses agricultores a filiação em associações facilita o acesso a recursos do governo e de algumas ONG's, minimiza a força manual na produção, facilita a solução dos obstáculos na atividade.

A comercialização da produção, a legalização das propriedades rurais, a construção de infraestruturas, o diálogo com as entidades competentes, a troca de experiência entre os agricultores, foram outros fatores positivos apontados decorrentes da participação em associações rurais.

Contudo apesar das vantagens do associativismo existem alguns problemas como a falta de compromisso de alguns membros no trabalho, o que compromete o planeamento da produção agrícola; falta de recursos para agilizar a produção e a comercialização, falta de mercado para a comercialização; falta de infraestruturas para as reuniões de planeamento e

falta de reconhecimento público de algumas associações por estas não estarem ainda registradas.

4.2.13 Renda monetária versus adimplência ao FDD

A disseminação da informação em relação a existência do FDD foi feita, no geral, pelas entidades governamentais locais (líderes comunitários, chefes das localidades, dos postos administrativos). A divulgação nos órgãos de comunicação (Rádios, Televisão), nos círculos de relacionamento (amigos, colegas, familiares) são também outros meios pelos quais os agricultores tiveram conhecimento da existência e possibilidade de acesso ao financiamento.

5% dos agricultores familiares é beneficiário desde o ano 2007, 15% desde 2008, 30% desde 2009, 10% desde 2010 e 40% desde 2011. Os valores disponibilizados variam de MTn 30.000,00 a MTn 1.190.000,00, com uma média de MTn 155.553,00 (USD 1.061,95 a USD 42.123,89, média de USD 5.506,30. Data da taxa de conversão: 20.07.2012. BANCO CENTRAL. 2012), tendo sido aplicados para o apoio inicial (5% dos agricultores) e para o custeio adicional (95%).

O financiamento foi aplicado para aquisição de sementes, mudas, adubos minerais e pulverizadores, gado bovino, charrua e remédios para tração animal, motobomba, combustível fóssil, tubos plásticos para puxar a água do rio para a irrigação das culturas, abertura de um furo de água destinado a irrigação, trator, alfaias e salário para o pagamento dos trabalhadores.

Dos agricultores satisfeitos com a renda agrícola obtida 6% está adimplente e 94% não. Todos os agricultores insatisfeitos com a renda estão inadimplentes.

Portanto, a maioria dos agricultores satisfeitos com a renda agrícola é beneficiária do financiamento desde 2009 e 2011, tendo aplicado os recursos do FDD para o custeio adicional, estando atualmente na situação de inadimplência quanto ao pagamento do mesmo.

4.2.14 Renda monetária versus assistência na elaboração e gestão do projeto

Os agricultores familiares satisfeitos com a renda agrícola não foram assistidos na sua maioria, tanto na elaboração como na gestão do projeto, ou seja, 89% não teve assistência e apenas 11% teve na elaboração do projeto e, 85% não recebeu assistência na gestão do projeto e 15% recebeu.

4.2.15 Renda monetária versus implementação do projeto e melhoria da produção

67% dos produtores rurais implementou na totalidade o projeto e 33% não. Dos produtores satisfeitos com a renda agrícola, 69% teve seus projetos implementados na sua totalidade e 31% não. Por conseguinte, 62% dos produtores melhorou a produção e 38% não. Desta forma, a produção agrícola da maioria dos produtores rurais melhorou com a implementação na totalidade da maioria dos projetos, o que possibilitou uma satisfação em relação a renda obtida.

4.2.16 Avaliação do FDD

Apenas 5% dos agricultores rurais teve acesso a outro tipo de financiamento (Fundo de Desenvolvimento Agrário) em 2011 na cifra de 1.100.000,00 (trator) e 95% não. Em relação a avaliação geral do FDD 35% dos agricultores acha ótimo, 30% acha bom, 30% acha regular e 5% acha ruim. No geral, a maioria dos agricultores faz uma avaliação positiva do FDD.

4.2.17 Avaliação das condições gerais da propriedade

No que refere a avaliação, pelos agricultores, das condições gerais das propriedades rurais, quanto a) ao tamanho da propriedade, 75% considera ótimo, 15% bom, 5% razoável e 5% ruim; b) a fertilidade natural do solo, 65% considera ótimo, 20% bom e 15% razoável; c) a disponibilidade de água para produção (ilustrado na figura 10), 45% considera ótimo, 15% bom, 25% razoável e 15% ruim; d) a disponibilidade de maquinário/equipamento, 10% considera bom, 60% razoável e 30% ruim; e) a disponibilidade de mão de obra

familiar e/ou contratada, 20% considera ótimo, 25% bom, 50% razoável e 5% ruim; f) a disponibilidade de crédito, 10% considera bom, 65% razoável, 20% ruim e 5%; g) ao conhecimento de técnicas de produção, 25% considera ótimo, 55% bom e 20% razoável; h) a comercialização dos produtos, 11% considera ótimo, 37% bom, 47% razoável e 5% ruim; i) ao preço recebido pelos produtos vendidos, 5% considera ótimo, 21% bom, 63% razoável e 11% e; j) as rendas (produção, benefícios, salário etc.), 5% considera ótimo, 32% bom, 58% razoável e 5% ruim.



Fonte: Pesquisa de campo, 2012

Figura 10: Captação de água para irrigação

Deste modo, o tamanho da propriedade, a fertilidade natural do solo, a disponibilidade de água, o conhecimento de técnicas de produção são fortalezas que impactam positivamente o desempenho da atividade produtiva e contribuem de forma significativa para a obtenção da renda monetária agrícola.

Verifica-se uma carência nos agricultores de maquinário/equipamento, de mão de obra familiar e/ou contratada, de crédito, assim como alguns entraves na comercialização dos produtos, no preço recebido pelos produtos vendidos e na renda. O que pressupõe que apesar da renda agrícola ser

satisfatória para a maioria dos agricultores, ela não tem sido suficiente para cobrir todos os custos de produção e comercialização e responder cabalmente a todas as necessidades dos agricultores, afetando assim negativamente o desempenho da atividade agrícola.

4.2.18 FOFA das propriedades rurais

Os produtores rurais familiares foram indagados quanto aos pontos fortes, fracos de seus empreendimentos e as ameaças e as oportunidades. Os pontos fortes e fracos são apresentados no quadro 2.

Quadro 2. Pontos Fortes e Fracos das Propriedades Agrícolas Familiares Pesquisadas, Chibuto, 2012.

Pontos Fortes das Propriedades	Pontos Fracos das Propriedades
<ul style="list-style-type: none"> • anos de experiência na atividade; • proprietário da terra; • boa fertilidade do solo; • disponibilidade de água, por estar próxima a fonte (rio), ter represas e motobombas que transportam a água para irrigação; • disponibilidade de mão de obra familiar; • tamanho da propriedade que permite policultivo; • culturas propícias ao tipo de solo com alto rendimento e poucos aportes externos; • atividades não agrícolas que ajudam a potenciar a atividade agrícola; • disponibilidade de transporte próprio para o escoamento da produção. 	<ul style="list-style-type: none"> • vulnerabilidade quanto a inundações; • constantes avarias de meios de trabalho (motobomba); • atrasos na produção vendendo a posterior a preços baixos; • escoamento do produto - falta de transporte próprio; • recursos financeiros para contratar mão de obra e aumentar o nível de produção; • mão de obra qualificada e acessível e capacidade de aprendizagem dos funcionários; • dependência de insumos químicos para pulverização.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.

Quadro 3. Ameaças e Oportunidades das Propriedades Agrícolas Familiares Pesquisadas, Chibuto, 2012.

Ameaças	Oportunidades
<ul style="list-style-type: none"> • dependência de condições climáticas; • preços aplicados no mercado e ausência de política de preço mínimo; • concorrência entre os produtos locais e produtos importados; • preço do arrendamento de meios de trabalho; • preços do óleo diesel (gasóleo); • ausência de mercado local; • falta de apoio do governo em implementos; • inundações e más condições das vias de acesso; • corrupção e favoritismo nos órgãos deliberadores do FDD; • fontes de crédito fora do FDD pelas garantias exigidas; • falta de assistência técnica; • meios de conservação da produção agrícola não gerando estoques reguladores; • pragas; • existência de ratazanas, porcos do mato, macacos e elefantes que devoram culturas; • demora na entrega de alguns instrumentos de trabalho arrendados (trator); • contratos celebrados com algumas empresas privadas elevam os custos de sementes. 	<ul style="list-style-type: none"> • vias de acesso em estado transitável que permitem o escoamento da produção • localização da propriedade • culturas promissoras no mercado (alho, tomate); • fidelização da clientela; • equipamentos e instrumentos que minimizam o esforço humano na produção agrícola; • crédito do FDD que permitiu investir na propriedade; • novas formas de produção agrícola (agroflorestas); • acesso à redes de comunicação (telefonía móvel, internet) que facilitam os contatos com os canais de comercialização e escoamento da produção; • informação meteorológica da região onde se desenvolve a atividade pelas parcerias criadas; • localização da propriedade que permite uma boa segurança não tendo criminalidade.

Fonte: Pesquisa de Campo (2012)

Questionadas quanto às ações que devem ser feitas a fim de reduzir e/ou eliminar os pontos fracos, as respostas para alguns dos pontos fracos foram: a) Inundações/cheias na propriedade – solução: remoção do equipamento usado no processo de produção para um local seguro e evacuação da água; b) fraca qualidade de mão de obra – solução: explicação

de técnicas de produção e manutenção de vínculo saudável com funcionários com mais tempo de serviço na propriedade incentivando-os a transmitir experiências aos novos colegas; c) intercalação, consorciação e pulverização de culturas para minimizar as pragas e doenças nas culturas; d) inclusão de outras atividades comerciais (venda de gado); e) continuar a produção e a venda mesmo sem lucro, para manter a atividade; f) para falta de transporte próprio, recorre-se ao aluguel de fretes para o escoamento da produção e; g) aplicação de recursos financeiros vindos de outros meios de sobrevivência para o conserto dos meios de produção e compra de insumos para a produção.

As ameaças e oportunidades apresentadas pelas propriedades agrícolas familiares pesquisadas encontram-se no quadro 3. Percebe-se que ameaças para alguns, como más condições de via de acesso, são oportunidades para outros.

4.2.19 Aproveitamento das oportunidades

25% dos agricultores familiares aproveita as oportunidades de mercado e 75% não. A grande maioria dos agricultores não tem aproveitado as oportunidades do mercado porque não conseguem identificar nenhuma oportunidade (acham que não existe nenhuma); e das oportunidades identificadas não existem meios financeiros para o seu aproveitamento (compra de meios de produção que minimizam o esforço humano na produção agrícola) assim como as constantes reprovações/rejeições dos projetos submetidos ao FDD para o seu aproveitamento que desanimam o agricultor. A minoria aproveita as oportunidades do mercado apostando nas culturas promissoras no mercado (alho, tomate); disponibilizando de forma constante e a tempo os produtos solicitados pelos clientes assíduos; produção agrícola em SAF's (ainda em fase experimental).

4.2.20 Ações da administração distrital para melhorar a produção, a comercialização e a assistência técnica

Quanto às ações que a administração distrital deveria levar a cabo para melhorar a produção, a comercialização da produção e a assistência técnica, as respostas foram:

Produção – busca de soluções práticas e contínuas para o problema de escassez de água, oferta de fatores de produção agrícola e medicamentos na pecuária, ampliação da rede de energia elétrica e telecomunicações móveis nas localidades, solucionar por definitivo o problema do conflito homem e fauna e das calamidades naturais (cheias, inundações, ciclones, seca) e criar um seguro agrícola para a atividade.

Comercialização – melhorar as vias de acesso das propriedades aos locais de venda dos produtos, criar um órgão que comercialize a produção para que os agricultores se centrem na produção, intervir na aplicação de preço justo (na concepção do agricultor é uma remuneração que o estimule a manter a produção) no mercado e outras formas de comercialização da produção, priorização de produtos produzidos pelos agricultores locais, criação de armazéns comunitários para guardar a produção;

Assistência técnica – contínua na produção e comercialização e que cada técnico atenda um número reduzido de produtores. Auscultação dos agricultores quanto as suas dificuldades e busca de soluções conjuntas, capacitações em outros idiomas (inglês) e novas tecnologias de produção e comercialização visando o contato com o mercado externo e incentivar a organização dos agricultores em associações para facilitar o apoio em recursos.

4.3 ASSOCIAÇÕES AGRÍCOLAS

4.3.1 Dados gerais

O universo da pesquisa é composto por 3 (três) associações agrícolas, fundadas em 1997 (20 membros), 2002 (36 membros) e 2009 (12 membros)

respectivamente. Duas têm direito de uso e aproveitamento da terra (DUAT) e 1 (uma) arrenda. As associações possuem uma área média das propriedades de 11 hectares (ha), acima da média do Distrito de Chibuto (1,5 ha).

No tocante ao tipo de atividade realizada e geradora de renda, 67% exerce apenas atividade agrícola e 33% inclui atividades agrícola e pecuária - suínos, caprinos e mel de abelhas.

4.3.2 Sistema de produção

No uso e manejo dos recursos naturais das propriedades rurais 67% das associações agrícolas faz a integração da produção em sistemas agroflorestais - SAF's, ou seja, uso de espécies lenhosas (árvores) em associação com o cultivo agrícola e; 33% não faz a integração da produção. Assim, a maioria das associações faz a integração da produção nas suas atividades produtivas.

Em relação ao uso de alguns insumos nos sistemas produtivos: a) 100% das associações agrícolas não usa o calcário para a correção do solo; b) 67% não usa adubo mineral e 33% usa mais de uma vez por ano (100%) em culturas anuais; c) 33% não usa adubo orgânico e 67% usa uma vez por ano (100%) em culturas anuais; d) 67% não usa adubo verde e 33% usa uma vez por ano (100%) em culturas anuais; e) 67% não usa sementes melhoradas e 33% usa mais de uma vez por ano (100%) em culturas anuais; f) 67% não usa mudas e 33% usa mais de uma vez por ano (100%) em culturas anuais; g) 100% usa herbicidas mais de uma vez por ano (100%) em culturas anuais; h) 100% usa inseticidas mais de uma vez por ano (100%) em culturas anuais; i) 67% não usa fungicidas e 33% usa; mais de uma vez por ano (100%) em culturas anuais.

Assim sendo, os insumos mais usados para a produção agrícola nas associações agrícolas são adubo verde, herbicidas e inseticidas essencialmente mais de uma vez por ano em culturas anuais. Os menos usados são o calcário, o adubo mineral, o adubo orgânico, as sementes melhoradas, as mudas e o fungicida.

Para a produção 67% das associações compra sementes e mudas. 33% produz (a partir de cultivos anteriores), compra e troca com agricultores

particulares e/ou outras associações. Assim, há uma maior aquisição de sementes e mudas por parte das associações nas suas atividades produtivas.

Quanto ao uso de tecnologia na produção no preparo do solo 100% usa força manual, 100% usa força animal e 100% não usa força mecânica; na condução da cultura e na colheita 100% usa força manual. Há um maior emprego da força manual e ausência da força mecânica em todas as etapas do cultivo agrícola.

4.3.3 Benfeitorias/infraestruturas

No que refere as benfeitorias/infraestruturas na propriedade e no entorno 33% das associações não tem nenhuma benfeitoria e 67% tem pelo menos uma em suas propriedades. Das que dispõem 33% tem potencial para irrigação e 67% não tem, 67% tem Irrigação e 33% não tem. Nenhuma das associações tem celeiros, paiol/armazém, depósito/tulha e energia elétrica na propriedade. Verifica-se que a maioria das associações tem irrigação em suas propriedades. Isso mostra que há disponibilidade de água para o cultivo nas propriedades. Contudo, há menor disponibilidade de benfeitorias de armazenamento e conservação da produção.

Em relação a outros recursos como computador, telefone, água canalizada e poço, 33% tem telefone celular com sinal e 67% não tem, 33% têm painel solar para captação da energia solar pela ausência de energia elétrica e 67% não tem, 100% das associações não tem computador, internet, telefone fixo e público, poço e água canalizada. As associações têm menor disponibilidade de telefone celular e ausência dos restantes recursos.

No que diz respeito a situação das vias de acesso a propriedade e as zonas de comercialização, para 33% das associações é razoável e para 67% é ruim. Para a maioria das associações as vias são ruins. Pode se concluir que o estado das vias de acesso encontra-se em mau estado de transitabilidade, tanto para as propriedades como para as zonas de comercialização da produção.

4.3.4 Renda monetária agrícola versus renda monetária não agrícola

A renda monetária anual de atividades agrícolas gira em torno de MTn 15.000 a MTn 192.000, com uma média de MTn 80.200,20 (USD 530,97 a USD 6.796,46, média de USD 2.838,95. Data da taxa de conversão: 20.07.2012. BANCO CENTRAL. 2012). A renda monetária anual de atividades não agrícolas é de MTn 84.000 (USD 2.973,45. Data da taxa de conversão: 20.07.2012. BANCO CENTRAL. 2012). Cabe destacar que 67% das associações não quis ou não soube informar a renda monetária de atividades não agrícolas.

Constata-se que a renda monetária anual agrícola obtida é maior que a renda monetária anual obtida de atividades não agrícolas. O que demonstra que a atividade agrícola continua a ser a maior geradora de renda para os agricultores. Todavia a renda obtida de atividades não agrícolas é significativa como renda complementar para as atividades dos associados.

4.3.5 Renda monetária versus grau de satisfação

No que diz respeito a renda monetária anual obtida de atividades agrícolas, quanto ao grau de satisfação das associações, 33% está muito satisfeito e 67% está satisfeito. Nenhuma associação está insatisfeita com a renda. Essa situação mostra que todas têm um grau de satisfação positivo (100%) em relação a renda obtida, ou seja, as associações estão satisfeitas com a renda obtida.

4.3.6 Renda monetária versus grau de escolaridade

Quanto a escolarização dos associados 33% possui o 1º ciclo incompleto (até 4ª classe), 33% possui o 2º ciclo incompleto (até a 6ª classe) e 34% é alfabetizado, contudo não frequentou a escola.

Verifica-se uma predominância de associados alfabetizados. Portanto, a maioria das associações satisfeitas com a renda obtida apresentam associados na sua maioria alfabetizados, porém que não frequentaram a escola. A escolarização nas associações pode não estar a contribuir de forma significativa na obtenção da renda monetária agrícola.

4.3.7 Renda monetária versus formação complementar

No que refere a participação das associações em cursos, palestras, dias de campo, ofertados por Organizações Não Governamentais (ONGs), Universidades, sindicatos e /ou administração distrital, 100% das associações participou e considera que foram muito bons, importantes, mas foram poucos, precisaria ter mais. Portanto, a maioria dos associados possui formação complementar.

67% das associações agrícolas acham muito relevante a existência/necessidade de parcerias da propriedade com outras organizações (ONG, universidade, sindicato, administração distrital, etc) para o desenvolvimento da atividade agrícola nas propriedades e 33% não. Os cursos/capacitações poderiam ter as seguintes temáticas: processamento da produção agrícola, contabilidade, técnicas de cultivo, comercialização.

4.3.8 Renda monetária versus diversificação da produção

Nas atividades produtivas 33% das associações agrícolas produz 7 culturas e 67% produz 10 culturas.

As associações satisfeitas com a renda agrícola produzem na sua maioria 10 culturas. Desse modo, a maioria das associações com um grau de satisfação maior/positivo em relação à renda obtida possui uma produção diversificada, com uma média de produção de 8 culturas e comercializa em média 51% da produção total obtida na atividade agrícola.

A comercialização é feita a grosso e a retalho na localidade de Miboi no posto administrativo de Godide, no Município de Chibuto e em Xai-xai (cidade capital de Gaza). Todos os agricultores (100%) não faz o processamento da produção.

4.3.9 Renda monetária versus assistência técnica

Todas as associações agrícolas (100%) receberam e/ou recebem assistência técnica do governo (Serviço Distrital de Atividades Econômicas – SDAE) bem como de outras instituições/organizações não governamentais

como da Visão Mundial e da Universidade Eduardo Mondlane – Escola Superior de Negócios e Empreendedorismo de Chibuto, com o programa Um estudante Um agricultor, em técnicas de cultivo de hortícolas (organização em viveiros, uso de adubos), palestras sobre processamento da produção (batata doce) e alguns insumos de produção (sementes).

As associações agrícolas que estão satisfeitas com a renda agrícola receberam assistência técnica tanto do governo como de outras instituições/organizações não governamentais.

4.3.10 Renda monetária versus planejamento e desempenho da produção

Todas as associações agrícolas satisfeitas com a renda agrícola (100%) realizam o planejamento da produção. Porque permite antever os alvos desejados, os limites existentes em relação aos recursos e acompanhar o andamento do trabalho.

Essas associações (100%) também fazem o controle contábil da produção/custos e receitas. Porque permite uma melhor planificação das épocas subsequentes, dá a conhecer o rendimento alcançado e onde investir mais, é o meio pelo qual os associados ficam a par da situação do negócio.

4.3.11 Decisão da produção

Os associados decidem o que produzir de forma conjunta nas reuniões das associações em função dos recursos existentes (terra, homem, capital) e das exigências do mercado consumidor no qual se inserem.

4.3.12 Trabalho em associações

As associações desenvolvem atividades ligadas a produção agrícola (67%) e agrícola e pecuária (33%). As associações apresentam como fatores positivos do associativismo a minimização do esforço humano, a maior facilidade de ultrapassar alguns obstáculos, disponibilidade de rendimentos em produtos e em valor, apoio técnico e financeiro do governo e outras organizações privadas.

Os fatores negativos são a falta de meios de produção (motobomba, trator, painel solar, juntas de bois) e comercialização (transporte) para facilitar o trabalho, falta de recursos financeiros para aprimorar a produção, falta de compromisso por parte de alguns associados. Nenhuma das associações participa de outras formas de organização.

4.3.13 Renda monetária versus adimplência ao FDD

A disseminação da informação em relação a existência do FDD foi feita, no geral, pelas entidades governamentais locais (líderes comunitários, chefes das localidades, dos postos administrativos) para o caso das associações agrícolas.

33% das associações agrícolas são beneficiários desde o ano 2007 e 67% desde 2009. Os valores disponibilizados variam de MTn 26.000,00 a MTn 68.000,00, com uma média de MTn 46.000,00 (USD 920,35 a USD 2.407,08, média de USD 1.628,32. Data da taxa de conversão: 20.07.2012. BANCO CENTRAL. 2012), tendo sido aplicados para o apoio inicial (33% dos agricultores) e para o custeio adicional (67%).

O financiamento foi aplicado para a aquisição de sementes, botas, enxadas, regas, motobombas, junta de bois (para tração animal) para o processo produtivo.

Todas as associações satisfeitas com a renda agrícola obtida (100%) estão inadimplentes. Portanto, a maioria das associações satisfeitas com a renda agrícola é beneficiária do financiamento desde 2009, tendo aplicado os recursos do FDD para o custeio adicional, estando atualmente na situação de inadimplência quanto ao pagamento do mesmo.

4.3.14 Renda monetária versus assistência na elaboração e gestão do projeto

As associações satisfeitas com a renda agrícola não foram assistidas na sua maioria, tanto na elaboração como na gestão do projeto, ou seja, 67% não teve assistência e apenas 33% teve, na elaboração do projeto e na gestão do projeto respectivamente.

4.3.15 Renda monetária versus implementação do projeto e melhoria da produção

33% das associações agrícolas satisfeitas com a renda obtida implementou na totalidade seus projetos e 67% não. Por conseguinte, 33% delas melhorou a produção e 68% não. Desse modo, a produção agrícola da maioria das associações não melhorou com a implementação dos projetos que na maioria não foi na totalidade, apesar da satisfação destas em relação a renda obtida.

4.3.16 Avaliação do FDD

Nenhuma associação teve acesso a outro tipo de financiamento. Em relação a avaliação geral do FDD 33% acha ótimo, 34% acha bom, 33% acha regular. No geral, a maioria das associações faz uma avaliação positiva do FDD.

4.3.17 Avaliação das condições gerais da propriedade

No que refere a avaliação, pelas associações agrícolas, das condições gerais das propriedades rurais, quanto a) ao tamanho da propriedade, 67% considera ótimo e 33% bom; b) a fertilidade natural do solo, 67% considera ótimo e 33% bom; c) a disponibilidade de água para produção, 33% considera ótimo, 33% bom e 34% razoável; d) a disponibilidade de maquinário/equipamento, 100% considera razoável; e) a disponibilidade de mão de obra familiar e/ou contratada, 100% considera bom; f) a disponibilidade de crédito, 67% considera razoável e 33% ruim; g) ao conhecimento de técnicas de produção, 67% considera bom e 33% razoável; h) a comercialização dos produtos, 100% considera razoável; i) ao preço recebido pelos produtos vendidos, 67% considera razoável e 33% ruim e; j) a rendas (produção, benefícios, salário etc.), 100% considera razoável.

Deste modo, o tamanho da propriedade, a fertilidade natural do solo, a disponibilidade de mão de obra e o conhecimento de técnicas de produção são fortalezas que impactam positivamente o desempenho da atividade produtiva e

contribuem de forma significativa para a obtenção da renda monetária agrícola nas associações.

Verifica-se uma carência, nas associações, de água, de maquinário/equipamento, de crédito, assim como alguns entraves na comercialização dos produtos, no preço recebido pelos produtos vendidos e na renda. O que pressupõe que apesar da renda agrícola ser satisfatória para as associações, ela não tem sido suficiente para cobrir todos os custos de produção e comercialização e responder cabalmente a todas as necessidades das mesmas, afetando assim negativamente o desempenho da atividade agrícola.

4.3.18 FOFA das propriedades rurais

As associações foram indagadas quanto aos pontos fortes, fracos de seus empreendimentos e as ameaças e as oportunidades. Os pontos fortes e fracos são apresentados no quadro 4.

Quadro 4. Pontos Fortes e Fracos das Propriedades das Associações Pesquisadas, Chibuto, 2012.

Pontos fortes das propriedades	Pontos fracos das propriedades
<ul style="list-style-type: none"> • proprietária da terra; • experiência dos associados; • conhecimento de técnicas de produção; • existência de represas para a conservação da água; • trabalho conjunto; • cotas mensais dos associados. 	<ul style="list-style-type: none"> • falta de meios de produção (motobomba); • o não uso de toda a área da propriedade por falta de meios; • falta de recursos financeiros

Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.

Para ultrapassar os pontos fracos as associações procuram não alargar as áreas de produção, os associados fazem contribuições mensais (cotas) para minimizar a falta de recursos financeiros.

As ameaças e oportunidades apresentadas pelas associações pesquisadas encontram-se no quadro 5.

Quadro 5. Ameaças e Oportunidades das Propriedades das Associações Pesquisadas, Chibuto, 2012

Ameaças	Oportunidades
<ul style="list-style-type: none"> • calamidades naturais (inundações) • roubo de alguns meios de produção (painel solar); • disponibilização de parte do valor solicitado do FDD; • mal estado das vias de acesso para escoar a produção; • baixo preço de venda que não cobrem os custos de produção 	<ul style="list-style-type: none"> • apoio de ONG's em sementes; • localização próxima as zonas de comercialização agrícola.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.

Nada tem sido feito para contornar as ameaças senão continuar trabalhando em função das possibilidades da associação.

4.3.19 Aproveitamento das oportunidades

33% das associações aproveita as oportunidades de mercado e 67% não. Essa minoria (33% das associações) tem aproveitado, fazendo chegar a tempo a produção nos locais disponíveis de venda. A maioria não tem aproveitado as oportunidades do mercado porque não conseguem identificar nenhuma oportunidade.

4.3.20 Ações da administração distrital para melhorar a produção, a comercialização e a assistência técnica

As ações que a administração distrital deveria levar a cabo para melhorar a produção, a comercialização da produção e a assistência técnica, são: disponibilização de meios de produção (motobomba), assistência em curso sobre estratégias de marketing e técnicas de produção, melhoria das vias de acesso para escoar a produção, maior segurança pública.

4.4 AGRICULTORES FAMILIARES VERSUS ASSOCIAÇÕES AGRÍCOLAS

No sistema produtivo, verifica-se uma maior integração da produção nas associações agrícolas do que nos agricultores familiares. Há menores aportes

externos em termos de uso de insumos (adubos e outros) nas culturas tanto para as associações como para os agricultores familiares, com maior incidência do uso de herbicida e o inseticida (ambos) e o adubo orgânico (associações) adubo verde (agricultores familiares).

Todos compram sementes e mudas com maior incidência e trocam e/ou produzem com menor incidência, em suas atividades produtivas. O uso da força manual em todas as etapas da produção continua sendo o meio mais usado no processo produtivo, tanto para as associações como para os agricultores familiares.

Ambos (associações e agricultores familiares) não apresentam na maioria problemas de falta de água para irrigação das culturas, contudo dispõem de poucas benfeitorias com grandes constrangimentos no que diz respeito a ausência de infraestruturas para o armazenamento e conservação bem como em relação a infraestruturas de apoio a atividade no entorno das propriedades.

O mau estado das vias de acesso, tanto para as propriedades como para as zonas comerciais, é outro problema levantado tanto pelas associações como pelos agricultores familiares o que afeta negativamente o desempenho da atividade agrícola. A renda monetária anual obtida da atividade agrícola é maior do que a renda monetária anual obtida de atividades não agrícolas para ambos. A atividade agrícola continua a ser a maior geradora de renda que é satisfatória para ambos (associações e agricultores familiares).

O nível de escolaridade é maior nos agricultores familiares em relação as associações, porém os associados possuem formação complementar, o que não se verifica na maioria dos agricultores familiares. Ambos acham necessária a necessidade de mais cursos/capacitações bem como de parcerias com outras organizações não governamentais para o aprimoramento da atividade agrícola.

A diversificação da produção verifica-se em ambos, mas com maior incidência nas associações. Todavia mais vendas em termos percentuais nos agricultores familiares. Todas recebem assistência técnica do governo. Não

obstante assistência ofertada pelas organizações não governamentais nas associações agrícolas.

Em relação às técnicas gerenciais da produção e comercialização na atividade agrícola (planejamento, desempenho da produção), constata-se uma maior adoção e aplicação das mesmas nas associações do que nos agricultores familiares. Para a decisão da produção somente as associações fazem a análise de mercado, ainda que não o façam de forma minuciosa em relação a concorrência.

Ambos tiveram conhecimento da existência do FDD, na sua maioria, por meio da disseminação da informação feita pelas entidades governamentais locais, tendo aplicado os recursos, no geral, para o custeio adicional da atividade agrícola, estando atualmente na situação de inadimplência quanto ao pagamento do mesmo. Constata-se uma maior amortização da dívida do FDD nas associações do que nos agricultores. Ambos fazem, no geral, uma avaliação positiva do FDD.

O governo não deu assistência na elaboração do projeto e na gestão do FDD tanto as associações como os agricultores familiares, embora os agricultores familiares tenham conseguido implementar o projeto na totalidade e melhorar a produção, o que não se verificou para as associações agrícolas.

Tanto as associações agrícolas como os agricultores familiares o avaliam de forma positiva o tamanho da propriedade, a fertilidade natural do solo e o conhecimento de técnicas de produção que contribuem positivamente para a obtenção da renda agrícola. Contudo ambos se resentem da falta de maquinário/equipamento, crédito, assim como de alguns entraves na comercialização dos produtos, no preço recebido pelos produtos vendidos e nas rendas, o que pressupõe que apesar da renda agrícola ser satisfatória não é suficiente para cobrir todos os custos de produção e comercialização e responder cabalmente a todas as necessidades das mesmas.

Tanto as associações agrícolas como os agricultores familiares apresentam fortalezas, fraquezas, ameaças e oportunidades. No entanto constata-se maiores constrangimentos em relação as fraquezas e oportunidades nos agricultores familiares do que nas associações agrícolas. E

apesar de ambos identificarem oportunidades às propriedades rurais, as mesmas não são, na sua maioria, aproveitadas, seja pela falta de recursos financeiros e materiais seja por falta de conhecimento em relação ao melhor uso delas.

4.5 CONCEPÇÕES TEÓRICAS SOBRE OS RESULTADOS DA PESQUISA

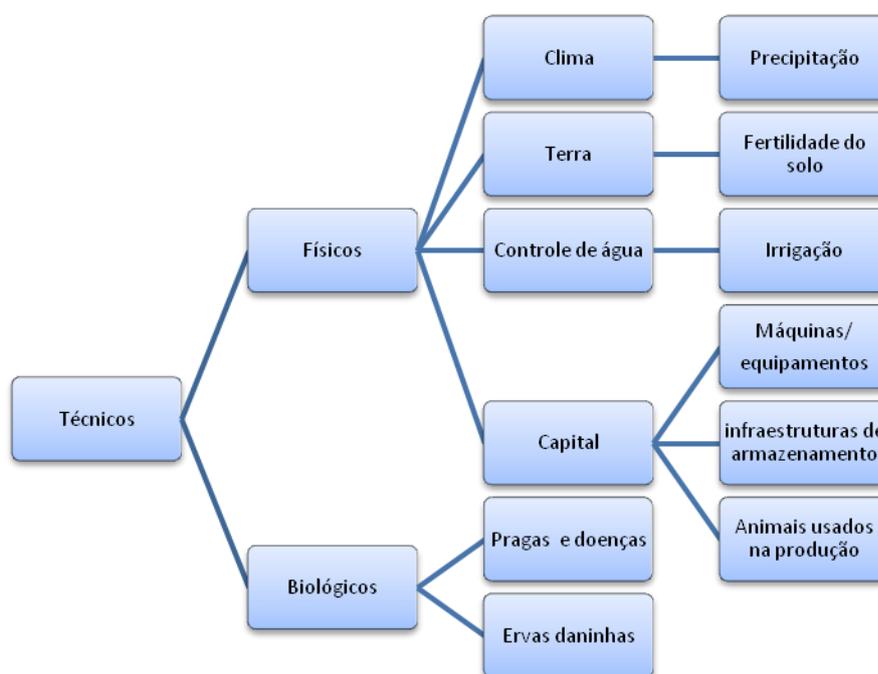
Segundo Uecker *et al.* (2005) as organizações na sua abordagem sistêmica inter-relacionam-se em um contexto externo formado por organizações do mesmo ou de outros setores e pela sociedade onde estão inseridas, influenciando seu funcionamento e sendo também influenciadas por ela.

As propriedades rurais em estudo, como sistemas abertos, influenciam e são influenciadas pelos órgãos do governo gestores do FDD, estruturas governamentais locais, Serviço Distrital de Atividades Econômicas (SDAE), Visão Mundial, empresa Moçfer Indústrias Alimentares (MIA), Save de Children, Universidade Eduardo Mondlane - Escola Superior de negócios e empreendedorismo de Chibuto, parceiros de cooperação, familiares dos produtores, produção importada de países vizinhos (concorrência), público consumidor da produção agrícola local (a nível local, distrital e provincial), dentre outros.

Ainda sobre a abordagem sistêmica das propriedades rurais existem inúmeros fatores que afetam ou condicionam a atividade agrícola com impacto no rentabilidade e sucesso do negócio, como referem Norton e Alwang (1993) citados por Cella (2002, p.5). Para a atividade agrícola desenvolvida nas propriedades rurais em causa, os fatores de natureza técnica (conforme a figura 11) são: o clima caracterizado pelas oscilações meteorológicas em relação a precipitação (inundações); pela terra caracterizada pela fertilidade natural do solo; pelos recursos hídricos caracterizados pela existência de irrigação para as culturas (disponibilidade de água em quantidade necessária); pelo capital caracterizado pela carência de infraestrutura como máquinas, equipamentos, infraestruturas de armazenamento e conservação da produção, animais utilizados no processo produtivo. Os condicionantes biológicos são

caracterizados pelas pragas e doenças no cultivo agrícola visto que alguns agricultores familiares e associações agrícolas usam defensivos químicos e outras técnicas agrícolas no processo de produção.

Os fatores de natureza institucional e humana (consoante a figura 12) são: a remuneração de atividades não agrícolas que contribuem na renda dos produtores, ainda que a atividade agrícola gere mais renda que as restantes; pelo papel das políticas públicas caracterizado pela política de preço aplicado no mercado que não é justo na ótica dos produtores, de acesso ao crédito do FDD que apresenta alguns constrangimentos; pela maior incidência do trabalho familiar nas propriedades; habilidade gerencial existente em maior peso nas associações do que nos agricultores familiares; nível de educação dos produtores que é maior nos agricultores familiares; pelos problemas de comercialização desde o armazenamento, a conservação, o transporte até a disponibilização do produto ao consumidor e; por falta, no geral, de benfeitorias e infraestruturas de apoio na propriedade e no seu entorno.



Fonte: Pesquisa de campo (2012), adaptado de Cella (2002) citando Norton & Alwang (1993, p.151).

Figura 11: Determinantes técnicos principais das propriedades rurais agrícolas de Chibuto em momento de tempo.



Fonte: Pesquisa de campo (2012), adaptado de Cella (2002) citando Norton & Alwang (1993, p.151).

Figura 12: Determinantes institucionais e humanos principais das propriedades rurais agrícolas de Chibuto em momento de tempo.

Para complementar Souza Filho e Batalha (2005) destacam que a baixa capacidade de absorção e utilização de ferramentas gerenciais, a descapitalização da grande maioria dos agricultores que não pode ter acesso e se beneficiar de tecnologias de informação, o baixo nível de educação dos agricultores são entraves ao desenvolvimento desse ramo de atividade.

Estes aspectos também se verificam tanto nas associações agrícolas que apresentam um baixo nível de escolaridade dos agricultores, como nos agricultores familiares que não tem aplicado na íntegra as ferramentas gerenciais (planejamento da produção, análise de mercado) e, a descapitalização em ambos.

Dornelas (2008) considera que a oferta pública inicial é um marco importante para o desenvolvimento de um empreendimento, pois pode proporcionar o capital para crescer e se tornar relevante no setor em que atua. Essa oferta pode ser caracterizada em termos de infraestruturas de apoio ou incentivos financeiros.

Para os produtores (agricultores familiares e associações agrícolas) verifica-se uma exiguidade dessas infraestruturas de apoio a atividade e no entorno das propriedades bem como para as zonas comerciais, o que afeta negativamente o desempenho da atividade agrícola.

Portanto, é necessário considerar esses aspectos de ordem institucional que incluem as condições de infraestruturas (estradas, rede de telecomunicações e energia), as leis e práticas comerciais que podem ameaçar o negócio (SEBRAE, 2006).

Focando na política de crédito, Massoquim (2001) menciona que esta fornece o custeio adequado e oportunidade para produção e comercialização de produtos agropecuários, possibilita o fortalecimento econômico dos produtores rurais e melhora o padrão de vida das populações rurais.

O fundo distrital de desenvolvimento é uma política de crédito avaliada de forma positiva pelos produtores que, apesar de alguns constrangimentos, tem contribuído para a melhoria da produção. Há também maiores facilidades de acesso a política (FDD) em relação a banca (instituições bancárias), conforme os produtores rurais.

Para que sejam mais competitivos, de acordo com Maximiano (2000), os empreendimentos devem identificar limitações e potencialidades e delinear linhas de ação visando promover o que elas têm de melhor, minimizando seus pontos fracos. O que não se verifica de forma cabal nas propriedades, visto que na maioria das vezes não se tem feito nada face as ameaças, fraquezas identificadas bem como em relação as oportunidades de mercado.

Uma das formas para fazer face às dificuldades enfrentadas pelos produtores rurais seja pela insuficiência de recursos financeiros ou incapacidade administrativa, é a formação de organizações cooperativas que

contemplem a categoria de produtores familiares com a finalidade de buscar auxílio mútuo e ação conjunta, segundo Massoquim (2001).

No caso dos agricultores familiares apenas 50% faz parte de alguma associação e a filiação em associações tem facilitado o acesso a recursos do governo e de algumas ONG's, a solução dos obstáculos na atividade agrícola, tem minimizado a força manual empregue na produção, tem criado maiores oportunidades de comercialização da produção, legalização das propriedades rurais (DUAT), a construção de infraestruturas, o diálogo com as entidades competentes e a troca de experiência entre os agricultores.

Para Massoquim (2001) tornam-se necessárias várias linhas de intervenção pública em todas as áreas incluindo o campo da comercialização agrícola e da assistência técnica, que para o caso das propriedades rurais de chibuto não é ofertada a todos, especialmente no que diz respeito a elaboração dos projetos e gestão dos fundos.

Kageyama (2008) acrescenta que o desenvolvimento rural requer a participação tanto da agricultura como de outras atividades produtivas de forma a participar na criação de valor, na geração de postos de trabalho, na conservação da paisagem e do meio ambiente, na criação de uma identidade cultural que impulse os sistemas produtivos locais, criando as bases para a integração intra e intersectorial, visto que se refere a uma base territorial, local, regional, na qual interagem diversos setores produtivos e de apoio.

No caso dos produtores em causa, as atividades não agrícolas como comércio, escriturário, educação e pecuária (produção de gado, aves, suínos, mel de abelhas) pode ser um marco da necessidade de um desenvolvimento que busca a retenção da população no "campo", redução do êxodo rural e diversificação de fontes de renda que levam a uma menor dependência da agricultura e maior autonomia (desenvolvimento rural).

4.6 CONSTRANGIMENTOS NA GESTÃO DO FDD

O decreto nº 90/2009, de 15 de Dezembro que regulamenta o Fundo Distrital de Desenvolvimento (FDD) não prevê nenhuma remuneração aos órgãos gestores do mesmo (conselho consultivo distrital, presidente do

conselho consultivo distrital e comissão técnica de avaliação de projetos) assim como às instituições governamentais (serviços distritais de atividades econômicas – SDAE e outras instituições especializadas do governo distrital) e não governamentais (ONG's, associações), que dão assistência técnica aos potenciais/reaís beneficiários nos projetos do FDD, e que, por conseguinte deve ser feita sem ônus direto para o fundo. Essa situação cria no seio dos gestores (comissão técnica de avaliação dos projetos) alguma insatisfação pelas seguintes razões:

- Falta de um incentivo monetário ou material como forma de motivação, tendo em conta que este trabalho de gestão é acrescido de outras atividades pelas quais inicialmente os técnicos são contratados (atividades relacionadas com a planificação das atividades do distrito referentes a outros setores de atividade), ou seja, há acúmulo de funções sem remuneração adicional;
- Falta de pessoas especializadas para todas as áreas abarcadas pelo FDD na comissão técnica de avaliação de projetos, o que exige um esforço adicional pessoal da comissão na avaliação dos projetos, sem nenhuma contrapartida em relação ao treinamento/formação nessas áreas;
- Falta de meios próprios do fundo (financeiros – dinheiro; e materiais – combustível, transporte adequado – tendo em conta que muitos projetos encontram-se em locais de difícil acesso) que permitam o acompanhamento dos projetos em execução adiando-se assim as visitas de monitoria;
- Falta de incentivos financeiros para as comissões de monitoria dos projetos em execução formadas nos conselhos consultivos, fazendo com que as mesmas usem meios pessoais para a efetivação das atividades de monitoria dos projetos;
- Falta de meios financeiros/materiais para a deslocação dos membros dos conselhos consultivos para as reuniões de deliberação dos FDD aos projetos, tendo estes de usar seus próprios fundos ou se ausentando na maior parte das vezes;

- Falta de consumíveis (água, café, bolachas, almoços, lanches) nas reuniões tendo em conta que as mesmas duram quase o dia todo, enfraquecendo assim o nível de debate na avaliação dos projetos por parte dos membros dos conselhos consultivos;
- Cobrança de resultados pelos níveis hierárquicos mais elevados à comissão sem tomar em conta essa exiguidade de meios financeiros e materiais.

O baixo nível de reembolso das províncias em relação aos desembolsos efetuados deve-se a falta de conhecimento pelos beneficiários da necessidade de reembolso dos fundos, insuficiência dos valores disponibilizados aos beneficiários para a cobertura de todas as despesas do projeto, desvio de aplicação dos valores disponibilizados, falta de mercado para a colocação do produto, falência de alguns projetos (ex. agricultura), existência de beneficiários que receberam financiamento em materiais diversos, mas que desconhecem o valor do mesmo e nem o montante a ser reembolsado (DNPDR, 2011).

Com base nos relatórios das visitas de trabalho feitas às Províncias e Distritos, foram identificadas as seguintes constatações: os Distritos aprovaram os projetos no III trimestre depois da comunicação dos limites e disponibilização dos fundos, devido ao atraso dos desembolsos de fundos, uma vez que o orçamento de estado para 2010 foi aprovado pela Assembleia da República apenas em Março de 2010. O Desembolso de fundos aos beneficiários, para o caso dos projetos agrícolas, foi feito tardiamente criando incompatibilidade com o período da safra de certas culturas agrícolas; financiamento de parte dos projetos aprovados pelos problemas de emissão do Número Único de Identificação Tributária (NUIT) dos proponentes, condição *sine qua non*, para as transferências dos fundos; procedimentos não uniformes no financiamento de projetos de fomento pecuário, havendo Distritos em que o financiamento foi feito em espécie e outros em numerário; instrumentos de gestão do FDD do decreto 90/2009 não aplicados por falta da sua disseminação ao nível local; deficiente comunicação entre os Distritos e as localidades devido a falta de meios, pois estas é que são o motor do sucesso

deste fundo, havendo deste modo uma maior necessidade de o Distrito estar constantemente em comunicação com as mesmas; fraca capacidade técnica de gestão do FDD a todos os níveis, quer nos aspectos ligados à sistematização da informação sobre a implementação do FDD quer no domínio dos instrumentos do FDD; funcionamento deficitário dos Conselhos Consultivos a nível das localidades e dos postos administrativos, funcionando somente o Conselho Consultivo Distrital; mudança dos administradores distritais bem como dos secretários permanentes que tem afetado consideravelmente a continuidade deste processo ao nível local; as visitas de monitoria tanto do nível provincial como do nível Distrital não são feitas com regularidade por falta de meios de transporte e de recursos financeiros para a aquisição de combustíveis o que faz com que não se conheça a situação real do processo de implementação do FDD no terreno; discrepância na informação facultada pelos Distritos aos departamentos provinciais com a realidade no local, por falta de um acompanhamento permanente por parte dos Distritos; os projetos da agricultura não têm alcançado os resultados desejados devido a falta de chuvas e surgimento de pragas, e quando há chuvas, estas provocam inundações destruindo praticamente tudo; falta de mercado para colocação/venda dos produtos em alguns Distritos; falta de continuidade dos projetos financiados ao longo dos anos; existência, no role dos beneficiários financiados pelo FDD, de pessoas que de acordo com sua condição financeira poderiam recorrer à banca ou outras instituições (fundos de fomento) em vez do FDD que destina-se exclusivamente a pessoas pobres sem condições para efetuar empréstimos nos bancos comerciais; falta de agências bancárias em quase todos os Distritos, o que tem acarretado custos adicionais no ato do reembolso, o que leva a desistência ou adiamentos sucessivos de alguns mutuários.

Segundo Aires e Nguiraze (2012) citando Forquilha (2009)¹⁴ afirmam que apenas o Conselho Local é o interlocutor direto do Estado, na localidade,

¹⁴ FORQUILHA, S. C. Reformas de descentralização e redução da pobreza num contexto de estado neo-patrimonial: Um olhar a partir dos conselhos locais e OIL em Moçambique. In: BRITO, L. et al. (Orgs.). **Pobreza, desigualdade e vulnerabilidade em Moçambique**. Maputo: IESE, 2010.

na defesa dos interesses da população local. Na prática isso se traduziu na exclusão de uma parcela grande da população rural nas instâncias de representação política local. Os Conselhos Locais transformaram-se em meras instâncias de consulta, sem nenhum caráter deliberativo. O governo distrital, na figura do administrador, é o responsável pela institucionalização dos Conselhos Locais. Tal processo torna-se centralizado na figura do administrador. O regulamento estabelece que o dirigente de cada órgão local pode convidar personalidades influentes da Sociedade civil a integrar o Conselho Local, visando assegurar representação dos atores e setores diversos.

“Portanto, este contexto, aliado à própria abordagem do processo de implementação das IPCC’s - de cima para baixo – reforça, na base, a ideia de um processo que pertence mais ao governo do que, propriamente, às comunidades rurais locais”. (AIRES e NGUIRAZE, 2012, p. 206).

Aires e Nguiraze (2012, p 211) destacam que os Conselhos Locais possuem ambigüidades, inclusive legislativa. Possuem caráter informativo, consultivo e casual. A comunidade é consultada, mas não envolvida na elaboração de leis e políticas públicas, ou seja, não é participativo:

“que o processo de institucionalização da participação e consulta comunitária, emana de uma relação de poder entre os participantes (membros da comunidade, instituições e/ou agências sociais e Estado) na arena decisória que, geralmente é afetada pelas aptidões linguísticas e outras adquiridas, através da escolaridade dos funcionários do Estado, especialistas e ONGs, tornando-os um grupo particular, com interesses no controle burocrático e dos recursos dentro do Estado, usando-os para legitimar o seu acesso. Portanto, detendo maior “conhecimento” acabam estabelecendo uma relação de poder sobre a comunidade local”.

Assim,

“Enfim, a institucionalização da participação e consulta das comunidades rurais, através dos Conselhos Locais, devem servir como ingredientes democráticos para a formulação de políticas

públicas apropriadas ao País e não, unicamente, figurarem em teses ou referências externas. Por conseguinte, os benefícios dessas políticas públicas, nas áreas rurais, só terão resultados, pensando-se no território como uma entidade complexa, com experiências históricas, bases culturais comuns e relações estreitas de confiança. É, além de um espaço geográfico, uma identidade compartilhada que busca institucionalizar a forma de sua representação política e administrativa” (AIRES e NGUIRAZE, 2012, p. 206).

5. CONCLUSÕES

Os projetos agrícolas do Fundo Distrital de Desenvolvimento foram implementados na maioria para o custeio adicional da atividade produtivas, com a aplicação dos recursos na aquisição de sementes, mudas, adubos minerais e pulverizadores, botas, enxadas, regas, gado bovino, charrua e remédios para tração animal, motobomba, combustível fóssil, tubos plásticos como complemento das motobombas, abertura de um furo de água destinado a irrigação, trator, alfaias e salário para o pagamento dos trabalhadores.

Nem todos os beneficiários implementaram o projeto agrícola na sua totalidade, afetando a produção, estagnando-a e/ou levando a baixa da produção. Essa situação verificou-se com maior incidência nas associações agrícolas.

A escolarização, a formação complementar, a assistência técnica, a produção em sistemas integrados, a diversificação da produção, a comercialização agrícola, o tamanho da propriedade, a fertilidade natural do solo, o conhecimento de técnicas de produção, disponibilidade de água, mão de obra da maioria dos beneficiários contribuiu para a obtenção de uma renda monetária anual agrícola que é satisfatória para a maioria. Ainda que a renda

não seja suficiente para cobrir todos os custos de produção e comercialização e responder cabalmente a todas as necessidades.

Contudo a maioria dos beneficiários está inadimplente em relação ao pagamento do financiamento do FDD, com um maior esforço das associações agrícolas para a amortização do financiamento. Para isso pode estar na origem a ligação constante destas com as entidades governamentais pelo apoio técnico e financeiro recebido e, por conseguinte, maior cobrança dessas entidades nos resultados dos projetos financiados.

O financiamento, o período de carência e os prazos de reembolso do financiamento devem ser elevados para o setor da agricultura pelas suas características específicas.

Ainda que a atividade agrícola continue a ser a maior geradora de renda, a renda proveniente de atividades não agrícolas contribui de forma significativa no rendimento dos produtores.

Alguns fatores de natureza técnica, institucional e humano da atividade produtiva e o atual mecanismo de gestão do FDD influenciam negativamente no pagamento do FDD e levam a baixas taxas de pagamento desse recurso nos níveis distrital e provincial.

A exiguidade de infraestruturas de apoio a atividade e no entorno das propriedades bem como para as zonas comerciais, condiciona o desempenho do negócio nas propriedades rurais. Por isso tornam-se necessárias várias linhas de intervenção pública em todas as áreas incluindo o campo da comercialização agrícola e da assistência técnica, que para o caso das propriedades rurais de Chibuto não é ofertada a todos, especialmente no que diz respeito a elaboração dos projetos e gestão dos fundos.

O fundo distrital de desenvolvimento é uma política de crédito avaliada de forma positiva pelos produtores pelas facilidades de acesso em relação às instituições bancárias e pela melhoria da produção para alguns beneficiários, não obstante os seus constrangimentos. É imperativa a necessidade de reformulação dos mecanismos da sua gestão do FDD.

Verifica-se a necessidade de adoção de tecnologias de produção inovadoras que minimizem o esforço humano respeitando o princípio de

sustentabilidade dos recursos ambientais e técnicas de produção que exijam menores aportes de insumos externos às propriedades rurais.

Embora a atividade agrícola seja uma das principais fontes de rendimento no distrito, outras atividades não agrícolas são importante fonte de rendimento da população. O que cria a necessidade de se pensar em um desenvolvimento que busca a integração da agricultura com outras atividades produtivas de forma a participar na criação de valor, na geração de postos de trabalho, na conservação da paisagem e do meio ambiente, na criação de uma identidade cultural que impulse os sistemas produtivos locais, criando as bases para a integração intra e intersetorial, na qual interagem diversos setores produtivos e de apoio.

Isso possibilitaria a retenção da população no “campo”, redução do êxodo rural de jovens que migram para as minas da África do Sul e diversificação de fontes de renda que levam a uma menor dependência da agricultura e maior autonomia financeira.

O distrito pela sua localização aliada aos aspectos históricos culturais possui potencialidades naturais caracterizadas pela existência de rios, lagos e lagoas para a prática da pesca desportiva, excursões e; potencialidades culturais, caracterizada pelas práticas tradicionais, história da região, monumentos histórico-culturais como o local onde habitou um dos reis africanos mais influentes na luta contra o colonialismo português (Ngungunhane). Essas potencialidades são características fundamentais para as novas trajetórias do desenvolvimento rural criando uma multifuncionalidade do espaço rural.

6. LITERATURA CITADA

ARNALL, Alexander Huw. **Compreendendo a capacidade adaptativa ao nível local em Moçambique**. Relatório Síntese de Moçambique. Africa Climate Change Resilience. Oxfam, GB, Overseas Development Institute, Care International, Save the Children, World Vision International, 2012. Disponível em http://www.cebem.org/cmsfiles/publicaciones/Comprendiendo_capacidade_moz.pdf. Acesso em 29 de mar 2013.

AICEP. Moçambique. Dossiê de Mercado. Mercados. Informação Global. Portugal Global, fev 2010. Disponível em http://www.missaomocambique.gov.pt/ResourcesUser/MocambiqueMais/Dossier_Mocambique_institucional_Fev2010.pdf. Acesso em 28 mar 2013.

AIRES, J. D. M.; NGUIRAZE, A. C. Conselhos Consultivos como Imperativos de Governança: o caso de Moçambique. **Intratextos**, Rio de Janeiro, 4 (1): 201-219, 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Conversão de moedas. <http://www4.bcb.gov.br/pec/conversao/Resultado.asp?idpai=convmoeda>. Disponível em 08 dez 2012.

BERNARD, H. R. **Research methods in cultural anthropology**. Newbury Park: SAGE Publ., 1998. 520p.

BRANDÃO, C. A. **Território e desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas, São Paulo: Unicamp, 2007. 238 p.

CAPELA, José. Como as Aringas de Moçambique se transformaram em Quilombos. **Tempo** (Departamento de Historia da Universidade Federal Fluminense), v. 20, p. 83-108, 2006. Disponível em <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/30619/000779967.pdf?sequence=1> Acesso em 30 mar 2013.

CARVALHO, Paulo; SOUZA, João Victor. Moçambique. Estudos Económicos e Financeiros. BPP. Departamento de Estudos Económicos, Moçambique, junho 2009. Disponível em http://www.bfa.ao/Uploads/Mocambique_Jun_09.pdf. Acesso em 29 mar 2013.

CASAROTTO FILHO, N.; PIRES, L. H. **Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local**: estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001. 173 p.

CEBOLA, A. **Projetos de investimento de pequenas e médias empresas**: elaboração e análise. 1ª Ed. Lisboa: Edições Sílabo, 2011. 331p.

CELLA, D. **Caracterização dos fatores relacionados aos sucesso de um empreendimento rural**. Dissertação (mestrado). Piracicaba: Esalq- Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, USP, 2002.

CHAGAS, F. C. D. **O segredo de Luísa**: uma idéia, uma paixão e um plano de negócios: como nasce o empreendedor e se cria uma empresa. 1ªed. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999. 312p.

CHIAVENATO, I. **Introdução à teoria geral da administração**: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 7ªed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003, 634p.

CHIAVENATO, I. **Princípios da administração**: o essencial em teoria geral da administração. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

CHIPEMBE, C. S.; MAUNZE, X. H.; ARNALDO, C. A. **III recenseamento geral da população e habitação 2007**: indicadores sócio demográficos – província de Gaza. Instituto nacional de estatística (INE): Maputo, 2010, 63p.

CONSELHO DE MINISTROS DO GOVERNO DE MOÇAMBIQUE. **Decreto número 90/2009 e regulamento do fundo distrital de desenvolvimento**. República de Moçambique: Maputo, dezembro de 2009, 7p.

DIREÇÃO NACIONAL DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL – DNPDR. **Fundo distrital de desenvolvimento**. Ministério da administração estatal – MAE: Maputo, 2011, 17p.

DIRECÇÃO NACIONAL DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL – DNPDR. **Balanço 2006 – 2009 do orçamento de investimento de iniciativa local (OILL) 7 milhões**. Seminário regional sul de capacitação dos intervenientes do FDD. Ministério da Administração Estatal (MAE): Bilene, 2009, 29p.

DORNELAS, J. C. A. et al. **Planos de negócios que dão certo: um guia para pequenas empresas**. Tradução de Jorge Martins do original Business plans that work. Editora Campus/Elsevier, 2008. 194p.

DUARTE, L.; KHOSSA, D.; MANDLATE, T. **Estatística e indicadores sociais 2005-2007**. Instituto nacional de estatística (INE) – direção de estatísticas demográficas, vitais e sociais: Maputo, 2010, 80p.

FIGUEIREDO, E. M. M. **Um rural para viver, outro para visitar**: o ambiente nas estratégias de desenvolvimento para as áreas rurais. Dissertação de Doutoramento em ciências aplicadas ao ambiente. Aveiro: Universidade de Aveiro. Departamento de Ambiente e ordenamento, 2003.

FINIASSE, A. **GIS e Teledatação**. DINAGECA: Maputo, 2011.

FONTE, Carlos. Disponível em <<http://lusotopia.no.sapo.pt/indexMCClima.html>>. Acesso em 30 Abril de 2011.

GOVERNO DE MOÇAMBIQUE. **Portal do governo de Moçambique**. Disponível em <<http://www.portaldogoverno.gov.mz/Mozambique>>. Acesso em 4 de Agosto de 2012.

GOVERNO DISTRITAL DE CHIBUTO, PNUD, FAO: **Plano Estratégico de Desenvolvimento** – Distrito de Chibuto, 2008, Gaza.

GRAZIANO DA SILVA, J.; WEID, J. M. V. D; BIANCHINI, V. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de Desenvolvimento**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2001.

INE (instituto nacional de estatística). **Moçambique em números 2011**. Instituto Nacional de Estatística: Maputo, 2012, 54p.

INE. Instituto Nacional de Estatística. **Estatística e indicadores sociais 2005-2007**. – direção de estatísticas demográficas, vitais e sociais: Maputo, 2010, 80p.

INE- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Estatística do Distrito de Chibuto**, 2008. Disponível em www.ine.gov.mz/publicacoes/ets/gaza09/chibuto.pdf. Acesso em 13 de abr de 2011.

KAGEYAMA, A. A. Desenvolvimento rural – modelos dinâmicos In: **Desenvolvimento Rural** – conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Rio Grande do Sul: Editora UFRGS, 2008. 51-84p.

MAE, Ministério da Administração Estatal; MF Ministério das Finanças; MPD Ministério da Planificação e Desenvolvimento. **Fundo Distrital de Desenvolvimento** – Manual de procedimentos. Maputo: Março de 2011, 22p.

MASSOQUIM, N. G. **Formação e desenvolvimento da pequena propriedade familiar no Município de Assis Chateaubriand, Paraná**. São Carlos: UFSCar, 2001. 184p

MAXIMIANO, A. C. A. **Administração de projetos**: como transformar idéias em resultados. 2. ed., São Paulo: Atlas, 2006. 281 p.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO ESTATAL – MAE. **Perfil do Distrito de Chibuto**, ed.2005. Disponível em: www.portaldogoverno.gov.mz/informacao/distritos/gaza/chibuto.pdf. Acesso em 13 de abr de 2011.

MINISTÉRIO DA PLANIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO – MPD;
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS – MF; MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ESTATAL - MAE. **Execução do Orçamento de Investimento de Iniciativa
local (7 milhões)**: Orientações metodológicas. Maputo: 2009, 86p.

MOÇAMBIQUE. CONSELHO DE MINISTROS DO GOVERNO DE
MOÇAMBIQUE. Moçambique. República de Moçambique. Decreto número
90/2009 de criação do Fundo Distrital de Desenvolvimento e o regulamento do
Fundo Distrital de Desenvolvimento. Maputo: Aprovado aos 15 de Dezembro
de 2009, 7p.

MOÇAMBIQUE. República de Moçambique. Ministério da Administração
Estat. **Perfil do Distrito de Chibuto**, Província de Gaza. Série Perfis
Distritais, edição 2005. Disponível em
<http://www.portaldogoverno.gov.mz/Informacao/distritos/gaza/Chibuto.pdf>.
Acesso em 29 de março de 2013.

MOÇAMBIQUE. República de Moçambique. Ministério da Agricultura. Plano
Estratégico para o desenvolvimento do setor agrário. PEDSA 2010-2019. Out
2010. Disponível em
http://fsg.afre.msu.edu/mozambique/caadp/PEDSA_FINAL_10Out.pdf. Acesso
em 28 mar 2013.

MOSCA, João. **Agricultura de Moçambique pós-independência: da
experiência socialista à recuperação do modelo colonial**. Revista
Internacional em Língua Portuguesa. III Série, nº 21, pp 47-66, 2008, Lisboa,
Associação das Universidades de Língua Portuguesa. Disponível em
<http://www.saber.ac.mz/bitstream/10857/2018/1/Agricultura%20de%20Mo%C3%A7ambique%20P%C3%B3s-Independ%C3%Aancia.pdf>. Acesso em 28 mar
2013.

MOTTA, F. C. P., VASCONCELOS, I. F. F. G. **Teoria geral da administração**.
São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004. 441 p.

NAVARRO, Z. **Desenvolvimento rural no Brasil**: os limites do passado e os
caminhos do futuro. Estudos Avançados, 2001. 83-100p.

ORAM – Organização de Ajuda Mútua; ROSA – Rede das Organizações para a Segurança Alimentar. **O impacto da política agrária em Moçambique.**

Maputo: 2010. 85p. Disponível em <http://www.iese.ac.mz/?__target__=home>. Acesso em 25 de julho de 2012.

RAMOS, Pedro. Referencial teórico e analítico sobre a agropecuária brasileira
In: RAMOS, P.; BUAINAIN, A. M.; BELIK, W.; REYDON, B. P.; GUEDES, S. N.
R. **Dimensões do agronegócio brasileiro: políticas, instituições e**
perspectivas. Brasília: MDA, 2007, p- 18-52.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas.** Colaboradores
Souza, J. A; Peres; et al. 3ªed. São Paulo: Atlas, 2012.

SAVE THE CHILDREN. Disponível em
http://www.savethechildren.org/site/c.8rKLIXMGIpI4E/b.6146359/k.9C15/Where_We_Work.htm. Acesso em 10 jan 2013.

SCIENCE AND TECHNOLOGY PORTAL MOZAMBIQUE, 2005. Disponível em
www.mct.gov.mz/portal/page?_pageid. Acesso em 13 de abril de 2011.

SDAE. Serviço Distrital de Atividades Econômicas. **Relatório balanço anual 2010.** Governo do Distrito de Chibuto: Chibuto, 2010. 33p

SEADE. Sistema Estadual de Análise de Dados. Densidade Demográfica
(habitantes/km²). Disponível em
<https://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfilMunEstado.php>. Acesso em 10
dez 2012.

SEBRAE. **Planos de negócios: disciplina do empreendedor.** São Paulo: 2006

SERRA, F. R. et al. **Gestão Estratégica: conceitos e prática.** 2ªed. Lisboa-
Porto: Lidel – edições técnicas, 2010. 426p.

SIEGEL, E. S. et al. **Guia da Ernst & Young para desenvolver o seu plano de negócios.** Tradução de Nivaldo Montigelli; Revisão técnica Marcus da costa Moraes, 3ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 1996. 221p.

SILVA, A.L. & BATALHA, M.O.: "Marketing estratégico aplicado a firmas agroindustriais. In: BATALHA, Mário O. (coord.) **Gestão agroindustrial**. São Paulo: Atlas, 1997.

SOUZA FILHO, H. M. de; BATALHA, M. O. **Gestão integrada da agricultura familiar**. São Carlos: Edufscar, 2005, 359p.

TEIXEIRA, S. **Gestão das organizações**. 2ªed. Lisboa: Verlag Dashofer (Learning & Higher Education, 2011. 418p.

TORRES, C. D.; GARMENDIA, C. B. **As infra-estruturas em Moçambique: uma perspectiva continental**. Africa Infrastructure Country Diagnostic. Relatório Nacional. Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento, Banco Mundial. Washington, DC, United State, junho 2011.

UECKER, G. L. UECKER, A. D.; BRAUN, M. B. S. A gestão dos pequenos empreendimentos rurais num ambiente competitivo global e de grandes estratégias. **Anais...XLIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural - SOBER**, 2005, Ribeirão Preto - SP. Anais do XLIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 2005.

VISÃO MUNDIAL. Disponível em http://www.visionmundial.org/visionmundial_po.php?id=154. Acesso em 10 jan 2013.

ZUIN, L. F. S.; QUEIROZ, T. R. **Agronegócio: gestão e inovação**. São Paulo: Saraiva, 2006. 436 p.

ZYLBERSZTAJN, D. Conceitos gerais, evolução e apresentação do sistema agroindustrial. In: ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F. (org.). **Economia e gestão dos negócios agroalimentares**. São Paulo: Pioneira, 2000 (b). p.1-21.

APÊNDICE 1

Questionário para os beneficiários do fundo distrital de desenvolvimento de Chibuto

O presente questionário insere-se no âmbito do trabalho de dissertação de mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural – PPGADR – CCA – UFSCar. Os dados obtidos através desta pesquisa serão confidenciais, assegurando-se que os mesmos serão utilizados apenas nesta pesquisa e será garantido o anonimato dos participantes, conforme está explícito no termo de consentimento livre e esclarecimento em anexo ao questionário, que deverá ser lido e assinado antes da implementação do questionário.

Parte I. Caracterização do Beneficiário e Família

1. Nome: _____
2. Idade: _____
3. Gênero: () masculino () feminino
4. Profissão: _____
5. Grau de escolaridade: () 1º ciclo incompleto () 1º ciclo completo () 2º ciclo incompleto () 2º ciclo completo () ensino básico incompleto () ensino básico completo () ensino médio incompleto () ensino médio completo () universidade incompleta () universidade completa.
6. Membros da família.
7. Renda mensal do beneficiário

Nome	Idade	Grau de escolaridade	Estudando? Se sim - classe	Profissão	Trabalha na propriedade?	Tem outro trabalho? Qual/is

Na propriedade: MTn _____

Fora da propriedade: MTn _____

8. Renda mensal dos demais membros da família:
MTn _____
9. Sua família está satisfeita com a renda obtida na propriedade?
() muito satisfeita () satisfeita () pouco satisfeita () insatisfeita
10. O que precisaria mudar para melhorar o desempenho de suas atividades na propriedade?

Parte II. Características da Propriedade Rural

11. Tamanho da propriedade: _____ m² ou hectares
12. A propriedade é: () sua () arrenda () faz parceria
13. A quanto tempo está na propriedade? _____
14. A mão de obra é: () exclusivamente familiar () familiar e assalariada temporariamente () familiar e assalariada permanentemente

() assalariada temporariamente () assalariada permanentemente

15. Se tiver mão de obra assalariada, preencha o quadro:

Nome	Idade	Grau de escolaridade	Estudando? Se sim - classe	Profissão	Tem outro trabalho? Qual/is

16. Produção:

Produção	Volume	Processado na propriedade? Sim ou não	Comercializa? Sim ou não	Quanto comercializa em relação ao total? Em %	Para quem vende? Canais de comercialização

17. Sistema de produção:

Adubação e outros componentes	Utiliza? Sim ou não	Com que frequência? 1 vez/ + 1 vez (por ano)	Culturas anuais	Culturas permanentes
Calcário				
Adubo mineral				
Adubo orgânico				
Adubo verde				
Sementes melhoradas				
Mudas				
Herbicidas				
Inseticidas				
Fungicidas				

17.a. Com relação a aquisição de sementes e mudas:

- () compra, quais _____
 () produz, quais _____
 () troca com outros agricultores, quais _____

17.b. Realiza sistemas de integração da produção?

- () agrícola – animal - florestal (sistema agrosilvipastoril)
 () agrícola - florestal (sistema agroflorestal)
 () florestal - animal (sistema silvipastoril)
 () agrícola - animal

- () não utiliza
- 17.c. Uso predominante de tecnologia no preparo do solo:
 () força manual () força animal e mecânica () força mecânica
- 17.d. Uso predominante de tecnologia na condução da cultura:
 () força manual () força animal e mecânica () força mecânica
- 17.e. Uso predominante de tecnologia na colheita:
 () força manual () força mecânica () força manual e mecânica
18. Recursos produtivos em infraestrutura/benfeitorias:
 () potencial para irrigação () tem irrigação () paiol/armazém, depósito/tulha
 () celeiros () energia elétrica na produção
19. Considerando sua cultura principal, qual é o período necessário para produzir e comercializar a produção? _____
20. Considerando sua cultura principal, qual é o custo total de produção? MTn _____
21. Considerando sua cultura principal, qual é a receita total de produção? MTn _____
22. Tem assistência técnica: () sim () não
23. Qual a situação da via de acesso para a propriedade?:
 () Ótima () Boa () Razoável () Ruim () Péssima
24. Há em sua propriedade acesso a:
 () Computador com conexão à Internet () Telefone fixo () Telefone Celular com sinal () telefone público na comunidade () energia elétrica () água canalizada () poço
25. Em relação às condições gerais de produção, comercialização e renda, qual a sua avaliação sobre os itens a seguir?

Itens	Ótimo	Bom	Razoável	Ruim	Péssimo
Tamanho da propriedade (área útil)					
Fertilidade natural do solo					
Disponibilidade de água para produção					
Disponibilidade de maquinário/equipamentos					
Disponibilidade de mão de obra familiar ou contratada					
Disponibilidade de crédito					
Conhecimento das técnicas de produção					
Comercialização dos produtos					
Preço recebido pelos produtos vendidos					
Rendas (<i>produção, benefícios, salário etc.</i>)					

Parte III. Gestão da Propriedade Rural

26. Costuma realizar planejamento da produção?: () sim () não
 Porquê?

27. Se não realiza, gostaria de realizar? () sim () não
 Porquê?

28. Costuma avaliar o desempenho da produção (controle contábil da produção/custos e receitas)? () sim () não

Porquê?

29. Se não realiza, gostaria de realizar? () sim () não
Porquê?

30. Como é feita a decisão do que produzir?

31. Quais os fatores positivos/pontos fortes que considera que sua propriedade possui?

32. Quais os fatores negativos/pontos fracos que considera que sua propriedade possui?

33. O que tem feito para ultrapassar esses fatores negativos?

34. Quais os fatores externos a propriedade que ameaçam sua propriedade?

35. O que tem feito perante essas ameaças?

36. Quais as oportunidades no mercados que considera que sua propriedade possui ou possa possui?

37. Tem aproveitado essas oportunidades? () sim () não
Porquê/como?

38. Participa de alguma Associação ou Cooperativa? () sim () não

a. Para que atividades? _____

b. Quais são as vantagens? _____

c. Quais os problemas? _____

39. Participa com frequência de: () mutirão () outras formas de organização como associação de moradores () não participa

40. Alguma outra instituição (ONG, universidade, sindicato, etc) ofereceu algum tipo de assistência? () sim () muito pouco () não

Se sim ou muito pouco, qual/is? _____

41. Como avalia a necessidade de parcerias da propriedade com outras organizações (ONG, universidade, sindicato, administração distrital, etc) para o desenvolvimento da atividade agrícola na propriedade?

() muito relevante () relevantes () pouco relevantes () praticamente nulas ou inexistentes () prejudiciais

42. Participou de cursos, palestras, etc. ofertados por instituições (ONG, universidade, sindicato, administração distrital, etc)?

() Sim, participou e considera que... () foram muito bons, importantes e em boa quantidade () foram muito bons, importantes mas foram poucos, precisaria ter mais () foram inadequados, repetitivos, pouco úteis

() Não participou... () porque não soube, não foi informado (sim / não) () porque não achou interessante, preferiu não participar (sim / não) () porque não teve tempo ou condições, mas queria participar (sim / não)

43. Gostaria que houvesse mais cursos, capacitações e palestras?
 () sim, o que vem sendo oferecido é muito pouco () não, o que vem sendo oferecido está bom, está adequado

44. Quais cursos e/ou formação considera importante para melhorar o seu empreendimento?

45. Que ações a administração distrital deveria levar a cabo para melhorar a produção, a comercialização da produção e a assistência técnica?

Parte IV. Fundos de Desenvolvimento Distrital

46. Como teve acesso aos fundos de desenvolvimento distrital?

47. A quanto tempo é beneficiário dos fundos de desenvolvimento distrital?

48. Obtenção do fundo de desenvolvimento distrital

Modalidade	Ano em que recebeu	Valor do financiamento	Juros cobrados	Está em dia com o pagamento? Sim ou não Porque?

49. O financiamento recebido foi para:

- () Apoio Inicial (fomento): MTn _____
 () Apoio inicial adicional: MTn _____
 () Custeio inicial: MTn _____
 () Custeio adicional: MTn _____

50. Teve alguma assistência para a elaboração do projeto? () sim () não.
 a. Se sim, de que entidade? _____

51. Como foi elaborado o projeto?

52. O projeto foi implementando na sua totalidade? () sim () não
 a. Se não, porquê? _____

53. Quais foram as dificuldades enfrentadas com a implementação do projeto?

54. Quais são os aspectos positivos do fundo de desenvolvimento distrital?

55. Recebe assistência do governo quanto a gestão do fundo?
 () sim () não

56. A produção da propriedade melhorou? () sim () não
 Porquê?

57. O que poderia ser melhorado no acesso aos fundos de desenvolvimento distrital?

58.Obteve outro tipo de financiamento (investimento) para além do fundo de desenvolvimento distrital?

Modalidade	Ano em que recebeu	Valor do financiamento	Juros cobrados	Está em dia com o pagamento? Sim ou não porque?

59.O que fazia antes de solicitar o crédito do fundo de desenvolvimento distrital?

60.De uma forma geral, como você avalia os fundos de desenvolvimento distrital?

() ótimo () bom () regular () ruim () Péssimo

61.Quais as políticas públicas sua família tem acesso?

62.Tem acesso a um fundo específico para o setor rural? () sim () não

APÊNDICE 2

Questionário para o governo – gestor do FDD de Chibuto

O presente questionário insere-se no âmbito do trabalho de dissertação de mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural – PPGADR – CCA – UFSCar. Os dados obtidos através desta pesquisa serão confidenciais, assegurando-se que os mesmos serão utilizados apenas nesta pesquisa e será garantido o anonimato dos participantes, conforme está explícito no termo de consentimento livre e esclarecimento em anexo ao questionário, que deverá ser lido e assinado antes da implementação do questionário.

Parte I. Caracterização dos gestores

1. Nome: _____
2. Função: _____
3. Secretária/órgão: _____
4. Setor de atividade: _____
5. Desde quando os fundos de desenvolvimento distrital existem?

6. Desde que os fundos existem, quantos projetos foram atendidos?

7. Quais as áreas beneficiadas pelo fundo e respectivos número dos projetos?
 agricultura: _____
 pecuária: _____
 extrativismo: _____
 indústria: _____
 comércio: _____
 turismo: _____
 prestação de serviços: _____
 outro (especificar): _____
8. Como o governo determina quanto de recurso vai ser usado para o fundo?

9. Como é feita a divulgação da existência dos fundos?

10. Como é feito o processo de seleção dos projetos?

11. Existe um limite de financiamento para cada projeto?

12. O dinheiro é dada conforme a solicitação do beneficiário? () sim () não
a. Se não, como é feito:

13. Os funcionários do governo apoiam aos beneficiários na elaboração dos projetos? () sim () não
Como?

14. Como é feito o acompanhamento dos projetos beneficiados?

15. Como é feito o reembolso desses projetos?

16. Qual a porcentagem de reembolso desses fundos em relação ao volume total de recursos que o governo aloca?

17. Quais as dificuldades que o governo tem em relação ao reembolso dos projetos?

18. Há número de projetos bem sucedidos? _____

19. Quais as causas/fatores do sucesso desses projetos?

projetos bem executados área fator humano conhecimento técnico do beneficiário boa gestão do empreendimento outro (especificar) _____

20. Para além da alocação dos fundos aos beneficiários, oferece-se outro tipo de assistência? sim não
Qual?

21. Quais os fatores positivos/pontos fortes da alocação dos fundos aos beneficiários dos projetos selecionados?

22. Quais os fatores negativos/pontos fracos da alocação dos fundos?

23. O que o governo tem feito para contornar os aspetos negativos?

24. Quais as ameaças (fatores externos a propriedade) na alocação dos fundos?

25. O que o governo tem feito para fazer face as ameaças?

26. Quais as oportunidades (fora da propriedade) na alocação dos fundos?

27. Que avaliação faz dos projetos beneficiados?

muito relevantes relevantes pouco relevantes prejudiciais

28. Que avaliação faz dos fundos alocados aos beneficiários?

ótimo bom regular ruim Péssimo

Considerando 3 projeto – um melhor, um pior e maioria

Melhor projeto

29. Preencha o quadro, em conformidade com os projetos em análise.

Itens	Perguntas	Foi definido/indicado	Não foi definido/indicado	Muito claro	Pouco claro
Produto do projeto	Produto/serviço fornecido				
	Características do produto/serviço				
	Finalidade do produto/serviço				
Prazo do projeto	Descrição das atividades necessárias				
	Duração das atividades				
Recursos do projeto	Recursos necessários				
	Coerência entre os recursos e as atividades				
	Relevância dos recursos				
	Fontes de obtenção dos recursos				
	Formas de obtenção dos recursos				
Restrições do projeto	Pontos fortes				
	Pontos fracos				
	Ameaças				
	Oportunidades				
	Planos de contingência para os pontos fracos e ameaças				
Controle do projeto	Resultados do projeto				
	Monitoria e avaliação do projeto				
	Medidas corretivas				
	Implicações de falta de controle				
	Responsabilidades de reembolso dos fundos				
	Mecanismos de desembolso e reembolso dos fundos				

Pior Projeto

Itens	Perguntas	Foi definido/indicado	Não foi definido/indicado	Muito claro	Pouco claro
Produto do projeto	Produto/serviço fornecido				
	Características do produto/serviço				
	Finalidade do produto/serviço				
Prazo do projeto	Descrição das atividades necessárias				
	Duração das atividades				
Recursos do projeto	Recursos necessários				
	Coerência entre os recursos e as atividades				
	Relevância dos recursos				
	Fontes de obtenção dos recursos				
	Formas de obtenção dos recursos				
Restrições do projeto	Pontos fortes				
	Pontos fracos				
	Ameaças				
	Oportunidades				
	Planos de contingência para os pontos fracos e ameaças				
Controle do projeto	Resultados do projeto				
	Monitoria e avaliação do projeto				
	Medidas corretivas				
	Implicações de falta de controle				
	Responsabilidades de reembolso dos fundos				
	Mecanismos de desembolso e reembolso dos fundos				

Maioria dos projetos. Os projetos de modo geral.

Itens	Perguntas	Foi definido/indicado	Não foi definido/indicado	Muito claro	Pouco claro
Produto do projeto	Produto/serviço fornecido				
	Características do produto/serviço				
	Finalidade do produto/serviço				
Prazo do projeto	Descrição das atividades necessárias				
	Duração das atividades				
Recursos do projeto	Recursos necessários				
	Coerência entre os recursos e as atividades				
	Relevância dos recursos				
	Fontes de obtenção dos recursos				
	Formas de obtenção dos recursos				
Restrições do projeto	Pontos fortes				
	Pontos fracos				
	Ameaças				
	Oportunidades				
	Planos de contingência para os pontos fracos e ameaças				
Controle do projeto	Resultados do projeto				
	Monitoria e avaliação do projeto				
	Medidas corretivas				
	Implicações de falta de controle				
	Responsabilidades de reembolso dos fundos				
	Mecanismos de desembolso e reembolso dos fundos				

APÊNDICE 3

Questionário para os Serviços de Atividades Econômicas do Distrito (SAED) de Chibuto – setor agropecuário

O presente questionário insere-se no âmbito do trabalho de dissertação de mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural – PPGADR – CCA – UFSCar. Os dados obtidos através desta pesquisa serão confidenciais, assegurando-se que os mesmos serão utilizados apenas nesta pesquisa e será garantido o anonimato dos participantes, conforme está explícito no termo de consentimento livre e esclarecimento em anexo ao questionário, que deverá ser lido e assinado antes da implementação do questionário.

Parte I. Caracterização dos gestores

1. Nome: _____
2. Função: _____
3. Secretária/órgão: _____
4. Setor de atividade: _____

Parte II. Caracterização da atividade agrícola

5. Existem programas ou políticas públicas direcionadas para o setor agropecuário? () sim () não

Quais?

-
6. Para além dos fundos de desenvolvimento distrital, existem outros créditos para o setor agropecuário? () sim () não

Quais?

-
7. Como se caracterizou a agricultura ao longo do tempo no distrito, quanto:

- a. ao modelo de desenvolvimento agrícola: _____
- b. aos tipos de sistemas produtivos: _____
- c. a tipologia de agricultores: _____
- d. principais culturas alimentares e de rendimento: _____

8. Como se caracteriza a agricultura atualmente, em relação:

- a. ao modelo de desenvolvimento agrícola: _____
- b. aos tipos de sistemas produtivos: _____
- c. a tipologia de agricultores: _____
- d. principais culturas alimentares e de rendimento: _____

9. Quais os fatores que ameaçam a prática da agricultura no distrito?

-
10. O que tem sido feito para contornar esses fatores?

-
11. Quais são os canais de comercialização para a produção agrícola?

-
12. Quais os fatores que comprometem a comercialização da produção?
-

Parte III. Participação da agricultura na economia do distrito

13. Qual é o contributo da agricultura na economia do distrito, quanto?

- a. área total ocupada: _____
- b. n° de estabelecimentos/propriedades: _____
- c. valor bruto da produção: _____
- d. pessoal ocupado: _____
- e. produção de alimentos: _____
- f. geração de renda: _____

Parte IV. Práticas agrícolas

14. Quais são as tecnologias de produção agrícola usadas no distrito?

15. Quais são as principais técnicas de cultivo empregues na agricultura?

16. Quais são os principais problemas apresentados pelos agricultores referentes a produção e comercialização agrícola?

Parte V. Assistência Técnica

17. Os SDAE faz assistência aos agricultores do distrito? () sim () não
Que _____ tipo?

18. E aos beneficiários do fundo de desenvolvimento distrital, existe alguma assistência específica? () sim () não
Qual(is)? _____

19. Os agricultores têm buscado assistência junto aos SDAE? () sim () não
Que _____ tipo?
